

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

Thais Docki da Silva

**MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NOS
CURSOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE
SANTA MARIA**

Santa Maria, RS
2020

Thais Docki Da Silva

**MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NOS CURSOS
SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariglei Severo Maraschin

Santa Maria, RS

2020

da Silva, Thais
MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NOS
CURSOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA
MARIA / Thais da Silva.- 2020.
128 p.; 30 cm

Orientadora: Mariglei Severo Maraschin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Colégio Técnico Industrial, Programa de Pós
Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2020

1. Educação Profissional 2. Curso Técnico Subsequente
3. Políticas Públicas 4. Mulheres na Educação Profissional
5. Trabalho e Educação I. Severo Maraschin, Mariglei
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, THAIS DA SILVA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Thais Docki Da Silva

**MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NOS CURSOS
SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Aprovado em 12 de novembro de 2020:

Mariglei Severo Maraschin, Dr.^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Célia Tanajura Machado, Dr.^a. (UNEB)

Raquel Bevilacqua, Dr.^a. (UFSM)

Liliana Souza de Oliveira, Dr.^a. (IFFAR – Campus São Vicente)

Santa Maria, RS

2020

DEDICATÓRIA

A todas às mulheres-trabalhadoras-estudantes, deste país.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, existem muitos agradecimentos, mas o primeiro em especial destina-se ao meu marido, Fabricio, que acreditou em mim, quando eu mesma não acreditava. Tomou conta dos nossos filhos, todas as vezes que me fiz ausente, e não foram poucas. Cuidou do nosso lar, e sempre me esperou com um café pronto, todas as manhãs e tardinhas. Estar ao seu lado, foi fundamental. Obrigada, te amo! A minha amiga Isabela Mello, por todas as ajudas e apoios desde o ingresso, até a conclusão desta trajetória. Não tenho palavras pela amizade, pelo carinho e admiração. Obrigada! A minha madrastra Mirian Freitas, que cuidou tão bem do meu filho Lucas, muitas tardes e finais de semana. Por todos os incentivos. Não tenho como agradecer, sem você não seria possível. Ao meu pai Justino Santana, por me dar a vida. Por incentivar eu seguir meus sonhos e por nunca podar minhas asas. (Mesmo sabendo que isso, jamais seria possível). E, também cuidar do Lucas, sempre que precisei, assim sendo minha rede apoio. A minha cunhada Renata Baggio, por todas as noites do pijama que inventou, cuidando com tanto amor e carinho do Lucas. Sem esta rede de apoio, este trabalho, jamais aconteceria. A minha mãe que não está presente em vida, mas mora dentro do meu coração, e foi muitas vezes minha inspiração de força e resiliência.

A orientadora desta pesquisa, Mariglei, que foi muito mais que isso. Nestes últimos anos, dividimos muitos momentos, muitas conversas, risadas e algumas angústias. Agradeço por permitir que este momento fosse leve, sem grandes loucuras. Obrigada pela humanidade que exala. Obrigada por acreditar em mim. E, muito obrigada por abrir as portas da sua casa para me receber, todas as vezes que precisei. A minha colega e parceira Martina Gusmão, por caminhar ao meu lado, dividindo muitas risadas, piadinhas, muitos artigos e por nos apoiarmos juntas. Obrigada, sou muito feliz por ter você na minha vida.

Agradeço, aos meus filhos Lucas e Samuel, todas as vezes que perdi as forças foram vocês que me incentivaram a não desistir. Eu amo vocês mais que tudo na minha vida. Obrigada, Samuel por iniciar comigo esta caminhada, sendo uma sementinha na minha barriga. Nós conseguimos.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica e ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria por tudo.

RESUMO

MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA

AUTORA: Thais Docki da Silva
ORIENTADORA: Mariglei Severo Maraschin

A presente pesquisa está situada na área de Trabalho e Educação, vinculado à linha de pesquisa Políticas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Teve por objetivo analisar os movimentos das mulheres na trajetória e perspectivas após os cursos subsequentes do CTISM, nos anos 2018 e 2019. E tem definido os objetivos específicos em: 1) Contextualizar as políticas da Educação Profissional e a participação da mulher no mundo do trabalho; 2) Historicizar o CTISM e a oferta dos cursos subsequentes; 3) Conhecer a trajetória de ingresso, permanência e perspectivas para o mundo do trabalho das mulheres dos cursos técnicos subsequentes do CTISM. Esta pesquisa é um estudo qualitativo e exploratório, foram realizadas análises documentais e bibliográficas. Os instrumentos de produção de dados foram pesquisas em periódicos científicos, tais como portal e repositórios; questionário semiestruturado; diário de campo; grupos focais e entrevistas. Os dados produzidos foram analisados sob o viés de análise de conteúdo, baseados nos seguintes eixos: a pesquisa sobre a mulher na educação profissional, quem são as mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM, quais os motivos de ingressarem, permanecerem e suas perspectivas para o mundo do trabalho e seus olhares sobre as mulheres no CTISM. Os sujeitos da pesquisa, foram as mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM, ingressantes nos anos 2018 e 2019. O estudo reconhece a importância da política de Educação Profissional olhar para a trajetória das mulheres nos cursos de EPT, de pensar o ingresso e a permanência das mulheres e de serem desenvolvidas novas pesquisas com o foco nas mulheres na EPT. As mulheres, que acessam os cursos subsequentes do CTISM, tem na maioria, entre 18 e 30 anos, são solteiras, possuem uma renda média familiar entre 1 e 2 salários mínimos, e não possuem filhos. Os cursos subsequentes são fundamentais na trajetória das mulheres contribuindo para sua formação e para o mundo do trabalho. Com isso os resultados da pesquisa apontam para a importância dos cursos serem noturnos e a da criação de redes de apoio e acompanhamento das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Palavras-chave: Educação Profissional. Curso Técnico Subsequente. Políticas Públicas. Mulheres na Educação Profissional. Trabalho e Educação

ABSTRACT

WOMEN IN PROFESSIONAL EDUCATION: MOVEMENTS OF THE SUBSEQUENT COURSES OF THE TECHNICAL INDUSTRIAL SCHOOL OF SANTA MARIA

AUTHOR: Thais Docki da Silva
SUPERVISOR: Mariglei Severo Maraschin

This research study was based on the Work and Education area, associated with the research field of Policies and Management in Professional and Technological Education of the Graduate Program of the Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. This study aimed to analyze women's movements in their trajectory and perspectives after participating in courses at CTISM, in 2018 and 2019. The specific objectives were: 1) To contextualize the policies of Professional Education and the participation of women in the workforce; 2) To describe CTISM history and its offer of subsequent courses; 3) To understand the trajectory of entry, permanence, and perspectives for women's participation in the workforce in subsequent technical courses at CTISM. This is a qualitative and exploratory research in which documentary and bibliographic data was analyzed. Data was collected from scientific journals in research portals and repositories, as well as by using semi-structured surveys, field journal; focus groups, and interviews. Data was analyzed using content analysis based on the following categories: research on women in professional education, who are the women attending subsequent technical courses at CTISM, what are the reasons for engaging, continuing, and their perspectives on the workforce and their perception of women at CTISM. Participants were women attending Subsequent Courses at CTISM whose entry was 2018 and 2019. The study recognizes the importance of the Professional Education policy to look at the trajectory of women in EPT courses, to reflect about the entry and permanence of women and to develop new research focusing on women in EPT. Most women who access subsequent courses at CTISM, are between 18 and 30 years old, single, have an average family income between 1 and 2 minimum wages, and have no children. Subsequent courses are essential in the trajectory of women, contributing to their training and to the workforce. Thus, the results of this research point to the importance of night courses and creation of support and monitoring networks for women attending CTISM Subsequent Courses.

Keywords: Professional education, Subsequent Technical Course, Public policy, Women in Professional Education. Work and education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistematização da pesquisa.....	15
Figura 2 - Eixos da análise da pesquisa.....	27
Figura 3 - Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo	30
Figura 4 - Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100mil). Brasil. 1980/2013.	38
Figura 5 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	48
Figura 6 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes do CTISM dos Cursos Técnicos Subsequentes.....	49
Figura 7 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes do Colégio Politécnico - UFSM dos Cursos Técnicos Subsequentes.....	51
Figura 8 - Linha do Tempo: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 1909 – 2014	78
Figura 9 - Linha do tempo dos Cursos Subsequentes do CTISM.	80
Figura 10 - Alguns fatores que contribuem na evasão escolar.....	84
Figura 11 - Sugestões de melhorias	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos Anteriores - Capes	53
Quadro 2 - Estudos anteriores - BDTD	59
Quadro 3 - Fases do processo histórico do CTISM	68
Quadro 4 - Classes de rendimento total mensal familiar	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mulheres Estudantes Ingressantes dos Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM.....	23
Tabela 2 - Grupo Focal e mulheres estudantes participantes	26
Tabela 3 - Cursos ofertados pelo CTISM no ano de 2020	71
Tabela 4 - Cursos Técnicos Subsequentes e as mulheres respondentes do questionário	85
Tabela 5 - Idade das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM... ..	86
Tabela 6 - Renda média familiar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	86
Tabela 7 - Estado Civil das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM	87
Tabela 8 - Relação maternidade das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	88
Tabela 9 - Relação com o mundo do trabalho das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	98
Tabela 10 - Conclusão ensino médio das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	99
Tabela 11 - Tempo sem estudar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	100
Tabela 12 - Perspectivas profissionais pós conclusão do curso das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.....	100

LISTA DE REDUÇÕES

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CCA	Coordenação de controle acadêmico
CEBTT	Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CS	Curso Subsequente
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
CTISM	Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
EAD	Ensino à distância
EBTT	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adulto
EM	Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFAM	Escola Técnica Federal do Amazonas
ETM	Escola Técnica de Manaus
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIC	Formação Inicial e Continuada
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFAR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ME	Mulher Estudante
MEC	Ministério da Educação
OPNE	Observatório do Plano Nacional de Educação
PEG	Programa Especial de Formação de Professores de Educação Profissional e Tecnológica
PNE	Plano Nacional de Educação
PNMM	Programa Nacional Mulheres Mil
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPGEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SVS	São Vicente do Sul
TCC	Trabalho de conclusão de curso
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O ENCONTRO COM O TEMA DAS MULHERES NA EPT	16
1.1 DE ADMINISTRADORA À PROFESSORA DA EBTT.....	17
1.2 A PESQUISA, O LÓCUS E SUJEITOS.....	21
1.3 CAMINHOS E INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS DA PESQUISA.....	23
CAPÍTULO II - MULHERES NO BRASIL: MOVIMENTOS DE LUTAS POR EDUCAÇÃO E TRABALHO	29
2.1 AS CONTRADIÇÕES DO LUGAR DAS MULHERES DO SISTEMA CAPITALISTA.....	40
2.2 POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ONDE ESTÃO AS MULHERES?.....	47
2.3 ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NA EPT: PESQUISAS SOBRE E SOBRE OS CURSOS SUBSEQUENTES.....	51
CAPÍTULO III - COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA E A POLÍTICA DOS CURSOS SUBSEQUENTES	68
3.1 HISTORICIDADE DO CTISM E DOS CURSOS SUBSEQUENTES.....	68
3.2 TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUE CURSAM OS CURSOS SUBSEQUENTES NOS ANOS 2018 E 2019.....	81
3.2.1 Quem são as mulheres estudantes dos cursos subsequentes do CTISM?	83
3.3.2 Motivação para cursar o Curso Técnico Subsequente no CTISM	88
3.2.3 Motivação para permanecer no Curso Técnico Subsequente, a partir da relação com o trabalho	93
3.2.4 Motivação para o mundo do trabalho	97
CAPÍTULO IV - A PESQUISA SOBRE AS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NECESSÁRIOS	104
4.1 MOVIMENTOS DAS MULHERES PESQUISADAS SOBRE A PESQUISA.....	104
4.2 SUGESTÕES PARA MELHORIA.....	107
4.3 PANDEMIA E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO DAS MULHERES.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
APÊNDICE 1 – mapeamento das mulheres dos cursos tecnicos subsequentes do CTISM.....	121
APÊNDICE 2 – Guia de Tópicos para Grupo Focal	125
APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	126
APÊNDICE 4 – Termo de compromisso com o CTISM.....	127
.....	128

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA, insere-se na temática “Trabalho e Educação” e encontra sustentação na linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional em Educação Profissional e Tecnológica. O projeto de pesquisa foi construído junto ao Grupo Transformação – Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional - CTISM/UFSM.

Neste estudo, proponho a pesquisa acerca das mulheres estudantes na Educação Profissional que ingressaram nos Cursos Subsequentes do CTISM nos anos 2018 e 2019. Conhecer quem são essas mulheres, por que acessam esta etapa da educação e quais os motivos que as fazem permanecer em cursos historicamente de predominância masculina, e as suas perspectivas para o mundo do trabalho após a conclusão do curso em que estão matriculadas. Marcia Tiburi (2018, p. 13) no livro: Feminismo em comum: para todas, todes e todos; destaca que “O trabalho é uma necessidade que a civilização nos impõe.

Ele é o oposto do prazer”, o sistema econômico e político que estamos inseridos denominado capitalismo, tem controle sobre nossas vidas e (...) seu contexto é o da dominação e da violência, da exploração, da opressão, mas também o de muita sedução. (TIBURI, 2018, p.13)

Analiso que o trabalho e a educação para as mulheres se construíram de forma diferente do significado de trabalho e educação para os homens e “pensando sobre o trabalho, que é um verdadeiro problema de gênero” (TIRBURI, 2018, p.13). Fomos ensinadas que existem trabalhos destinados às mulheres que estão diretamente ligados ao cuidar. Nesse sentido, Silvia Federici (2019) no livro: O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista, aponta que “desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. ” (FEDERICI, 2019, p. 44). Com a evolução do mundo, seus avanços o

Feminismo passou a ser equiparado a conquistar as mesmas oportunidades no mercado de trabalho, da fábrica para o mundo corporativo, ganhando status igual ao dos homens e transformando nossa vida e personalidade para nos adequar a essas novas tarefas produtivas (FEDERECCI, 2019, p.117 e 118).

Neste trabalho, tenho como foco a Educação Profissional, mais especificamente os Cursos Subsequentes e suas políticas educacionais voltadas às mulheres. Para isso, pesquisei sobre as mulheres na Educação Profissional, de que forma elas se veem como estudantes em cursos que foram desenvolvidos para atender um contexto mercadológico que exigia força braçal e inicialmente possuía um público alvo masculino, se estas mulheres no momento da sua escolha/ingresso e trajetória percebem algum tipo de preconceito pela condição do gênero sexual e como essas mulheres se percebem no mundo do trabalho.

Frente ao exposto, a problematização que guiou esta dissertação é: Quais os movimentos das mulheres estudantes na trajetória e perspectivas após os cursos subsequentes do CTISM, nos anos 2018 e 2019? Dessa maneira, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar os movimentos das mulheres na trajetória e perspectivas após os cursos subsequentes do CTISM, nos anos 2018 e 2019.

E os objetivos específicos foram:

1. Contextualizar as políticas da Educação Profissional e a participação da mulher no mundo do trabalho;
2. Historicizar o CTISM e a oferta dos cursos subsequentes;
3. Conhecer a trajetória de ingresso, permanência e perspectivas para o mundo do trabalho das mulheres dos cursos técnicos subsequentes do CTISM.

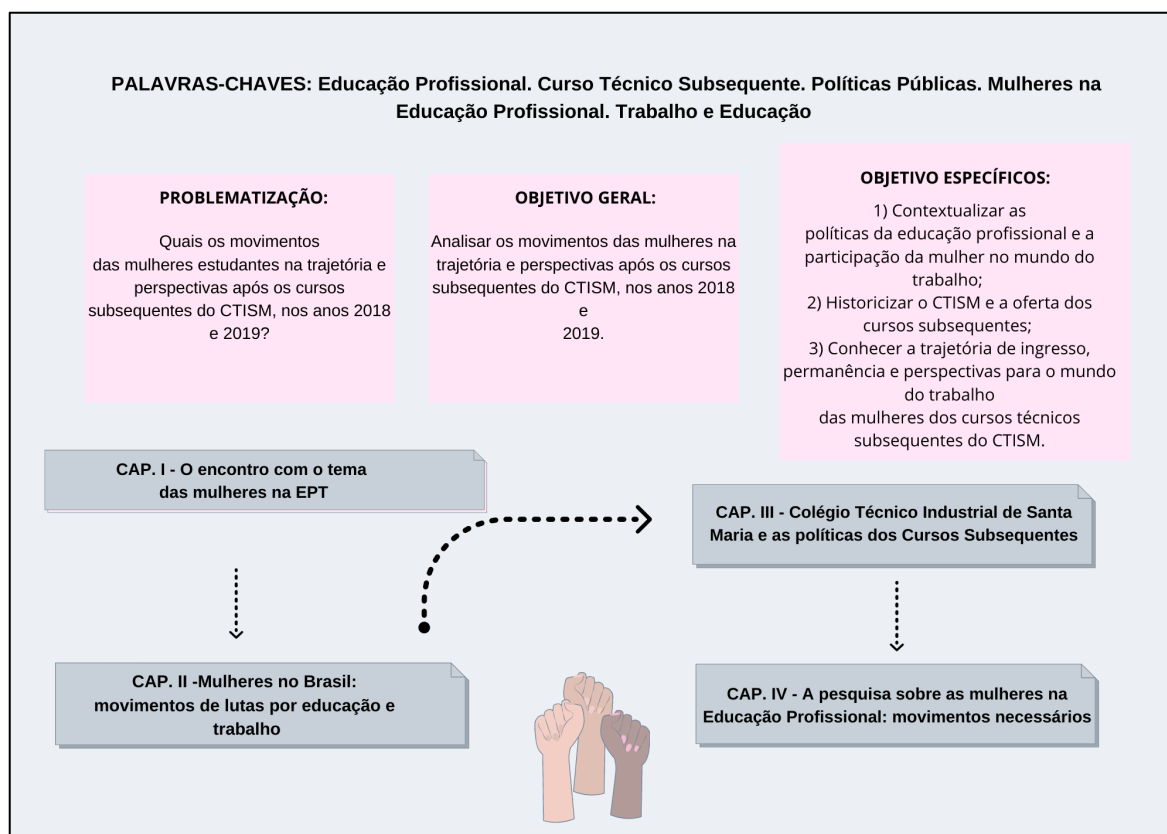
Esta pesquisa é um estudo qualitativo e exploratório. Realizei análises documentais e bibliográficas; os instrumentos de produção de dados foram pesquisas nos periódicos científicos, tais como portal e repositórios; questionário; diário de campo; grupos focais e entrevistas com as mulheres estudantes - ingressantes dos anos 2018 e 2019 nos Cursos Subsequentes do CTISM.

Para alcançar esses objetivos, este estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “O encontro com as mulheres na EPT”, apresento meu memorial e como surge o tema das mulheres em minha trajetória. Apresento também o desenvolvimento da pesquisa, o lócus, os sujeitos, os caminhos em instrumentos de produção de dados da pesquisa. No segundo capítulo, “As contradições do lugar das mulheres no sistema capitalista”, abordei os movimentos de lutas por educação e trabalho das mulheres no Brasil, destacando as políticas de Educação Profissional e os estudos sobre as mulheres na EPT. O

terceiro capítulo “Colégio Técnico Industrial de Santa Maria e a política dos cursos subsequentes”, apresento o local da pesquisa, construindo a historicidade do CTISM e da Educação Profissional, localizando os Cursos Subsequentes neste processo. Destaco, quem são as mulheres que acessam os Cursos Subsequentes do CTISM e os motivos para cursarem e permanecerem neles. Também, analiso as relações com o mundo do trabalho dessas mulheres estudantes. No quarto e último capítulo, “A pesquisa sobre as mulheres na educação profissional: movimentos necessários”, destaco os movimentos das mulheres pesquisadas sobre o estudo, apresento sugestões para melhoria do acolhimento e suas relações de permanência nos cursos subsequentes. Ainda, no sentido de continuidade do trabalho, faço breves reflexões sobre a pandemia e precarização da educação e do trabalho das mulheres.

A seguir, apresento a figura 1, que representa a síntese da proposta da pesquisa realizada, apresentando a problematização, os objetivos e a organização de capítulos.

Figura 1 - Sistematização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

CAPÍTULO I - O ENCONTRO COM O TEMA DAS MULHERES NA EPT

Abro este capítulo com esta citação da Bell Hooks no livro: O feminismo para todo mundo: políticas arrebatadoras, em que ela apresenta o feminismo da forma que vejo e percebo.

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como a todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação. Quando mulheres se organizaram pela primeira vez em grupos para juntas, conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo do que as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado. Antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência. (HOOKS, 2018, p.23)

Tornamo-nos feministas, não nascemos com essa consciência, precisamos passar por essa transformação, em uma sociedade que nos oprime e silencia. Frente a isso, optei por estudar mulheres na Educação Profissional, para dar voz e espaço às mulheres, que são minoria em cursos de predominância masculina. Com tantas possibilidades de pesquisa, estudar mulheres não foi a minha primeira opção, foi se construindo ao longo das minhas vivências e experiências dos últimos anos, principalmente quando atingi o momento de ser estudante e mãe. A seguir, narro minha trajetória de vida para compreender os caminhos que me levaram até a temática.

1.1 DE ADMINISTRADORA À PROFESSORA DA EBTT

Sou única filha mulher, do meio, privilegiada em minha liberdade de ir e vir; no entanto, cedo responsabilidades chegaram a minha vida. Meus pais sempre foram muito unidos, determinados e batalhadores, aprendi com eles o significado de trabalho duro e de prioridades. Ocuparam suas vidas com trabalho para mudarem as condições em que nasceram, saíam cedo de casa e voltavam tarde, não queriam ser assalariados, mesmo que isso significasse certeza que poderiam pagar suas contas mensais, desejavam mais, oferecer oportunidades aos filhos, aquelas que não tiveram em suas vidas. Como eles trabalhavam muito, estavam constituindo mais uma empresa, dentre outras que não deram certo. Algumas vezes, eu era responsável por cuidar do meu irmão mais novo, mesmo que eu ainda também fosse uma criança.

Meu pai não teve a oportunidade de estudar, cursou apenas até a quinta série do ensino fundamental, buscou uma vida melhor, estudou de forma autodidata e teve feitos na sua vida, junto da minha mãe. Ela teve oportunidade de terminar o Ensino Médio, mulher forte e determinada, trabalhou até o último momento que sua saúde permitiu. Quando completei onze anos, ela descobriu câncer no pâncreas, doença que não tinha cura, lutou por 4 anos contra a enfermidade. Restou à família proporcionar conforto e amenizar suas dores, mas a perdemos em julho de 2001, com apenas trinta e oito anos de idade. Uma das piores rasteiras que a vida podia me dar, perder minha mãe, mulher que me ensinou em sua vida e continua me ensinando na sua morte. Restou eu como mulher e mais três homens, meu pai e dois irmãos. Logo comecei a trabalhar para

ter meu dinheiro, não queria dividir minhas necessidades femininas com eles. Meu pai conheceu uma outra pessoa com quem divide a vida até hoje, uma mulher estudiosa, trabalhadora que sempre me incentiva a estudar e ser dona da minha vida.

Quando concluí o Ensino Médio, não fazia ideia de que caminho seguir e, por estar trabalhando em uma empresa familiar (nossa), optei por cursar administração; trabalhava durante o dia e ia à faculdade à noite. Por se tratar de uma faculdade particular, o curso possuía uma formação com foco mercadológico e não de pesquisa. Com isso, não tive experiência para além de me preparar para assumir um cargo de administradora. Durante a faculdade, escolhi percorrer outros caminhos de trabalho para além da empresa da minha família, trabalhei em uma cooperativa de crédito e, no ano de 2010, concluí minha formação e, nesse momento, acreditei que tinha encerrado minha vida acadêmica.

Depois de formada, muitas coisas mudaram, continuei trabalhando, casei e no ano de 2014 nasceu meu primeiro filho, a maternidade trouxe outra visão de mundo e diversas inquietações. Questionamentos acerca do meu papel de mulher, mãe, esposa, profissional, estudante, etc. e principalmente sobre educação, de como fui educada, e o que gostaria e, principalmente, o que não gostaria de ensinar ao meu filho (mesmo ciente que meus pais fizeram tudo de melhor que podiam por mim e meus irmãos). Logo após o nascimento de meu filho, uma forte depressão me abalou, e iniciou-se um ciclo de estar bem e estar muito mal, nada fazia muito sentido.

Tinha optado por me dedicar à maternidade e ser apenas mãe¹, faltava algo, não me sentia completa e, muitas vezes, sentia-me inútil. Em 2017, surgiu a oportunidade de participar da seleção do Programa Especial de Graduação de Professores para a Educação Profissional – PEG, na Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM, fui aprovada, não possuía conhecimento do que era o curso e ir para as aulas, era uma fuga, poder ver pessoas, conversar. Essa formação alegrava minhas sextas-feiras e sábados, dias em que aconteciam as aulas.

¹ Não me reduzo e nem as mulheres que fazem a opção de dedicarem-se exclusivamente à maternidade, mas como mulher queria e quero seguir os meus caminhos profissionais, estudos e trabalho. A maternidade é entrega de corpo e alma, um filho demanda, ao mesmo tempo que me realizava na maternidade, me via encurralada para seguir outros caminhos e isso hoje só é possível por toda a rede de apoio que possuo, pelo marido que divide as tarefas domésticas e a minha família que é suporte. Sou privilegiada e mesmo assim luto diariamente para tentar equilibrar todas as demandas da minha vida.

O curso era muito bom e me fez ter outra visão da docência e, principalmente, da educação. Os temíveis estágios chegaram, não conseguia me ver professora, na primeira tentativa de ministrar uma aula para meus colegas de PEG, fiquei insegura, nervosa e fracassei. Naquele momento, quis desistir, mas tenho um lema de vida: eu vou até o fim daquilo que me determinei a fazer; e assim tive a oportunidade e honra de conhecer a orientadora desta pesquisa, que abriu espaço em sala de aula, foi apoio e segurança; todos os dias me faz acreditar que a única coisa que podemos dar ao mundo é educação, que muda e transforma vidas. Nas palavras de Paulo Freire (1979, p.84): “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Concluí meu estágio e me saí muito melhor do que imaginava e, naquele momento, descobri qual caminho profissional queria para minha vida. Fui convidada para participar do grupo de estudos Transformação – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional, liderado pela Professora Doutora Mariglei Severo Maraschin. Participei da seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPGEPT) e obtive aprovação. Logo após o resultado da seleção do mestrado, descobri estar grávida do meu segundo filho e, com uma nova gestação, outras inquietações surgiram e o projeto com que tinha ingressado no programa já não fazia mais sentido, estava estagnado. Meu bebê nasceu e com a licença maternidade novas reflexões surgiram. Como ser mulher é difícil! Para ser uma mulher estudante, temos de mover o mundo! Assim, questionamentos sobre as mulheres estudantes do CTISM começaram a surgir: Quem elas eram? O que elas buscavam? Como essas mulheres estudavam sendo mães? Será que elas tinham dificuldade em acessar estes cursos? Essas mulheres trabalhavam? E como eram vistas nesses cursos em que a maioria dos estudantes são homens, será que a maioria são homens? Será que essas mulheres sofrem preconceito? Que motivação elas têm para concluir esses cursos? O que esperam após a conclusão do curso? Quais são suas dificuldades na trajetória de um Curso Subsequente?

Com tantas perguntas e inquietações sobre as mulheres no CTISM, ansiava por respostas. Debati a nova temática com a orientadora e com os colegas do Grupo Transformação e a nova pesquisa começou a tomar forma. Até meu ingresso no PEG, eu sabia muito pouco sobre Educação Profissional e

Tecnológica (EPT). O curso foi divisor de águas - o interesse, a curiosidade e a aprendizagem aprofundaram-se no grupo de estudos coordenado pela Prof. Dra Mariglei Severo Maraschin.

No ano de 2019, surgiu a oportunidade de participar de uma seleção para Professor Substituto em Administração no Instituto Federal Farroupilha – câmpus Avançado Uruguaiana, fiz a inscrição, preparei-me e fui aprovada em segundo lugar. Uma alegria que não cabia em mim, mas só fui chamada para ocupar a vaga em fevereiro de 2020 no IFFAR/campus São Borja. Assumi seis turmas nas modalidades, Integrado, PROEJA, Técnico Subsequente e Superior. A alegria de assumir-me professora foi pega de surpresa com a Pandemia do Covid-19. As aulas presenciais foram suspensas, assumindo de uma hora para outra o ensino remoto. Sem dúvida, o momento mais tenso e de carga mental psicológica mais pesada para as professoras mulheres com filhos, que também tiveram as aulas suspensas. Com os colégios fechados, tornou-se muito difícil manter o trabalho remoto, o ensino das crianças e o trabalho doméstico.

No meu caso, meu filho mais velho está no primeiro ano do Ensino Fundamental, tive de assumir este papel, de ser professora dele, em um momento da vida que é tão importante e significativo, o aprender a ler e escrever, a socialização com os colegas, momento que o espaço escolar permite. E um bebê de apenas 1 ano, descobrindo o mundo, cheio de curiosidades, querendo aconchego e carinho. Difícil conciliar tudo isso com o trabalho remoto, e uma pesquisa em andamento. Não sou a única nesta situação, muitas professoras do IFFAR- Campus São Borja, mesmo sofrendo, reinventaram-se para conseguir manter o equilíbrio em meio a tantas cobranças. Em um primeiro momento, as aulas aconteceram de forma remota por mais de 60 dias, e depois foram suspensas, até então, por tempo indeterminado. As aulas retomaram dois meses depois. Nunca deixamos de trabalhar, muitas *lives* e cursos foram oferecidos aos alunos, até retomarmos as aulas de um modo mais organizado, com aulas síncronas e assíncronas. Encerramos o semestre com muitas dificuldades e algumas desistências. Após, tivemos dez dias de descanso e iniciamos o segundo semestre letivo de 2020, ainda em *home office*, com a mesma organização de encontros estipulados na retomada das aulas do primeiro semestre.

Nessa caminhada, a experiência é enriquecedora, muitos desafios, um pouco dolorosa, sinto-me culpada por não conseguir manter tudo em equilíbrio.

Mesmo assim, não me arrependo das minhas escolhas e tenho absoluta certeza do que busco para minha vida.

Nesse sentido, busquei com esta pesquisa responder a todas essas questões, de maneira em que possa produzir conhecimentos e contribua para visibilidade das mulheres que optam pelos Cursos Subsequentes do CTISM. A partir do encontro da temática neste capítulo, apresento a pesquisa, lócus e sujeitos e finalizo com os caminhos e instrumentos de produção de dados da pesquisa.

1.2 A PESQUISA, O LÓCUS E SUJEITOS

Neste espaço, apresento o tipo de pesquisa que foi desenvolvida, bem como o embasamento do lócus da pesquisa, além dos sujeitos que participaram. Frente a isso, este estudo tem como delineamento a pesquisa qualitativa e exploratória, busquei com ela a realidade, no sentido de oferecer um movimento dinâmico de teoria-prática-teoria. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa fundamenta-se a partir de fenômenos concretos da realidade, relacionando com as particularidades de um determinado tempo e local. Neste sentido Martins, colabora que:

Todavia, pode-se dizer que só haverá Ciência Humana se nos dirigirmos a maneira como indivíduos ou os grupos representam palavras para si mesmos utilizando suas formas de significados, compõem discursos reais, revelam e ocultam neles o que estão pensando ou dizendo, talvez desconhecidos para eles, mesmos, mais ou menos o que desejam mas, de qualquer forma, deixam um conjunto de traços verbais daqueles pensamentos que devem ser decifrados e restituídos, tanto quanto possível, na sua vivacidade representativa. (MARTINS, 2010, p. 54)

Neste texto, Vieira Pinto (1979), contextualiza que o fundamento da prática

Encontra-se na necessidade de inclusão do homem no processo em que produz aquilo de que precisa, ao mesmo tempo se produzindo a si próprio, pelo acúmulo de conhecimentos que adquire. Para agir, deve ter prefigura em ideias a situação em que se empenha, o aspecto da realidade que vai interrogar, e o seu curso empírico e cotidiano é sempre prática, pois as situações não se repetem rigorosamente iguais, de modo que sempre existe a solicitação e compreensão racional para fazer frente às circunstâncias variáveis. (1979, p. 220)

A autora Kuenzer (2016), acrescenta que a prática e a teoria dissociadas, não são capazes de explicar a realidade:

A prática, contudo, não fala por si mesma; os fatos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver para além das aparências, que mostram apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento. Para conhecer é preciso superar o que é aparente, para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento (KUENZER, 2016, p. 7).

Para isso, como pesquisadora, busquei aliar a minha trajetória e encontrar a realidade, a partir da promoção da voz e do lugar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM. Para isso, incluí todas as mulheres que ingressaram em 2018 e 2019. A análise partiu das relações das mulheres com esse contexto, situado no tempo e no espaço. Para isso, busquei desenvolver uma atitude de pesquisa, indo além da habilidade técnica, mas também da prática. Entendo a prática como critério de verdade, como aquela entendida como prática social. Não concebendo essas mulheres no isolamento, na individualidade, e sim, no contexto coletivo. (VIEIRA PINTO, 1979).

A partir do exposto e dos objetivos da pesquisa, fui construindo diversos movimentos com foco de encontrar na realidade os sentidos para pensar as mulheres na EPT. O local da pesquisa foi Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, cuja página institucional a define da seguinte maneira: O CTISM é uma escola técnica vinculada à Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT) da **Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)** e faz parte, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, subordinada ao Ministério da Educação. (Fonte: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ctism/>)

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria oferta ensino público, gratuito e de qualidade, para todas as classes sociais. Atualmente, os níveis educacionais ofertados pelo CTISM são: Educação Profissional, Graduação e Pós-Graduação. A Educação Profissional, está dividida em Técnico Integrado, Técnico Subsequente e PROEJA. O Técnico Subsequente possui sete cursos, que são: Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Segurança do Trabalho e Soldagem (Projeto Político Pedagógico CTISM, 2011).

Realizei esta pesquisa nos Cursos Subsequentes do CTISM, com foco nas mulheres que ingressaram, nesta etapa educacional, nos anos 2018 e 2019. Os dados fornecidos pelo Setor de Registros Escolares foram fundamentais para conhecimento do quantitativo de mulheres, permitindo um mapeamento das mulheres dos Cursos Subsequentes do CTISM. A partir desses dados, produzi a Tabela 1. Frente ao exposto, este estudo qualitativo é de interesse para que os discursos das mulheres estudantes entrevistadas componham discursos reais, relatando suas vivências e experiências, para quando narrados possam ouvir suas palavras para além dos seus pensamentos e em conjunto consigam construir significados.

Tabela 1 – Mulheres Estudantes Ingressantes dos Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM

Subsequente ao Ensino Médio	Mulheres Ingressantes 2018	Desistências 2018	Mulheres Ingressantes 2019	Desistências 2019
Automação Industrial	4	3	5	1
Eletrônica	2	0	1	0
Eletromecânica	4	2	3	2
Eletrotécnica	3	1	1	0
Mecânica	5	4	2	0
Segurança do Trabalho	18	3	15	2
Soldagem	1	0	1	0
Total	37	13	28	5

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo Departamento de Registros Escolar CTISM em 26 de agosto de 2019.

Após a produção dos dados, percebi que, em 2018, ingressaram 37 mulheres com desistência de 13, totalizando 24 mulheres estudantes. No ano 2019, houve uma redução no ingresso de mulheres estudantes, com 28 matrículas, e 05 desistências, totalizando 23 mulheres estudantes ingressantes nesse ano. Assim, no próximo tópico, apresento os caminhos que percorri no desenvolvimento da pesquisa e os instrumentos que utilizei para a produção de dados.

1.3 CAMINHOS E INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS DA PESQUISA

Nesta última parte do primeiro capítulo, apresento os caminhos percorridos desde o início até a organização final do estudo. Após a definição da problematização e objetivo, passei por várias etapas para a produção de dados.

A pesquisa aconteceu em cinco momentos, em que para realização, busquei os dados e informações diretamente no local da manifestação do fenômeno pesquisado, exigindo do pesquisador um deslocamento para o chamado campo. As técnicas e os instrumentos de pesquisa foram: levantamento bibliográfico e documental, questionário, diário de campo, entrevistas, grupo focal e a análise dos dados, a partir embasei na análise de conteúdo.

No primeiro momento, realizei um levantamento bibliográfico, documental, busca em periódicos científicos, legislações e documentos institucionais. Flick (2009, p. 62) afirma que

A literatura teórica sobre o tema a ser estudado; leitura de pesquisas empíricas realizadas anteriormente sobre o tema, ou similares; literatura sobre metodologia da pesquisa; literatura teórica e empírica para a contextualização, comparação e generalização das descobertas

constituem-se em ferramentas que darão suporte para a realização da pesquisa empírica.

Nesse momento, também busquei dados em periódicos científicos, tais como portal e repositórios, para a produção de dados de estudos anteriores. Um periódico científico é um veículo de comunicação científica que cumpre a função de registro oficial da informação científica, constituindo-se reconhecido canal/fonte para o conhecimento científico (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Em um segundo momento, apliquei o questionário que Gil (2009, p.121) classifica como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O questionário é um instrumento de produção de dados ordenada de perguntas abertas e fechadas que devem ser respondidas pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções.

O questionário (Apêndice 1) que utilizei foi semiestruturado com perguntas abertas e fechadas e teve por objetivo identificar as mulheres que ingressaram nos Cursos Subsequente do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria e, ainda,

faixa etária, renda familiar, estado civil, situação de trabalho, curso escolhido, entre outros que aprofundaram esta pesquisa.

No terceiro momento, organizei dois grupos focais. O primeiro com as mulheres estudantes ingressantes no Curso Subsequente em Segurança do Trabalho em 2019; o segundo com as mulheres estudantes ingressantes no Curso Subsequente em Segurança do Trabalho em 2018. Para melhor visualização, produzi a Tabela 2. Para isso, optei por dividir esses grupos focais desta forma, pois quando analisei os dados produzidos pelo Setor de Registros Escolares do CTISM, pude perceber que esses cursos possuíam um número significativo de mulheres e, assim, deduzi que não seria difícil reuni-las.

Nesse sentido, o grupo focal é uma técnica centrada nas interações, expressas através das opiniões contextualizadas referente a determinado tema, configurando-se numa abordagem qualitativa, muito utilizada em pesquisas sociais, sendo uma técnica para a produção de dados e apoio para a construção de outros instrumentos de investigação como a entrevista (GATTI, 2005). Frente a isso, a autora colabora que essa técnica qualitativa de grupo focal pode contribuir significativamente com a pesquisa, uma vez que amplia o olhar sobre o objeto de pesquisa considerando a subjetividade e comportamentos expressos pelo grupo (GATTI, 2012).

O objetivo do grupo focal foi de evidenciar a percepção das mulheres estudantes sobre o tema pesquisado, propondo um debate aberto para o compartilhamento de experiências, de opiniões e a elaboração de diferentes representações sobre o assunto. Busquei com o grupo focal construir respostas às questões norteadoras do projeto, a partir de análise da realidade vivenciada pelas estudantes dos Cursos Subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - CTISM. Gatti (2009) explica que o pesquisador inserido no universo dos pesquisados faz com que seja possível descobrir como algo efetivamente funciona ou se desenvolve. Assim, compreende-se que, mais do que obter respostas em uma conversa, os olhares subjetivos que estão além das palavras tornam-se acessíveis pela inserção no local.

Fez-se necessário dar voz às mulheres desta pesquisa nos grupos focais, para a construção dos dados com significado. Dessa forma, para auxílio na produção dos dados, utilizei um gravador de voz durante a realização dos grupos

focais. As manifestações foram transcritas e agrupadas em categorias para posterior utilização nas análises de conteúdo ao longo do texto.

Tabela 2 - Grupo Focal e mulheres estudantes participantes

Grupo Focal	Curso	Número de mulheres estudantes
1	Segurança do Trabalho	10
2	Segurança do Trabalho	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No quarto momento, era planejado organizar um terceiro grupo focal com as mulheres estudantes dos outros Cursos Subsequentes, porém não consegui encontrar um horário em que todas pudessem participar e muitas delas fugiam, justificando com as mais diversas desculpas. Frente a isso, optei por ir até o CTISM, e encontrar as mulheres estudantes, nos momentos que estavam fora da sala de aula para realizar entrevistas. Com isso, consegui entrevistar um total de cinco mulheres estudantes dos outros Cursos Subsequentes do CTISM. A entrevista, segundo Marconi & Lakatos é “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI & LAKATOS, 1999, p.94). Aqui, também utilizei o gravador de voz, para auxílio produção de dados.

Esses momentos foram registrados em diário de campo, que permeia toda produção de dados desta pesquisa. A ideia foi o “pesquisador mergulhar de cabeça no campo que observará a partir de uma perspectiva de membro” (FLICK, 2009, p. 207).

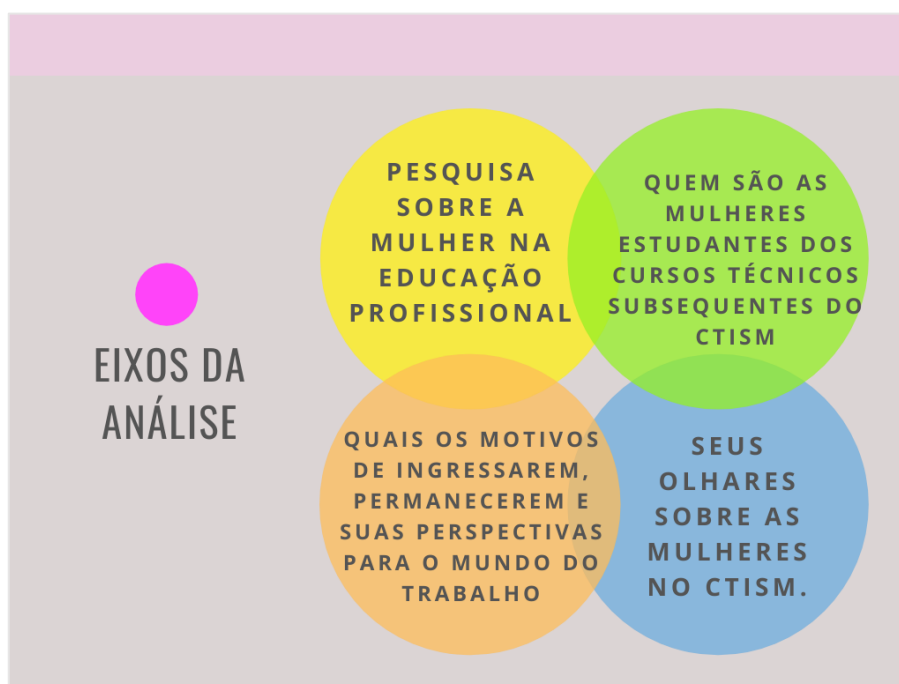
No quinto momento, os dados produzidos a partir da observação, registrado em diário de campo, dos questionários, grupos focais e entrevistas, foram analisados sob o viés de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011).

A pesquisa científica, sendo o movimento de contínua penetração do ignorado da realidade e de conversação do desconhecido em conhecido, compendia-se em duplo processo, objetivo e subjetivo. Mas estes dois aspectos só aparecem em tal divisão para fins de descrição fenomenológica, pois em verdade trata-se de um só movimento, aquele pelo qual a consciência, enquanto produto do mundo, se inclui no

processo geral do mundo, sob a forma de retorno representativo dele a ele mesmo, e isso é o que se chama “subjetividade”, e de propulsão da racionalidade do conhecimento, sob a forma de incremento da autoconsciência universal, cuja expressão suprema encontra-se na ciência. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 502).

“Os dados quando analisados buscando o sentido da ação coletiva, ou seja, de modo a conhecer os sentidos e as racionalidades que fazem cada ser humano agir e produzir a sociedade onde vivemos” (MARASCHIN, 2015, p.69). Esse modo de intervenção e interação permite conhecer as formas de produção da sociedade e os contornos da mudança social (GUERRA, 2012). De forma mais específica, procurei produzir as compreensões das mulheres estudantes sobre o lugar das mulheres nos Cursos Subsequentes do CTISM, baseada nos seguintes eixos: a pesquisa sobre a mulher na educação profissional, quem são as mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM, quais os motivos de ingressarem, permanecerem e suas perspectivas para o mundo do trabalho e seus olhares sobre as mulheres no CTISM. Esses eixos estão representados na Figura 2, e serão trabalhados nos próximos capítulos, começando com capítulo II.

Figura 2 - Eixos da análise da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Busquei em todo desenvolvimento da pesquisa “uma postura analítica e de reconstrução do sentido” do material produzido (GUERRA, 2012, p.31). A partir da observação, grupo focal e entrevistas em que se produza metodicamente o sentido social dos materiais. Considero que o sujeito é uma síntese ativa do todo social e realizei uma análise de conteúdo que procurou interpretar a relação entre o sentido subjetivo da ação, o ato objetivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise (GUERRA, 2012, p. 31).

Reuni o material conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011) em que foram organizados os três polos cronológicos. O primeiro tratou-se da pré-análise, que “é a fase da organização propriamente dita” (BARDIN, 2011, p. 126). Nela, foram transcritos os grupos focais e entrevistas por grupos organizados em Grupo Focal 1, Grupo Focal 2, e entrevistas, denominadas mulher 1, mulher 2, e assim sucessivamente. Seguindo a etapa da “Leitura Flutuante”, após foram escolhidos os documentos, constituídos pelo corpus relacionado às entrevistas, aos grupos focais, ao questionário e ao diário de Campo a serem submetidos à análise e, a seguir, foram formuladas as categorias conforme a problematização, os objetivos, e os eixos de análise.

O segundo momento constou da exploração do material que “é a aplicação sistemática das decisões tomadas.” (BARDIN, 2011, p. 131), ou seja, a codificação, correspondente à transformação que permitiu atingir “uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (idem, p. 133).

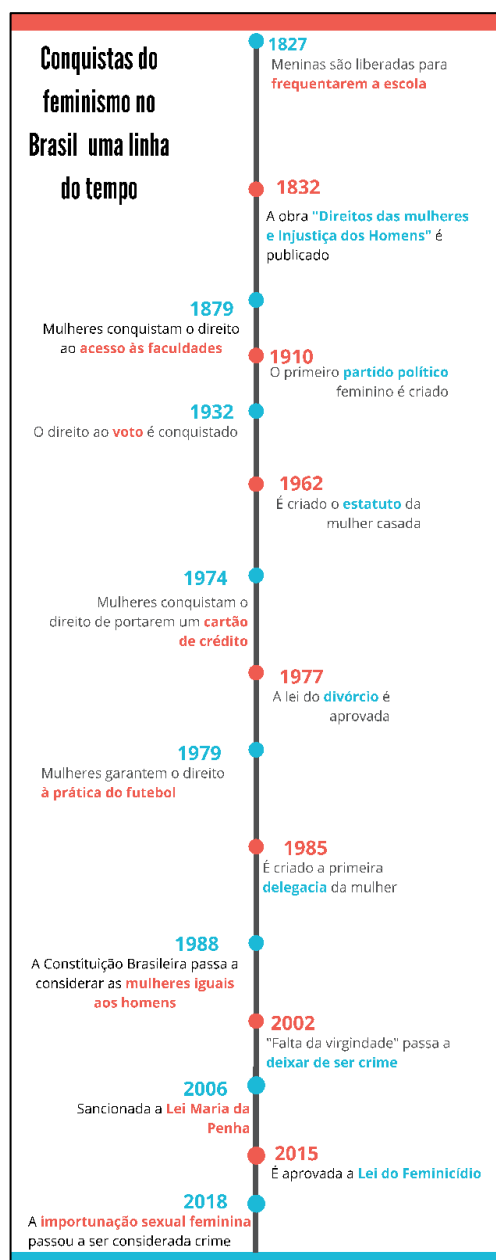
Por último, ocorreu o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme Bardin (2011) ocorreu o tratamento dos resultados obtidos e interpretação: “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e validos.” (Idem, p. 131). Nessa etapa, as categorias foram encerradas e sistematizadas em formas de discursos e incorporadas ao texto. Nos próximos capítulos, introduzirei os discursos produzidos, intercalando com a teoria. O capítulo a seguir trata dos movimentos de lutas por educação e trabalho das mulheres no Brasil.

CAPÍTULO II - MULHERES NO BRASIL: MOVIMENTOS DE LUTAS POR EDUCAÇÃO E TRABALHO

Neste capítulo, tenho por objetivo fazer uma breve discussão sobre as mulheres. Suas relações com a educação e o trabalho. Quando comecei a estudar mais sobre as mulheres, percebi que estamos inseridas além do contexto singular da palavra mulher, mas em toda pluralidade que estamos envolvidas: a criança mulher, o trabalho, a educação, nosso corpo, nossa sexualidade, a violência sofrida e nossos sentimentos.

Existem poucos registros sobre as mulheres até o século XX, século em que ganhamos visibilidade por meio de livros e manifestos em que somos autoras da nossa própria história, que a mídia se faz mais presente, e que se envolveram e participaram ativamente dos sindicatos e dos movimentos sociais, etc... (DEL PRIORE, 2007). O site Nossa Causa é uma organização da Sociedade Civil que dissemina conhecimento e articula atores do ecossistema de impacto social no Brasil. (NOSSA CAUSA, 2019), e trouxeram um artigo no seu website com as conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo, representado na Figura 3, abaixo:

Figura 3 - Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo



Fonte: Adaptado da página Nossa Causa, 2020.

Dessa maneira, pode observar que, mesmo que evidenciamos as conquistas realizadas pelo feminismo ao longo dos anos, temos uma falsa sensação de que existem muitas conquistas, porém se nos detivermos aos detalhes dessa linha do tempo, é nítido que ainda estamos no início de uma longa luta. Existe uma lacuna na linha do tempo, em que noto que essas conquistas são,

na verdade, muito recentes. Neste momento, achei importante aprofundar cada conquista e, sempre que possível, trazer dados científicos para embasá-las.

Segundo o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Arquivo do Senado, “dia 15 de outubro de 1827 o Poder Legislativo aprova a lei de ensino elementar no país que permite as mulheres estudarem” (BRASIL, 2020). Só a partir desse momento que as mulheres puderam estudar além da escola primária. Ainda de acordo com o Plano de Equidade de Gênero e Raça, “Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a publicar artigos em jornais e revistas de grande circulação, era grande defensora da educação feminina e também do fim da escravidão” (BRASIL, 2020), sendo ela autora do livro “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” que foi publicado no ano de 1832. A pesquisadora Nailda Marinho, da UniRio, analisa a trajetória da inserção das mulheres no ensino superior, e afirma que:

Embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, somente com a reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império – Instituída pelo Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879, e que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho – a mulher passou a ter esse direito citado. (MOTTA, 2014)

Na sequência, em 1910, o primeiro partido político feminino é criado e, em 1932, as mulheres conquistam o direito ao voto:

O grande marco para cidadania da mulher no Brasil veio apenas na década de 30, com o Anteprojeto de Código Eleitoral de 1932, seguido da Constituição de 1934, construída na Era Vargas. O novo Código Eleitoral e a Constituição de 1934 garantiram direitos políticos e contemplaram o voto feminino. Permitiram que as mulheres ocupassem o espaço público com poder decisório manifestado pelo voto. (COELHO, 2017)

No ano de 1962, o Presidente João Goulart sanciona a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a situação da mulher casada a saber:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, **função que exerce com a colaboração da mulher**, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I - A representação legal da família;
II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial

adotado, ou de pacto, antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311);

III - o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277".

Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta".

Art. 242. **A mulher não pode, sem autorização do marido** (art. 251):

I - **praticar os atos que êste não poderia sem consentimento da mulher** (art. 235);

II - Alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, ns. II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - Alienar os seus direitos reais sôbre imóveis de outrem;

IV - Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal".

Art. 246. **A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa.** O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com êle adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242. (BRASIL, 1962, grifos nosso)

Percebo que muitas mulheres são contra o feminismo, vejo nas redes sociais posicionamentos contra o movimento, mulheres que fazem comentários sem conhecimentos nas redes de outras mulheres que aderem ao movimento, e acredito que isso só acontece porque essas mulheres nasceram em uma época que os seus direitos estão garantidos. Como pode-se ver na Figura 3, apenas no ano de 1962 as mulheres tiveram uma lei que deu o direito à esposa administrar junto do seu marido os bens da família e, mesmo assim, ela só podia trabalhar fora com a permissão do marido, a possibilidade de ir em juízo caso se sentisse prejudicada em seu casamento, e foi colocada no mesmo patamar do marido e o mais importante, caso a mulher tivesse uma profissão, poderia decidir o que fazer com seu dinheiro.

Assim, talvez esse sentimento adverso que muitas mulheres sentem pelo movimento feminista é porque elas não entendem que todos os direitos que hoje desfrutam foi por serem garantidos e lutados por mulheres que vieram antes de nós, talvez em algum momento se consiga que todas as mulheres do nosso país entendam isso. Essas conquistas mudaram e continuam mudando muitas vidas, mesmo que algumas mulheres não entendam ou não saibam disso. Nesse sentido, penso em como as mulheres estudantes do CTISM se veem nos cursos em que estão matriculadas. Durante o Grupo Focal 2, pergunto se elas acreditam

que por serem mulheres o curso técnico subsequente se torna mais difícil e por quê? Em um primeiro momento, o silêncio tomou conta da sala e seus rostos ficaram com feição pensativa, quando a mulher estudante 2, toma a narrativa:

Me2: *Eu acredito que por ser de segurança do trabalho não. Se fosse alguma outra área específica como de mecânica, elétrica, automação, seria mais complicado, mas em ST dá para ver que tem muitas mulheres como alunas, só que não tem representatividade como professores. Isso é um reflexo e antigamente a maioria eram engenheiros de segurança do trabalho...* **Me1:** *Isso resulta em que às vezes a gente tem que escutar algumas coisas chatas, mas está tudo bem, porque se fosse um negócio recorrente.* **Me3:** *o curso iniciou bem machista.* **Me1:** *se fosse todos os dias ouvindo bobagem, mas não, é coisa bem de vez em quando, e é a coisa natural da sociedade, tu não vai querer que os caras de 60/70 anos mudem isso agora. E não são comentários péssimos, apenas uns comentários que não precisavam existir.* **Me4:** *é acredito muito nisso que as gurias falam, acho que começou bem pior e no fim como teve muita desistência no curso, acabou que a turma ficou parelha em questão de homem e mulher, então eu acho que está bem melhor. (GF.2 - Mulheres estudantes ingressantes 2018, grifos nossos)*

Posso perceber que essas mulheres estudantes tomaram para si a normalização e naturalização do machismo, ao mesmo tempo que identificam que sofrem machismo na sala de aula, acabam amenizando em seus próprios discursos. Acreditam que porque o homem é de uma outra época, tudo bem eles falarem bobagens e fazerem piadinhas com elas, mesmo que isso as atinja de alguma forma. Destaco que percebo que apontam para o fato de que, quando elas conseguem se unir em coletivo, o machismo diminui, tanto que na narrativa da mulher estudante 4, ela aponta para o fato de o curso, no início, ser mais machista do que depois das desistências masculinas que ocorreram durante o curso e a turma ter ficado de igual para igual. Desse modo, tornando importante ter uma participação maior de mulheres estudantes em todos os cursos do CTISM.

No entanto, as mulheres estudantes do Grupo Focal 1 apresentam uma outra perspectiva e são unânimes no fato de que o curso não é mais difícil por serem mulheres.

Me1: *Eu acho que não, não tem nada ver ser homem ou ser mulher, eu acho que todo mundo tem o direito de estar aqui.* **Me2:** *O curso em si não, não é difícil.* **Me3:** *Eu acho que não. O curso é um pouquinho puxado, mas acho que não interfere em nada.* **Me4:** *Não eu acho bem tranquilo.* **Me5:** *Este curso eu acho que acolhe bem os dois públicos...* **Me7:** *Eu também não, porque eu acho que nós todas somos capazes de fazer o que os homens fazem. (GF.1 - Mulher estudante ingressante 2018, grifos nossos)*

A fala das mulheres estudantes do Grupo Focal 1 reforça que acreditam que podem ocupar o espaço que quiserem e que não se sentem inferiores aos homens, acreditam ter as mesmas capacidades. E as mulheres estudantes que foram entrevistadas acabam confirmando em suas narrativas o que as mulheres estudantes do Grupo Focal 2 (ver página 25), observaram sobre os outros cursos subsequentes serem mais difíceis, pelo fato de serem mulheres e, muitas vezes, são ignoradas, desacreditadas e, em alguns momentos, “beneficiadas” pela condição do gênero que possuem.

Me1: *Eu acho que não, os professores nos tratam tudo por igual. Me2:* *Eu acho que não. Me3:* Com certeza, para começar nas aulas é mais difícil porque as pessoas não acreditam tanto em ti, alguns professores quanto os colegas. Ai eles não te passam todas as coisas, não te incluem em todas as atividades e acabam facilitando algumas vezes as atividades para ti. Me4: *(longa pausa) é, eu acredito que o curso técnico subsequente da questão da mecânica, né. Isso é um pouco cultural que os homens cuidam dos carros e as mulheres de outras coisas. E aqui a gente tem uma cadeira que para mim eu tive muita dificuldade que é elementos de máquina; os professores até foram flexíveis, alguns até trouxeram outros exemplos sabe, mas outros era entendeu, entendeu, se não entendeu procura vai atrás. O que eu mais enquanto mulher assim, que achei de dificuldade foi isso, deles já esperar que eu já estivesse uma preparação ou soubesse o que é um rebite, uma arruela, coisas mais mecânicas; como nós mulheres a gente muitas vezes não sabe né; muitas vezes eu encontrei esta dificuldade. Até hoje eles falam sobre motores, homens geralmente sabem sobre motores de carro, né! As mulheres dificilmente sabem, só se elas procurarem mesmo e eu não sei, e tem muita coisa que eu não sei ainda, entende?*
Me5: *Sim, eu acho que se coloca uma carga psicológica com as relações que são estabelecidas, então toda vez que você dá o resultado de uma conta a pessoa confere de novo, você passa não confiar nas contas que tu faz, é ou enfim se tu tira dúvida (isto era uma situação bem comum), tirar uma dúvida com o professor que era igual dos teus colegas, mas quando ele responde para ti, ele responde muito mais agressivo, é uma postura que não dá para entender, inclusive. Eu acho que se torna mais difícil porque primeiro não dá para entender este tipo de comportamento. (ENTREVISTA – Mulheres estudantes, 2019 – grifos nossos)*

Neste momento, destaco que, mesmo que esteja garantido o direito das mulheres de acesso à educação profissional, os espaços que ofertam, talvez não estejam preparados para receber essas mulheres, acreditando que elas não deviam estar ali. Isso fica comprovado quando a narrativa das mulheres estudantes revela o fato de alguns professores facilitarem conteúdos pelo fato de serem mulheres ou desacreditarem quando as respostas acontecem por parte delas. Ou, em outro sentido, a agressividade, falta de paciência ou empatia quando a dúvida acontece por parte de uma mulher. Existe também o fato de as próprias mulheres estudantes acreditarem que não entendem sobre aquele

assunto e conteúdo, por ser mulher. Diante do exposto, acredito que ter o direito ao acesso é apenas uma parte do todo, é preciso que essas mulheres façam parte e sejam respeitadas, tanto quanto os homens.

Assim, retomo a sequência das conquistas do feminismo no Brasil, no ano de 1974, quando foi aprovada a Lei de Oportunidade de Créditos. Até então, as mulheres só podiam portar cartão de crédito ou ter acesso a linhas de créditos bancárias se um homem se responsabilizasse e assinasse por aquela mulher, assim dando aval para que ela tivesse acesso ao crédito no sistema bancário. Atualmente, a maioria das mulheres possui autonomia financeira, trabalha fora de casa e administra seus recursos financeiros, de forma que acredita ser melhor para si. Mesmo que seja normal, nos dias atuais, possuímos autonomia financeira, algumas mulheres ainda encontram dificuldades para acessar financiamento. De acordo com o Sebrae (2019), as mulheres empreendedoras ainda hoje enfrentam dificuldades em acessar linhas de créditos para suas empresas, sendo estas oferecidas, algumas vezes, com juros mais altos e menor valor total de crédito.

De 1974 até os dias atuais se passaram 46 anos, e muitas coisas podiam e deviam ter mudado. No entanto, a mulher ainda carrega a falta de credibilidade, de não ser suficiente para ter seu próprio negócio, ou saber administrá-lo. Ofertar juros mais altos para as mulheres empreendedoras é um meio que o sistema capitalista utiliza para controlá-las.

Até 1977, as mulheres não podiam se divorciar dos seus maridos, isso só foi possível com a Lei nº 6.515, de 26 de setembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Em 1979, garantiram o direito de jogar futebol, pois, entre 1941 até 1979, era crime mulheres praticarem esse esporte. O Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que estabelece as bases de organização dos desportos em todo país, traz no “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941).

Atualmente, as mulheres têm o direito de jogar futebol, inclusive existem times profissionais femininos, times que não podem ser comparados aos clubes profissionais masculinos e sua potência em girar e ganhar dinheiro, e este é um

dos motivos de o futebol profissional feminino não ter ascensão, afinal o capitalismo precisa lucrar e a paixão nacional do futebol possui um caráter masculino. Essas profissionais do futebol não têm a mesma visibilidade do que os homens, e tão pouco a mesma remuneração. A atleta mais famosa não ganha nem 1% do que o jogador mais famoso. Com isso, as jogadoras precisam quebrar diversas barreiras, uma delas é igualdade de salários e reconhecimento.

O ano de 1985 foi um ano histórico e marcante para muitas mulheres que sofrem abuso físico e psicológico por seus companheiros, ano que é criado a primeira delegacia da mulher na cidade de São Paulo com o Decreto nº 23.769 de 06 de agosto de 1985:

Artigo 1.º - É criada, na Secretaria da Segurança Pública, a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, subordinada ao Delegado de Polícia Chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo - DEGRAN.

Artigo 2.º - A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher cabe a investigação e apuração dos delitos contra pessoa do sexo feminino, previstos na Parte Especial, Título I, Capítulos II e VI, Seção I, e Título VI do Código Penal Brasileiro, de autoria conhecida, incerta ou não sabida, ocorridos no Município da Capital, concorrentemente com os Distritos Policiais. (SÃO PAULO, 1985)

Um espaço para denúncias destinado exclusivamente para mulheres é o primeiro passo para outras conquistas, como a conhecida Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.240/06 que veremos mais à frente. Na sequência, temos a igualdade de gênero descrita no Art 5º da Constituição Federal de 1988, “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988), isso quer dizer que todos são iguais aos olhos da lei, tendo os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades e obrigações. Esse inciso é de extrema importância, pois é considerado um direito fundamental, indispensável à cidadania, à sociedade e ao Estado Brasileiro. A lei prevê que somos todos iguais, mas será que as mulheres são tratadas sempre iguais aos homens? Nesse sentido, pergunto ao Grupo Focal 2, se existe ou existiu alguma situação dirigida à condição de mulher que as fizeram pensar em desistir do curso?

Me1: Eu só lembrei do que a Me3 falou porque na minha cabeça nunca veio que o professor falou isso alguma vez, mas agora que ela falou que lembrei. Passou muito batido, qualquer pessoa que vem da engenharia está acostumada, porque na engenharia eu já ouvi coisas 10 vezes pior. Já ouvi professor dizer que as gurias vão ter mais dificuldade, que “eu sei que é mais difícil para vocês”, sabe? O que a gente escuta aqui é o

de menos. **Me2:** No meu caso eu diria o contrário que eu venho de uma graduação totalmente masculina e eu era digamos a única guria na sala, então estou acostumada com muito mais coisas machistas e preconceituosas, então para mim é normal e bem tranquilo, não achei nada demais. **Me3:** Principalmente por causa dos professores machistas, eu achava muito pesado no início, para mim era bem difícil, assim eu vim de uma graduação que tem só meninas, bem dizer, lá os professores a maioria são mulheres, então é mais fácil. Uma situação bem machista é o professor “X”, no início do curso eles além de quererem mostrar que o curso era muito pesado que tem que ser muito “uau”, tem que ser muito forte para qualquer situação, no início do curso sempre perguntava: senhora ou senhorita? De uma forma meio ofensiva, sabe? Para que fazer isso, para que perguntar isso? Tem que saber se a pessoa está casada ou não tem? Ou se tivesse filho, “ah com filho é mais difícil”, sempre como uma situação que me deixava um pouco irritada. **Me4:** É até acho chato a gente ficar dizendo: “ah eu sou acostumada, já” e que é normal. Eu também venho de uma graduação que em todos os casos seja em projeto de pesquisa, seja em coisas a parte, eu sempre fui a única mulher, para não dizer que era a única, tinha casos que tinha eu e mais uma, então a gente tem o costume de não achar ofensivo muitas coisas que escuta e ao mesmo tempo a gente sabe que é ofensivo, mas naquilo que já não nos ofende mais porque acostumou. (GF.2 - *Mulheres estudantes ingressantes 2018, grifos nossos.*)

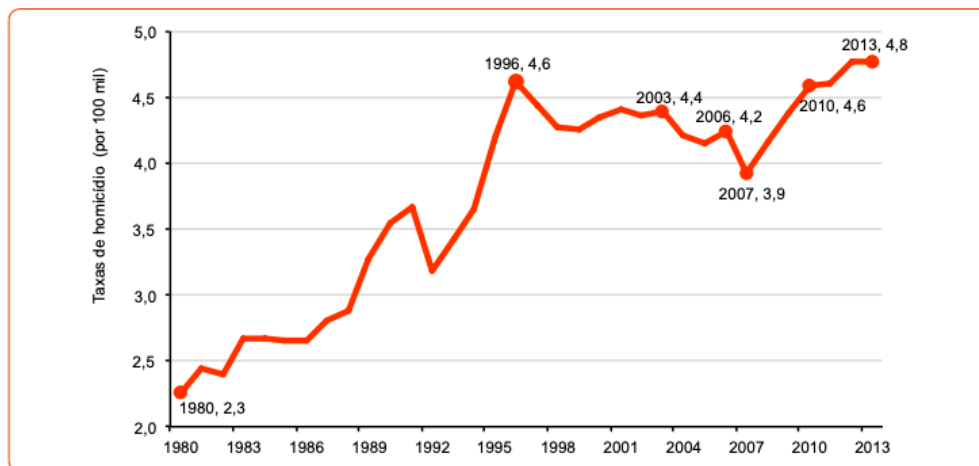
Nessa perspectiva, observo que as mulheres, mais uma vez, em algumas situações, normalizam e naturalizam o machismo, e que elas não se sentem iguais aos homens. Assim, como as pesquisadas, percebo que a sociedade nos ensina a se “acostumar” a ouvir, porque somos a minoria. As mulheres garantem o direito de acessar a educação profissional e outros espaços como narram, mas sempre estão escutando piadinhas, sendo assediadas de uma forma agressiva que as incomoda. Destacam o fato de alguns professores amedrontarem as que são mães, pelo curso se tornar mais difícil. A Constituição Federal de 1988, prevê que somos todos iguais nos nossos direitos e obrigações, é de extrema importância, porém que a nossa sociedade precisa rever urgentemente os conceitos que são pré-estabelecidos no patriarcado.

Apenas no ano de 2002, com a reformulação do Código Civil, a “falta de virgindade” deixou de ser crime. No Código Civil de 1916, estava redigido no “Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge: IV. O defloramento da mulher, ignorado pelo marido.” (Brasil, 1916). O marido podia devolver a mulher até 10 dias após o casamento, caso comprovasse que a mulher não era mais virgem. No ano de 2006, uma importante lei é aprovada e fartamente divulgada por todas as mídias, que é a lei popularmente conhecida Maria da Penha, esta Lei 11.340/2006:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006)

Uma lei que torna mais rigorosa a punição a agressões contra as mulheres, com maior divulgação no nosso país. No entanto, dados apresentados pelo Mapa da Violência (2015), afirmam que, “no período 2006/2013, com a vigência da Lei, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% no ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano”; está queda não se manteve, ao contrário teve um crescimento significativo de 2008 a 2013, esses dados demonstram que mesmo que exista uma lei para o combate à violência contra as mulheres, os crimes continuam sendo praticados. Aqui não posso argumentar o porquê desse crescimento, mas posso afirmar que a luta das mulheres parece não ter fim. Na Figura 4, podemos observar o gráfico disponibilizado pelo Mapa de Violência:

Figura 4 - Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100mil). Brasil. 1980/2013.



Fonte: Mapa de violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Temos a Lei da Maria da Penha como uma conquista feminista, pois oferece visibilidade para os crimes contra as mulheres, ajuda-as a terem voz e denunciarem os seus agressores, porém fica a pergunta e o que acontece com

esses homens, eles são punidos pelos seus crimes? Ou a lei é apenas uma porta para as estatísticas? Com isso, no ano de 2015, foi aprovada mais uma lei a favor das mulheres, a Lei nº 13.104/2015 que “altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.” O art. 121 de Decreto-Lei nº 2.848/1940, prevê a seguinte redação:

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

.....
 § 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

- I - Violência doméstica e familiar;
- II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

O que motiva o feminicídio? Na maioria das vezes, é o fato de o parceiro da vítima não aceitar o fim do relacionamento e acreditar que a mulher é propriedade dele. Mesmo com a mudança da legislação, o índice de feminicídio aumenta ano após ano. Comemoramos essas conquistas, mas não podemos deixar de nos perguntar a todo momento o quanto elas são eficazes? Inquietações que as mulheres carregam, temos mais leis, mas cada vez mais crimes. E mais uma está na lista de conquistas que é definida pela Lei nº 13.178, de 24 de setembro de 2018, que o mesmo decreto de lei anterior:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). (BRASIL, 2020)

A importunação sexual prevê pena de reclusão de um a cinco anos, caso o ato não constituir crime mais grave, o art. 215-A, redige que “praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiros” (Brasil, 2018). E em tempos da era da tecnologia, a internet e redes sociais, que possibilitam o encurtamento de distâncias entre as pessoas, temos também o compartilhamento de notícias rápidas, muitas vezes,

em tempo real e a referida lei também prevê como crime o compartilhamento de divulgação de cenas de estupro no art 218-C:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia. (BRASIL, 2018)

Essa lei vem ao encontro da proteção de crianças e mulheres que são estupradas, e também para aquelas que são chantageadas por ex- parceiros ou homens com quem tiveram algum relacionamento e trocaram fotos íntimas, e esses homens utilizam o material como forma de chantageá-las, ameaçando-as com exposição em redes sociais e aplicativos de comunicação. Na sua maioria, são meninas menores de idade que são as maiores vítimas. Mesmo que exista esta lei de proteção de imagem, é de conhecimento que existem muitas mulheres e crianças que são expostas diariamente.

Para este capítulo, foi importante historicizar a linha do tempo das conquistas femininas, para assim nos situarmos o quanto foi e continua sendo para as mulheres terem acesso a direitos básicos humanos. Como mulher, estudante, pesquisadora e professora, espero que esses direitos sejam cobrados diariamente por todas, que nós saibamos da nossa história e das dificuldades enfrentadas por nossas antepassadas e que tenhamos direitos e obrigações iguais, como seres humanos que somos.

Ainda em continuidade desta temática no subcapítulo a seguir, irei me debruçar na “As contradições do lugar das mulheres do sistema capitalista”, sistema este que domina nossas vidas.

2.1 AS CONTRADIÇÕES DO LUGAR DAS MULHERES DO SISTEMA CAPITALISTA

Desde que nasce, não é um exagero dizer, uma menina está condenada a um tipo de trabalho que se parece muito com a servidão que em tudo, é diferente do trabalho remunerado ou do trabalho que se pode escolher dependendo da classe social à qual se pertence. (TIBURI, 2018, p.14)

Nascemos sabendo que precisamos trabalhar para sobreviver, crescemos ouvindo que o trabalho é ruim, é difícil, que precisamos estudar para ser alguém na vida, já condicionados que, sem estudo, estaremos destinadas a servir o outro com a força de trabalho braçal, sem opção. Nossos pais/cuidadores reproduzem essa fala para filhos e filhas, porém eles não precisam dizer às suas filhas que a obrigação de lavar, cozinhar e passar é delas, isso já está condicionado quando nascemos mulher. Marcia Tiburi descreve exatamente como o trabalho doméstico se parece uma servidão, e é claro essa servidão está destinada às mulheres. Concordo quando ela escreve que é uma condenação, em um lar onde todos precisam se alimentar, de roupas limpas, passadas, por que esta responsabilidade é somente das mulheres? O capitalismo romantizou o trabalho doméstico, cozinhamos com e por amor, limpamos por amor, cuidamos dos nossos e dos outros, tudo por amor.

Nesse sentido, as mulheres trabalham dentro de suas casas e não são remuneradas por esse trabalho que, na maioria das vezes, nem é considerado um trabalho. Consideramos trabalho aquele que é remunerado e acontece fora de casa, mas percebemos que o homem não pode trabalhar se não tiver alguém, de preferência do sexo feminino, cozinhando, lavando, passando, cuidando das crianças para ele. O trabalho doméstico foi naturalizado como uma competência feminina, acreditando que assim todos iam ganhar, mas foi ignorado o que as mulheres realmente desejam, será que desejamos ser integralmente mães e donas de casa? Ou queremos mais que isso? Que nossos pares dividam as responsabilidades de forma equilibrada? Ser reconhecidas pela nossa profissão e pela qualidade do nosso trabalho, pelas nossas competências? Queremos trabalhar em casa? Quando naturalizado esse sentimento, o sistema capitalista lucra com isso também, pois as mulheres se enchem de culpas e continuam reproduzindo seu trabalho talvez, muitas vezes, amarguradas, tristes e deprimidas, mas o que importa é que continuam.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside de fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da natureza feminina. (FEDERICI, 2019, p.42)

Enquanto escrevo e organizo meus pensamentos, quando estive no CTISM para aplicar um questionário a uma aluna, foi difícil encontrá-las. Comecei a ir às salas de aulas para conseguir os dados que precisava para esta pesquisa e enquanto ela respondia ao questionário, o professor da disciplina perguntou sobre o que era minha pesquisa, depois que respondi, prontamente ele argumentou: “que as mulheres são mais dóceis, são elas que sabem dar amor aos seus filhos, existe uma delicadeza na mulher, porque o homem é bruto, não é carinhoso, é lapidado na brutalidade” (DIÁRIO DE CAMPO, 15 out 2019). É nesse exato momento e discurso que entendemos o que o sistema capitalista espera de nós, mulheres. Ele é tão perfeito que consegue nos vender a ideia de que somos nós as únicas responsáveis pelo afeto, amor e servidão. Assim adoecemos e nos afundamos em culpas.

Federici, aponta exatamente para este sentido, em que diz que o trabalho doméstico não é como os outros, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora (FEDERICI, 2019, p.42).

O sistema capitalista nos manipula com um falso amor, uma devoção à família, e não nos pergunta o que queremos para nós, somos acusadas quando não nos doamos à servidão fantasiada de amor. Essa ideia de servidão faz parte da história de vida das mulheres. Marx e Engels no livro “A ideologia alemã”, colaboram escrevendo que a “mulher e as crianças são consideradas escravas do homem”. (MARX e ENGELS, 2009, p.47). Ao encontro desse pensamento, a autora Saffioti (2013) no livro “A mulher na sociedade de classes”, aprofunda o pensamento de Marx e Engels dizendo que a cultura da sociedade patriarcal a obediência era uma norma ditada pela tradição, em que se alegava que o homem devia proteger a mulher em virtude de sua fragilidade. A mulher devia colaborar no trabalho e seu comportamento devia ser submisso, já que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher se desenvolver em relação ao chefe de família.

Nesse sentido, o homem se aproveitou da diferença biológica entre os gêneros feminino e masculino para ter controle das mulheres, fazer com que elas acreditassem que dependiam de proteção para sobreviver e que o homem era superior por sua força física. Atualmente vivemos num contexto em que essa cultura teve uma certa evolução, as mulheres, de alguma forma, conseguem

compreender que não são o sexo frágil, que não precisam ser submissas, que podem empoderar suas vidas e viver como desejam, no entanto, o patriarcado se enraizou na nossa história.

Durante a passagem da produção de modo feudal, em que existiam os servos que trabalhavam para os senhores em troca de comida e moradia para o modo capitalista, e se iniciavam as relações assalariadas, nesse momento se instaurou um grande ônus social para as classes sociais desprivilegiadas. Tornando claro, nesse novo regime, a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração econômica de que uma delas é alvo em nome da outra. Nas sociedades pré-capitalistas, primeiro momento em que acontece a transição do modo feudal para as relações capitalistas, embora jurídica, social e politicamente a mulher seja inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenhando um relevante papel econômico. Esse papel era menos relevante que o do homem, e definia-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. (SAFFIOTI, 2013). Com um novo sistema se iniciando as mulheres foram incluídas, porque de alguma forma representavam força produtiva, possuíam representação econômica, mas não tinham direitos e eram consideradas inferiores ao homem.

Nessa transação de modo econômico, o processo de riqueza social caminhava a passos lentos, assim a produtividade era baixa, e não se excluíram as mulheres do sistema produtivo, garantindo assim a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, o processo de expulsão da mulher do sistema produtivo já estava esboçado no modo subsidiário assumido pelo seu trabalho. A força de trabalho das mulheres se depara com barreiras com o advento da economia urbana, fabril e emprego em que foi oferecido posições subalternas, as conduzindo à marginalização das mulheres do sistema produtivo (SAFFIOTI, 2013). A autora segue nesse pensamento e diz que as mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho. Sempre contribuíram para a subsistência de sua família e para criar riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres sempre possuíram representatividade na classe do trabalho, mesmo assim no sistema capitalista foram menosprezadas, trabalhando mais que os homens e ganhavam menos. “As mulheres sofriam desvantagens sociais que permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, intensificando e estendendo sua jornada de trabalho e de salários mais baixos do que os dos homens.” (Saffioti, 2013, p.130). A máquina estava elevando a produtividade do trabalho humano, porém para a classe burguesa ainda não era suficiente. O intenso processo de urbanização, desalojou do campo massas de trabalhadores rurais e fomentou bases da fabricação doméstica e do artesanato independente, promovendo o assalariamento de crescentes massas humanas provenientes de uma economia campesina ou de burgo. O trabalho independente era cada vez mais limitado a um restrito grupo de empresários capitalistas. O início do capitalismo industrial registrou o assalariamento, nas funções fabris, de tão grandes contingentes da mulher e de crianças, que Marx não pôde deixar de notar que o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria (SAFFIOTTI, 2013). Como vimos, o trabalho é uma necessidade que a civilização nos impõe, então as mulheres vendiam sua mão de obra pelo salário que os empresários burgueses queriam pagar, que se aproveitavam e utilizavam o trabalho da mulher não pela sua eficácia e qualidade, mas pelo fato de assim poderem ter maiores lucros com um custo menor do que a contratação de homens, lucravam duas vezes. Nesse sentido, busco entender se as mulheres estudantes do CTISM percebem a importância do seu trabalho. Perguntei se considerando a trajetória pessoal e profissional, qual a importância de estarem no curso?

***Me1:** Não porque eu escolhi o curso, mas faz parte da minha trajetória pessoal que eu acho que no fim inconscientemente foi o motivo. Que eu acho que todo mundo já sabe que meu pai tinha que ter se aposentado de maneira especial há cinco anos atrás e ele não conseguiu devido a “n” erros na justiça e eu sinto que o curso me faz perceber diariamente o quanto (meu pai é mecânico, trabalhou com graxa a vida inteira), este tipo de profissional e estas categorias são e sofrem no seu trabalho, porque trabalho é uma coisa para ser boa e não para ser uma coisa que traga problemas para saúde e eu acho que justamente esse fato que aconteceu na minha família, ele tem muita ligação com o curso e cada dia mais eu percebo o quanto eu poderia/posso ainda tentar ajudar meu pai se aposentar devido a isso sabe. No curso mesmo, falando de estudo e caminho profissional, nós na engenharia química não temos nada de segurança, só lá no final do nono semestre que é dado de qualquer jeito e finge que teve, deu e pronto. E aqui no colégio que é excelente, que*

*tem muita visão de segurança, muito mais do que em uma especialização e pode ver muitas questões de dentro da indústria e aplicações que eu vou ter no meu curso, na minha futura profissão, mas que infelizmente meus colegas não vão ter o mesmo acesso e aqui como temos uma visão muito ampla de tudo que pode envolver segurança. Nós temos professores de excelência que eu acho que vai contribuir 100% e dá uma visão que abre totalmente. **Me2:** Eu concordo com a mulher estudante 1 totalmente **Me3:** Acredito que eu possa utilizar futuramente a intenção já era esta e durante o curso eu comecei a especialização, então eu pretendo “roubar” o lugar de algum professor, então este é meu objetivo no momento, acredito que o curso vai ter bastante valia. **Me4:** A minha é a mesma situação das falas anteriores, tentar o máximo agregar com minha faculdade e seguir na área para futuramente fazer outras especializações na área. (GF.2 – Mulheres estudantes ingressantes 2018 – grifos nossos)*

Diante do exposto no Grupo Focal 2, a participação da mulher estudante 1, aponta para o fato de que de uma forma inconsciente ela buscou o curso para ajudar o pai e demonstra se sentir responsável, buscando conhecimentos para que ela possa ajudar a encaminhar a aposentadoria dele. O cuidado e a responsabilidade com os outros, de alguma forma afeta as mulheres, estamos sempre encontrando meios para garantir que os nossos familiares não sofram, mesmo que isso não seja nossa responsabilidade, acabamos tomando para nós.

As mulheres estudantes que foram entrevistadas apresentam uma outra perspectiva para a mesma questão.

***Me1:** (longa pausa) me ajuda a conhecer as partes mais básicas...**Me2:** O aprendizado que eu tive é totalmente diferente do normal que eu fazia também. **Me3:** Eu não sei, eu acho que tive um crescimento pessoal muito grande no curso, é um curso muito bom. Não sei muito o que falar assim. **Me4:** (longa pausa, pediu para parar a gravação, contou toda sua história de vida e pediu para retornar a gravar). Eu no início procurei o curso porque eu já trabalhava com soldagem, na verdade como soldadora numa empresa, só que eu era auxiliar de produção, eles não queriam assinar minha carteira como soldadora, então eu ficava como auxiliar de produção. Vim para Santa Maria e como eu já trabalhava no ramo, me indicaram este curso, porque na verdade eu não vim para Santa Maria, eu vim para São Pedro onde meu pai mora, morava no caso, daí eu entrei e também porque meu irmão é torneiro e meu outro irmão é operador de solda, trabalha na (ficou pensativa) em outra cidade aí. Aí foram eles que me motivaram a continuar, porque na época eu não tinha muito conhecimento na questão de mercado de trabalho, se existia muito preconceito quanto eu mulher ou não, eu era um pouco leiga no assunto. Depois saiu um workshop, que eu tinha o sonho de trabalhar na indústria naval para trabalhar como soldadora marítima e foi isso que me motivou a continuar no curso... tive bastante reprovações por questões, primeiro uma questão familiar e a segunda também, mas a primeira foi que minha prima faleceu e daí eu tive problemas de depressão estas coisas, e eu não consegui continuar o curso e aqui no CTISM o sistema não é igual ao da graduação, né, reprova em uma cadeira, reprova em tudo, aliás reprova em tudo não, tem que continuar no outro ano porque*

o curso é anual. Ai eu continuei no outro ano e ai ano passado (2018) meu pai faleceu, foi ai que achei que tinha desistir, né, de tudo assim...porque sabe como é, cresci com ele, ele me criou aquela coisa toda, mas graças ao incentivo de muito professores e do grupo pedagógico que tinha acompanhamento com psicóloga, a Mariglei mesmo, ela sempre me ajudava, assim eu consegui continuar. Reprovei em algumas cadeiras, mas eu continuei. A partir dai eu comecei a entender mais sobre as coisas na questão que tem muito preconceito nas indústrias, eu mesma passei por diversas entrevistas onde eles queriam homens e tinham homens que não tinham meu currículo como técnica ou soldadora, não tinham o que eu passei, a experiência como soldadora, mas que eles pegavam, ou pode ser também por, não sei, eu acredito que o preconceito maior seja de mulher, até porque a índices disso que 64% dos homens trabalham nas indústrias e os demais são as mulheres né, até tem um trabalho que apresentei esta semana sobre isso, as dificuldades encontradas pelas mulheres na indústrias, 2010 eu acho que teve o índice que de todos os soldadores só 3% eram mulheres sabe e então só estou concluindo o curso, claro que tem muitas áreas como eu disse que eu quero, tem a área da robótica que eu vou fazer o estágio ou tem a área do projetos estas áreas assim, mas como o conhecimento que eu tenho hoje eu sei que se tiver um homem inexperiente e tiver eu no caso, quem vai pegar é o homem né.. e as desculpas deles são sempre as mesmas que o homem tem mais força, mas hoje né o mundo evoluiu, o que não evoluiu foi a cabeça das pessoas , porque a gente as indústrias e as tecnologias estão cada vez mais avançadas e eu que trabalhei em 2012 nesta metalúrgica ai eles tinham os guinchos né que as peças mais pesadas seriam carregadas pelos guinchos, mas eles usam esta desculpa, só que o preconceito está na cabeça de cada um.. (ENTREVISTAS - Mulheres estudantes, 2019 – grifos nossos)

As relações familiares são muito importantes para as mulheres, normalmente essas relações guiam suas vidas, baseadas na experiência e vivência familiar que possuem. Como narra a Me.4, ela não tinha percepção do preconceito na área de trabalho que escolheu, só conseguiu perceber quando começou a participar de processos seletivos, ciente que seus concorrentes não possuíam experiência e nenhum conhecimento técnico como o dela, acabava não conseguindo o trabalho pelo fato de ser mulher. Mesmo quando atuante na área, a empresa optou por registrar sua carteira de trabalho em outra função, assim deixando de remunerá-la com direitos, como por exemplo: periculosidade.

Assim, percebo que esse é o critério que algumas empresas utilizam no momento de contratar uma mão de obra, não contratam mulheres, e quando fazem cobram as mais diversas competências, mesmo que elas desempenhem as mesmas funções que os homens, fazem cobranças diferentes, não registram na função de trabalho que estão alocadas e, conseqüentemente, seus salários são menores. No mundo globalizado e capitalista em que vivemos, trabalhar é uma necessidade, no entanto, o trabalho deve atuar como emancipador de nossas

vidas, e não como algo doloroso. As mulheres ainda buscam igualdade de reconhecimentos, funções, salários, direitos, etc...

2.2 POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

A educação profissional no Brasil possui significativa importância para a classe trabalhadora, pois pode dar um novo sentido para a realidade em que está inserida, e assim ser agentes transformadores da sua realidade social pela profissionalização. A educação profissional no Brasil inicia com a chegada dos colonizadores e logo em seguida dos jesuítas, e a necessidade de mão de obra barata e especializada “[...] demandam força de trabalho para os seus projetos de expansão da cultura europeia” (FERREIRA et al., 2020, p. 212). Esta realidade fez com que índios e escravos fossem os primeiros aprendizes de ofícios. O ensino estava direcionado a ofícios ligados às atividades de carpintaria, de ferraria, de construção de edifícios, embarcações, de pintura, produção de tijolos e tudo que estivesse ligado às necessidades da época e que exigisse esforço braçal, assim sendo direcionado exclusivamente aos homens.

Percebe-se que a história da Educação Profissional no Brasil, possui uma relação íntima entre as necessidades econômicas-sociais, com vistas à manutenção do sociometabolismo do capital, com a formação para o trabalho. Seu papel sempre esteve subjugado e atrelado a instrumentalização do operário. (ROCHA, 2016, p.01).

Ou seja, a Educação Profissional surgiu para alimentar e retroalimentar o sistema utilizando da força do trabalho das classes sociais mais pobres, e não como uma educação emancipadora do sujeito. Entretanto, em 20 de novembro foi sancionada a Lei 9.394/1966, que dispõe sobre a Educação e propõe-se a dedicar à educação profissional brasileira um caráter de inclusão social, vencendo o entendimento inicial de ser uma formação para pobres e excluídos.

A Lei Nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigência em 25 de junho de 2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da Educação Brasileira (Observatório do PNE, 2018). Busquei, no site do Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), as metas a serem atingidas para Educação Profissional. A Educação

Profissional está descrita como a meta número 11 do PNE e tem por objetivo “triplicar as matrículas da educação profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público.” (Observatório do PNE, 2018).

Neste primeiro momento, a fim de responder à questão do capítulo, onde estão as mulheres da educação profissional, busquei dados disponibilizados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP)². A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). (Ministério da Educação, Brasil, 2018). Inicialmente fiz uma pesquisa na plataforma Nilo Peçanha, a fim de responder qual é o número de mulheres na educação profissional nos cursos técnicos subsequentes de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano de 2019 com ano base 2018, e obtive o seguinte resultado:

Figura 5 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

² É um ambiente virtual de coleta e validação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem um total de 187.627 matrículas no tipo de oferta Subsequente, distribuídas nas suas 517 unidades espalhadas pelo país, destas 90.102 são matrículas de mulheres, que representam um número significativo. A faixa etária é diversa, porém a idade com maior número de mulheres é entre 20 e 24 anos. Ultrapassando a idade em que normalmente se conclui o Ensino Médio que é 17/18 anos.

Na sequência, a fim de analisar novos dados, efetuei uma nova pesquisa, selecionando as opções UFSM – CTISM, Curso Técnico Subsequente, que resultou o gráfico abaixo:

Figura 6 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes do CTISM dos Cursos Técnicos Subsequentes.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019.

Os dados obtidos na PNP demonstram que o CTISM tem apenas 106 mulheres matriculadas nos cursos de oferta subsequente, contra 511 matrículas masculinas. As mulheres representam apenas 21% das matrículas, distribuídas nos 07 cursos ofertados: Automação Industrial, Eletromecânica, Mecânica, Segurança do Trabalho, Soldagem, Eletrônica e Eletrotécnica. A maioria dessas mulheres estão na faixa etária entre 20 e 24 anos, e existe uma pequena parcela de mulheres acima de 40 anos. Como abordei no primeiro capítulo desta pesquisa, o CTISM é um colégio que foi criado para atender uma demanda mercadológica da época. Na intenção de atender essa necessidade, iniciou ofertando cursos que atendessem o interesse de um público masculino. E, como venho discutindo nesta pesquisa, em uma sociedade baseada no patriarcado, o processo de educação das mulheres sempre esteve atrelado a papéis sociais. A fim de entender como isso reflete nos dias atuais, fiz uma nova pesquisa, utilizando o filtro Colégio Politécnico da UFSM. Esse colégio tem um maior número de cursos subsequentes em relação ao CTISM.

Figura 7 - Sexo e Faixa Etária dos estudantes do Colégio Politécnico - UFSM dos Cursos Técnicos Subsequentes.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019.

O Colégio Politécnico da UFSM oferta 15 cursos subsequentes, sendo eles: Cuidado de idosos, Enfermagem, Farmácia, Meio Ambiente, Administração, Contabilidade, Secretariado, Informática, Geoprocessamento, Agricultura, Agricultura de precisão, Agropecuária, Zootecnia, Alimentos e Paisagismo. Noto que a maioria dos cursos estão atrelados à história de educação das mulheres, e talvez esse seja o motivo de existir um maior número de mulheres nesses cursos do que naqueles ofertados pelo CTISM.

2.3 ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NA EPT: PESQUISAS SOBRE E SOBRE OS CURSOS SUBSEQUENTES

Para avaliar o contexto desta pesquisa, nesta seção, irei apresentar o mapeamento de estudos anteriores. Tenho como foco a historicidade sobre a

participação das mulheres na Educação Profissional e Tecnológica nos Cursos Técnicos Subsequentes, por meio do aprofundamento da análise das pesquisas realizadas por diferentes pesquisadoras (os). Optei por efetuar este mapeamento nos seguintes portais: Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que compõem o estado do RS, que são: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Inicialmente, busquei as produções disponíveis no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), em seu Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), e utilizei quatro termos relacionados com o objetivo deste estudo, a fim de estruturar os estudos das categorias relevantes para a realização das análises.

Para os termos, definiram-se as palavras exatas **“Mulheres na Educação Profissional”**; **“Mulher na Educação Profissional”**; **“Gênero na Educação Profissional”** e por fim **“Mulheres na EPT”**, para identificar as contribuições dos estudos já realizados e desenvolver uma relação de maior ou menor profundidade com o objeto a ser pesquisado. Na varredura efetuada, não foi necessário utilizar critérios, pois foram poucos os resultados obtidos. No entanto, o que foi retornado pelo sistema passou por um processo de exclusão, desconsiderando as pesquisas que não possuíam relação direta com a temática deste estudo.

O primeiro termo **“Mulheres na Educação Profissional”** foi utilizado pelo fato de estar diretamente relacionado com a pesquisa. O objetivo foi verificar como esta temática vem sendo abordada nas pesquisas científicas, com a intenção de saber qual a contribuição e como as mulheres na educação profissional vêm sendo estudadas. Em seguida, optei por descrever **“Mulher na Educação Profissional”**, pois com o primeiro termo apareceu apenas 01 resultados e realizei uma nova pesquisa no singular. Após as pesquisas realizadas, utilizei um terceiro descritor **“Gênero na Educação Profissional”**, que resultou em 03 dissertações, porém para este estudo apenas 02 se fizeram relevantes e estavam ligados com a temática desta pesquisa. E, por fim, o último descritor **“Mulheres na EPT”**, que resultou em uma tese de doutorado.

Todas pesquisas selecionadas estão inseridas na temática deste estudo e, a fim de uma melhor compreensão dos estudos realizados, organizei as leituras e sistematizei-as, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos Anteriores – Capes

Autor	Título	Instituição
Carla Márcia Paiva Assis Bonfim (2009)	A situação das mulheres na Educação Profissional de nível médio: uma análise dos dados do Censo Escolar 2001-2006	Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte
Vera Lucia Cardoso (2011)	A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais – CEFET-MG	Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
Tania Gracieli Vega Incerti (2017)	BRINCADEIRAS PERSISTENTES, DESIGUALDADES DE GÊNERO PRESENTES: Relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba	Mestrado em Tecnologia e Sociedade Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Oldênia Fonseca Guerra (2004)	Relações de Gênero nas Escolas Agrotécnicas Federais do Piauí: entre diferenças e preconceitos	Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina
Maria Jose de Resende Ferreira (2017)	INTERDIÇÕES E RESISTÊNCIAS: OS DIFÍCEIS PERCURSOS DA ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NA EPT'	Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A dissertação intitulada “A situação das mulheres na Educação Profissional de nível médio: uma análise dos dados do Censo Escolar 2001-2006”, de Carla Márcia Paiva Assis Bonfim (2009), teve por objetivo explicitar a situação das mulheres na Educação Profissional de nível médio, no Brasil, em Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A autora afirma na sua pesquisa que o trabalho faz uma maior compreensão sobre a presença/ausência feminina na

modalidade de ensino de nível médio e que buscou identificar as áreas em que as mulheres estavam concentradas e relacionou os resultados encontrados ao movimento de emancipação feminina e de inserção da mulher no espaço público. Identificou que as áreas de maior ocupação de mulheres é a área da saúde em primeiro lugar com 23% do total de matrículas e depois as áreas de Indústria, Gestão e Informática possuíam maior representatividade no número de matrículas. A pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa apresentou uma análise crítica dos dados do Censo Escolar da Educação Profissional, durante os anos 2001 a 2006, e realizou uma segunda abordagem metodológica baseada em análise documental, caracterizada por revisões acerca da interpretação dos marcos da educação brasileira e de sua influência no acesso e permanência de mulheres na Educação Profissional. A autora comprova no seu estudo que, através de uma retrospectiva histórica, as mulheres avançaram na sociedade depois da sua entrada na escola, no mercado de trabalho e na vida política do país. Porém que os desafios ainda persistem, principalmente para as mulheres pobres e de cor/raça preta. Concluiu-se que ainda persistem, de forma clara, as divisões de trabalho entre homens e mulheres na distribuição pelas áreas de formação profissional.

Na pesquisa da Vera Lucia Cardoso (2011), intitulada “A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais – CEFET-MG”, não pude fazer uma análise, pois o estudo não estava liberado para acesso remoto e autora optou por restringir o conteúdo. O trabalho está disponibilizado para consulta de forma presencial na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e no Programa da qual a pesquisadora fez/faz parte. É um pesar uma pesquisadora restringir acesso a seu estudo, pois através dela outros pesquisadores, assim como eu, poderia analisar e fazer o caminho da sua pesquisa aprofundando a temática “mulheres na educação profissional”, temática de poucas pesquisas como pode-se perceber nas pesquisas efetuadas até o presente momento. Mesmo que a pesquisa esteja disponível de forma presencial, inviabilizou aos que não residem ou não podem deslocar-se à cidade de São Paulo.

A dissertação intitulada “Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: Relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba” da Tania Gracieli

Veja Incerti (2017), teve por objetivo compreender como se dão as relações de gênero na educação profissional, tendo por base a realidade do Instituto Federal do Paraná – IFPR. A autora diz que a escola é espaço onde se dão as relações sociais e econômicas em que as instituições de ensino estão inseridas, e que é dinâmico e constante as transformações, indicando assim diversos desafios ao processo educacional. A autora dialoga entre gênero e educação profissional e tecnológica e discute sobre educação escolar, usando como apoio as Diretrizes Curriculares, nas quais evidencia-se que a educação profissional é, antes de tudo, educação. Teve a intenção de perceber de que formas as questões de gênero fazem parte do cotidiano escolar, e, a partir da percepção dos estudantes matriculadas/os nos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Processos Fotográficos, compreender se elas/eles identificam ou não desigualdades de gênero no seu curso formativo. A autora utilizou como caminho metodológico, a abordagem qualitativa como referência e buscou referências teóricas, como guia da discussão sobre as relações de gênero e educação, utilizou como técnica de pesquisa entrevista semiestruturada e aplicou a 24 estudantes dos referidos cursos. Os resultados da pesquisa apontaram que as questões de gênero estavam imbricadas em todo o processo educativo do IFPR e que estão naturalizadas, não questionadas e manifestam-se especialmente por meio de brincadeiras e piadas, restando a falsa impressão de não existir desigualdade de gênero nesse espaço.

A seguir, a dissertação intitulada “Relações de Gênero nas Escolas Agrotécnicas Federais do Piauí: entre diferenças e preconceitos”, da autora Oldênia Fonseca Guerra (2004) não pode ser utilizada como referência nesta pesquisa, pois o estudo estava cadastrado nos Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES, mas seu anexo não estava disponível, pois a pesquisa é anterior a Plataforma Sucupira, e também não estava disponível no repositório virtual da Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco.

E, por fim, o último descritor “Mulheres na EPT”, resultou em 01 (uma) Tese, intitulada “Interdições e Resistências: Os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT”, pesquisa defendida por Maria José de Resende Ferreira (2017), que objetivou problematizar os percursos formativos do Programa Nacional Mulheres Mil, matriculadas no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal do Espírito

Santo *Campus* Vitória. A autora utilizou como base teórica os Estudos Feministas nas interfaces com a produção do campo da Educação de Jovens e adultos/os e do Trabalho e Educação e como metodologia utilizou pesquisa qualitativa e a história oral, com enfoque nas histórias de vida. Como ferramenta, utilizou do grupo de discussão e entrevistas com 10 educandas.

A autora obteve como resultado que as pesquisadas enfrentam problemas de ordem socioeconômica e também problemas para acompanhar as demandas da escola. Que as estudantes enfrentavam problemas de aprendizagem pelo longo período fora da escola e pela persistência de uma cultura escolar e de práticas pedagógicas que não levam em consideração as especificidades das/dos sujeitas/os da EJA. Pontua os obstáculos que permeiam a inserção, a permanência e o êxito escolar delas; que recai também na inserção no mercado de trabalho, levando-as a desempenharem atividades similares àquelas que já o realizavam espaço reprodutivo e que perpetuam a divisão sexual do trabalho.

A autora conclui ainda que as funções exercidas na conjugalidade e na maternidade com acréscimo da discriminação desse segmento estudantil, no espaço escolar, indicaram que os processos formativos, decorrem mais da força de vontade, resistência e autodeterminação, que das condições objetivas da Instituição.

Concluí que as pesquisas com a temática “Mulher na Educação Profissional” até o presente momento são mínimas e que as pesquisas são realizadas por pesquisadoras mulheres. E, as pesquisas sinalizadas pelo sistema, estavam diretamente ligadas à modalidade de ensino de nível médio, técnico e EJA. Pelo exposto, compreende-se que pelos poucos estudos na temática reforçam e justificam a necessidade de pesquisar sobre as mulheres na educação profissional, oportunizando reflexões sobre o lugar e a trajetória da mulher na EPT.

Em um segundo momento, busquei as produções disponíveis nos repositórios dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que compõem o estado do RS, que são: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Neles, utilizei os mesmos quatro termos destacados acima relacionados com o objetivo deste estudo, a fim de enriquecer o tema central deste trabalho.

Encontrei uma única pesquisa no repositório do IFFAR, realizada no ano de 2020 pela autora Gisiê Mello Balsamo e intitulado “Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Vicente do Sul. O trabalho teve por objetivo verificar como está ocorrendo a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal Farroupilha – *campus* São Vicente do Sul. Definiu os seguintes objetivos específicos: 1) Compreender a emergência histórica das mulheres a partir da literatura histórica e atual; 2) Entender os discursos sobre a inclusão das mulheres no curso Técnico Integrado de Agropecuária do IFFAR *campus* São Vicente a partir da análise de dados da Instituição e do relato das alunas; 3) Perceber como é ser aluna no Curso de Agropecuária do IFFAR/SVS a partir de um local de múltiplas crenças e concepções acerca do ser mulher; 4) Produzir um produto educacional que proporcione reflexão referente ao tema pesquisado e possibilite a mudança de crenças referente às mulheres no curso de agropecuária.

A pesquisadora utilizou como ferramentas de pesquisa o questionário semiaberto, enviado via e-mail para as alunas do segundo e terceiro ano, ex-alunas e profissionais do ensino médio integrado de agropecuária do campus. Para análise dos dados, utilizou a Análise Textual Discursiva. O público-alvo da pesquisa foram os docentes, discentes e as egressas do curso integrado em agropecuária do IFFAR/SVS. Nas considerações finais do trabalho, a autora avalia as dificuldades nas desconstruções de ideias e crenças estabelecidas no passado. E, ressalta a importância das lutas feministas e das políticas públicas. Afirma que baseado no referencial bibliográfico da sua pesquisa, percebeu que o curso de agropecuária e o trabalho são culturalmente considerados masculinos, no entanto no curso Técnico em Agropecuária do IFFAR/SVS, notou um aumento considerável nos últimos dez anos de matrículas de alunas, e apontou que existe preconceito de gênero dentro e fora da instituição. Apontou as dificuldades enfrentadas pelas alunas para encontrar estágio e emprego após a conclusão do curso. Afirma que as políticas mundiais e inclui as políticas do IFFAR auxiliam de forma lenta, mas positiva o empoderamento feminino. A autora reforça a importância da necessidade de um trabalho mais efetivo de desnaturalização de discursos, apontando o curso da pesquisa, que teve um número considerável de relatos de discursos machistas nas aulas práticas. Importante registrar que esse

trabalho apresenta pontos em comum com o meu trabalho. Concordo que é preciso desnaturalizar os discursos, principalmente nesses cursos considerados historicamente “masculinos”.

O repositório do IFSUL encontra-se em construção, possibilitando acesso às pesquisas realizadas de 2013 até 2018, não houve necessidade de usar os descritores, e realizei uma pesquisa manual ano a ano das produções. Não foram encontradas pesquisas relacionadas à temática deste estudo.

E, por fim, fiz uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando os mesmos descritores, e para o descritor: “**Mulheres na Educação Profissional**”, encontrei 823 resultados, tantos resultados inviabilizavam uma análise criteriosa de cada trabalho, assim optei por um recorte temporal dos últimos cinco anos, em que o sistema retornou com 86 resultados, e efetuei uma análise criteriosa manual de cada trabalho. Não foram analisados estudos que estavam em desacordo com a temática deste trabalho, tais como pesquisas como colocação profissional, estudos do perfil docente na educação profissional, estudos de gênero em cursos no nível superior, entre outros. As nove pesquisas que contribuem para este trabalho estão expostas no Quadro 2:

Quadro 2 - Estudos anteriores – BDTD

Autor	Título	Instituição
Tássia Mendes e Silva (2015)	A Educação Profissional e a Política Pública Mulheres Mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO - Universidade Federal do Maranhão
Aparecida Suelaine Carneiro (2015)	Mulheres e educação: gênero, raça e identidades	Programa de Pós-graduação em Educação (Campus Sorocaba) - Universidade Federal de São Carlos
Fernanda de Magalhães Trindade (2017)	As significações do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Programa Mulheres Mil: educação profissional para mulheres pobres	Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - Doutorado - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí
Cândida Beatriz Alves (2017)	Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional	Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - Universidade de Brasília
Andréia de Almeida (2015)	Educação profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação	Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
Vanessa Ribeiro da Silva (2018)	A mulher no ensino profissional em Manaus: visibilidade, espaços e dinâmicas na ETM e ETFAM (1937-1971)	Mestrado em Educação - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A dissertação da autora Tássia Mendes e Silva (2015), que está intitulada “A Educação Profissional e a Política Pública Mulheres Mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís”, estudou as políticas públicas Mulheres Mil a partir

da experiência do Instituto Federal do Maranhão, em São Luís, no período de 2009 a 2012, e a Política Pública Nacional Mulheres Mil (PPNM) teve como objetivo a elevação de escolaridade e a qualificação profissional das participantes. Tratou-se de uma política pública inclusiva, com recorte de gênero voltada para a oferta de cursos de qualificação profissional, que buscou proporcionar às mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, através de uma formação profissional e cidadã.

A dissertação considerou o histórico das desigualdades enfrentadas pela mulher na sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação, à qualificação e ao ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental, visando identificar os principais aspectos presentes no discurso governamental e na verificação do que ocorreu na realidade concreta das alunas dos cursos. A autora realizou uma revisão teórica sobre as principais categorias presentes nessa política, como educação, qualificação profissional, cidadania, desenvolvimento sustentável, equidade, trabalho, políticas públicas e gênero. Consegui como resultado observar que as ações desenvolvidas nessa política alcançaram alguns objetivos visados, sem conseguir lograr o total êxito da sua proposta inicial, como a elevação de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho da maioria das alunas, embora tenha sido para algumas alunas importante para a elevação da autoestima, para o retorno aos estudos e para o ingresso no mercado de trabalho.

A autora Aparecida Suelaine Carneiro (2015) em sua dissertação de mestrado teve por objetivo analisar a participação das mulheres na educação e sua conexão com as ações realizadas pelo movimento feminista brasileiro. Enfatizou que a educação brasileira vivencia a maior participação e melhor desempenho das mulheres, contudo pertencimento racial, gênero e sexualidade são marcadores que resultam em desigualdades, observadas na persistência das assimetrias na educação. Utilizou a história oral como metodologia para o registro das vozes de seis estudantes do ensino médio profissional de escola da rede estadual. Suas histórias de vida aportam informações sobre a compreensão do ser mulher na sociedade brasileira, na educação, no mercado profissional, sobre os determinantes para as escolhas dos cursos técnicos, assim como para a compreensão da permanência da segregação sexual nos cursos técnicos. Os relatos permitiram constatar a presença de processos de socialização

constitutivos dos papéis sexuais, as hierarquias nas carreiras profissionais, assim como as tensões que marcam a entrada das mulheres em cursos majoritariamente masculinos. Sua pesquisa trouxe a percepção de que as discentes desconheciam as ações e conquistas do movimento feminista que contribuíram com transformações ocorridas na vida das mulheres brasileiras nas últimas décadas, e o pouco compromisso com uma atuação política em prol das mulheres. A pesquisadora ainda buscou explicitar o desafio da educação para a efetivação de mecanismos que ampliem as possibilidades de futuros para as mulheres, assim como para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade, a liberdade e a equidade.

A tese de doutorado da pesquisadora Fernanda de Magalhães Trindade (2017), teve como objetivo analisar o capítulo 1 do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) – “Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica” – e o Programa Mulheres Mil. E ainda, de modo particular, compreender a produção de significações em um grupo de mulheres beneficiárias desse Programa. Para tanto, recorreu à análise documental, às análises descritiva, conceitual e normativa de Peter et al. (2007), a entrevistas narrativas e à análise do conteúdo. Os resultados permitiram à pesquisadora concluir que o III PNPM e o Programa Mulheres Mil emergem no contexto contemporâneo econômico neoliberal, que tem no indivíduo – nas mulheres – a sua força de trabalho, o seu capital. A educação profissional atravessa essas políticas como forma de aprimorar o capital humano e incluir produtivamente as mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho público, assalariado e/ou empreendedor, o que se denominou de economização do social.

A autora argumenta que o trabalho e a consequente geração de renda são fundamentais nesse contexto neoliberal para um suposto desenvolvimento da igualdade e da autonomia econômica para as mulheres, valores esses que justificam a existências dessas políticas públicas, para a modificação das relações de gênero existentes no país. Contudo, as significações produzidas nas mulheres beneficiárias mostraram resultados diferentes dos propostos nas análises dos documentos. A educação profissional, nesse caso, atende aos interesses do capital, utilizando a capacitação das mulheres para o desenvolvimento econômico do país. Analisou ainda que são políticas compensatórias de desiguais condições históricas e sociais enfrentadas por elas, que não contemplam o direito à diferença

de gênero e que contribuem para uma igualdade e autonomia econômica imaginárias, e não reais. Tratando de uma educação pobre, que capacita mulheres pobres para a realização de atividades operacionais, que não exigem o desenvolvimento intelectual, desvalorizadas socialmente e com baixa remuneração.

Dessa forma, as mulheres pobres têm acesso, ainda que mínimo, à renda, ao consumo imediato, mas não modificam suas precárias condições de vida em longo prazo. Contribui dizendo que são necessárias mudanças educacionais que aliem a educação básica de qualidade com a educação profissional, na direção de formar cidadãos conscientes econômica, social, cultural e politicamente, que preparem as mulheres não somente para o ingresso no mundo do trabalho público e para a geração de renda, mas que eduquem para a vida.

A pesquisadora Cândida Beatriz Alves (2017) na sua tese pesquisa a formação da identidade de gênero e como essa se relaciona com a divisão sexual do trabalho, dando ensejo ao que chamou de alienação de gênero; o foco recaiu sobre mulheres mães e trabalhadoras que fazem formação técnica. Sua pesquisa fundamentou-se no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels e na psicanálise de Freud e Lacan. A autora diz que entendemos que os seres humanos se constituem em um processo histórico e social, no qual o trabalho é elemento central, e que atua sobre a formação do inconsciente. E, nesse sentido, fala em inconsciente capitalista. A relação entre gêneros não é ditada por princípios biológicos, mas é antes social e histórica e reflete a estrutura social na qual está inserida, o que envolve as relações de produção e reprodução no sistema capitalista.

A autora afirma que a mulher é marcada por uma dupla opressão: a opressão do sistema em si e a da divisão sexual do trabalho. A educação profissional assumiu várias formas ao longo da história do Brasil, mas a divisão de classes sociais e de gênero é uma constante. Recentemente, foram feitas reformulações para fomentar uma educação técnica crítica e emancipadora, que ainda precisam ser estudadas. O objetivo da sua pesquisa foi compreender como mulheres-mães, trabalhadoras e estudantes da educação profissional formam e vivenciam sua identidade de gênero, tendo em vista que essa é influenciada pela divisão sexual do trabalho constituinte de um inconsciente capitalista. Sua tese é a de que o inconsciente dos sujeitos imersos nesse sistema, assim constituído,

fornece conteúdos simbólico-afetivos para a constituição de sua identidade de gênero, formada de maneira binária e rígida com relação ao desempenho do trabalho dito produtivo e reprodutivo, bem como a características de personalidade associadas. Assim, ficam os sujeitos cerceados em seu potencial criativo na constituição de sua identidade de gênero, fenômeno que chamamos de alienação de gênero.

Sua pesquisa foi realizada com sete alunas do curso técnico em secretariado do Campus São Sebastião do Instituto Federal de Brasília, também mães e trabalhadoras, com exceção de duas. No início da pesquisa, as alunas tinham entre 26 e 65 anos e tinham um ou dois filhos. Utilizou dois dispositivos para a pesquisa. O primeiro deles foi o método formulado por Michael Balint para a análise das práticas profissionais, que consiste em grupos em que o pesquisador permite a circulação da fala. Foram realizados quatro encontros quando as alunas cursavam o primeiro semestre do curso. Após as alunas concluírem o curso, foi conversado individualmente com cinco das sete participantes. Realizou uma análise interpretativa das histórias a partir de uma leitura psicanalítica dos processos de elaboração psíquica, considerando a presença do inconsciente e as cadeias significantes produzidas.

A autora afirma que na fala dessas mulheres, fica claro como estão submetidas, desde crianças, à rígida divisão sexual do trabalho constituinte do sistema capitalista. Essa condição aliena-as de um potencial criativo de constituição da própria identidade de gênero. As participantes relataram incertezas e desamparo ao se tornarem mães. Seus sentimentos contraditórios com relação aos filhos atestam o caráter não natural da maternidade. Com relação à formação técnica, observou-se que as motivações para fazer e permanecer no curso foram diversas e complexas. Uma formação que ignore isso é uma formação que se baseia em uma compreensão superficial e dicotômica de ser humano que não se sustenta.

Na dissertação da pesquisadora Andréia de Almeida (2015), o trabalho visou compreender como acontece a escolha profissional de alunos e alunas, examinando também as diferenças e semelhanças entre homens e mulher na busca de formação profissional, analisou ainda a existência ou não de discriminação sofrida ou praticada por homens e mulheres em um curso técnico majoritariamente masculino. As relações de gênero e os aspectos concernentes à

profissionalização são focalizados neste trabalho, que tem como referencial teórico a Teoria Crítica da Sociedade. A pesquisadora selecionou estudantes do curso de automação industrial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Guarulhos. Realizou a aplicação de questionário para uma amostra de 25 estudantes, sendo 12 alunas e 13 alunos. Trabalhou com duas hipóteses: I) as impressões sobre as oportunidades de trabalho são a base a partir da qual os jovens justificam suas escolhas; além disso, suas decisões são baseadas nas expectativas de sucesso profissional e financeiro; II) é possível observar, nas manifestações dos estudantes sobre o fato de certas áreas ou carreiras serem dominadas por homens, a persistência da discriminação das mulheres. A primeira foi parcialmente confirmada, pois apesar de os estudantes do sexo masculino apontarem a expectativa do sucesso profissional e financeiro esta não foi a resposta mais recorrente; eles indicaram por ordem de preferência primeiramente a identificação com a área, seguida pela possibilidade de ascensão profissional e social, a satisfação pessoal e a qualidade do curso.

A pesquisadora diz que as mulheres indicaram a qualidade do curso, seguida pela possibilidade de ascensão profissional e social e como caminho que permite a continuidade nos estudos. Percebeu a elaboração da identidade do —ser homem e do —ser mulher enraizada na sociedade nas respostas dos pesquisados, bem como o fato que tal elaboração ainda direciona não só as escolhas profissionais, mas ainda influencia o modo como a escolha é realizada nessa elaboração. Constatou-se também a persistência do preconceito e a discriminação sofrida pelas alunas, isso pelo fato de serem mulheres e estarem em um curso considerado —masculino

E, por último, a pesquisadora Vanessa Ribeiro da Silva (2018), na dissertação de mestrado intitulada “A mulher no ensino profissional em Manaus: visibilidade, espaços e dinâmicas na ETM e ETFAM (1937-1971)”, teve por objetivo analisar os espaços ocupados pela mulher e as dinâmicas frente às suas atividades exercidas no ensino profissional na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) no período de 1937 a 1971. A autora afirma que o recorte temporal foi devido à necessidade de iniciar com o ano de 1937, período do Estado Novo (1937-1945), conforme a mesma época que ocorreu a criação da Escola Técnica de Manaus (ETM); e até a década de 1971

quando a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) delibera, em 8 de janeiro a autorização da matrícula de mulheres nos cursos oferecidos.

A autora afirma que a pesquisa é relevante ao visibilizar a mulher, mostrar que as suas atividades vão além do espaço privado, e que ao enfrentar uma sociedade patriarcal, busca pela igualdade de direitos, e torna-se sujeito na história. Na década de 60 a 70, o Brasil passou por transformações políticas, culturais, e as mulheres, nesse período, reivindicavam melhores condições no espaço público, já trabalhavam em fábricas, ingressaram nas universidades e eram influenciadas pelos movimentos feministas ocorridos nos Estados Unidos e Europa.

Assim, delimitou os objetivos específicos que nortearam a pesquisa em: 1) Contextualizar a história da mulher e sua inserção e visibilidade no mundo do trabalho e na educação; 2) Examinar os indícios sobre as mulheres no ensino profissional em Manaus na ETM e ETFAM frente à política educacional no período de 1937 a 1971; e 3) Descrever as mulheres nos espaços ocupados, assim como as suas funções, dinâmicas e atividades na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

Utilizou o método Histórico com base na perspectiva Social e Cultural. Essa concepção se preocupou com os estudos sobre os indivíduos esquecidos e marginalizados, incluindo a mulher, e consequentemente dá bases epistemológicas e teóricas para o desenvolvimento da narrativa histórica. A autora fez uma pesquisa documental, em que as fontes primárias foram produzidas no Arquivo Geral, Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) e no Museu Moacir Andrade, todos localizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Os documentos estavam dentro de caixas-arquivo e o registro foi por fotografias. A coleta dos documentos também foi realizada em acervos públicos e privados, bibliotecas, jornais, e complementados com os documentos normativos, Decretos e Leis, de acordo com o período pesquisado.

Por meio das fontes encontradas e problematizadas, as mulheres que ocupavam esses cargos e os espaços, passavam por pouca discriminação, algumas tinham formação superior, e pais e maridos influentes na sociedade Manauara. Antes de ocorrer a transição das Escolas de Aprendizes Artífices para as Escolas Industriais e Técnicas no governo de Getúlio Vargas, em 1942, foi

implementada a Reforma Capanema pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema com as Leis Orgânicas do Ensino, e que regulamentaram o Ensino Secundário, Industrial, Comercial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Foi com as mudanças da Lei Orgânica do Ensino Industrial que a organização do ensino e da formação profissional ganhou mais visibilidade. Com a LDB nº 4.024/61 ocorreu uma reformulação na estrutura do ensino profissional e modificou novamente o ensino no país. Desse modo, a pesquisa destaca em 3 capítulos a mulher na história, no trabalho feminino e nos espaços ocupados na ETM e ETFAM.

Considero esta seção de extrema importância para a pesquisa, pois nela pude avaliar e analisar o que outras pesquisadoras estudam e o que as inquieta. Notei que todas as pesquisas encontradas são feitas de mulheres para mulheres, e as pesquisadoras buscam de alguma forma dar voz a outras mulheres que são invisibilizadas por nossa sociedade patriarcal e nosso sistema capitalista. Pude perceber também que muitas pesquisadoras se debruçaram no Programa Nacional Mulheres Mil. Estudos importantes demonstram a importância de Políticas Públicas voltada às mulheres que estão em vulnerabilidade social e como isso pode ser um fator determinante da mudança de vida.

Mesmo existindo diversas pesquisas que discutem gênero, educação profissional, divisão sexual do trabalho, não encontrei nenhuma pesquisa na forma de Ensino Subsequente, tornando esta pesquisa inovadora e importante para que se possa dar visibilidade a esta etapa de ensino e as mulheres que buscam esses cursos e profissionalização. Como afirma Almeida, os Cursos Subsequente

expressam diferentes movimentos, disputas e reconfigurações, produzindo, no cotidiano dos cursos, uma certa fragilidade e incompreensão quanto à finalidade dos mesmos, permanecendo numa espécie de “limbo”, em que não desaparecem e nem se afirmam como uma política mais ampla. (2019, p. 110)

A partir da análise dos estudos com foco nas mulheres na EPT, passo a olhar a realidade específica que estou pesquisando, busco a historicidade da Instituição e da EPT como um todo. Com essa análise, é possível compreender que “a história nos coloca num terreno contraditório da dialética do velho e do novo de lutarmos contra a ideologia e a democracia burguesas, no espaço restrito desta

democracia burguesa em que vivemos” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 27).

CAPÍTULO III - COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA E A POLÍTICA DOS CURSOS SUBSEQUENTES

No capítulo anterior, abordei os movimentos de lutas por educação e trabalho das mulheres no Brasil, destacando as políticas de Educação Profissional e os estudos sobre as mulheres na EPT. Neste, apresento o local da pesquisa, construindo a historicidade do CTISM e da Educação Profissional, localizando os Cursos Subsequentes neste processo. Destaco quem são as mulheres que acessam os Cursos Subsequentes do CTISM e os motivos de cursarem e permanecerem no curso. Também, analiso as relações com o mundo do trabalho dessas mulheres estudantes.

3.1 HISTORICIDADE DO CTISM E DOS CURSOS SUBSEQUENTES

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, foi fundado no ano de 1967 para atender necessidades mercadológicas, onde o Brasil se encontrava em regime político militar e vivia a todo vapor a revolução industrial. Carecia de mão de obra especializada e qualificada. Os primeiros cursos ofertados pelo CTISM, foram de Nível Técnico Médio em Eletrotécnica e Mecânica. (CTISM, 2009). A implementação do CTISM foi dividida em cinco importantes fases, conforme apresento no Quadro 3:

Quadro 3 - Fases do processo histórico do CTISM

HISTORICIDADE DO CTISM			
1º Fase	1963-1969	Fase de Implementação	Período da criação da escola que refletiu com as transformações técnicas e industriais; e os interesses políticos vigentes na época.
2º Fase	1970-1984	Fase de Afirmação	Período de afirmação e reconhecimento como centro de formação técnica de qualidade. Primeiros técnicos formados e inseridos no mercado de trabalho
3º Fase	1985-2003	Fase de Revisão	Período de redemocratização com participação das comunidades no espaço escolar de cultura político pedagógica.

4º Fase	2003-2009	Fase de Afirmação	Período que passou a ofertar cursos superiores de tecnologias e cursos técnicos profissionalizantes nas modalidades de Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA), Educação à distância (EAD) e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito de Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
5º Fase	2012	x	Implementação do Mestrado Acadêmico, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Projeto Político Pedagógico do CTISM.

O CTISM, desde sua fundação, passou por momentos importantes e sempre buscou ao longo da sua história uma educação de qualidade, com formação de profissionais, com capacidade de ingresso rápido ao mundo do trabalho. O Projeto Político Pedagógico do CTISM, escreve que “desde a sua implantação, os primeiros cursos oferecidos pelo CTISM têm sido mantidos, com redimensionamentos para outras modalidades e/ou turnos.” (PPP CTISM, 2014, p. 19). O Projeto Político Pedagógico (2014), reforça que:

Um exemplo é a oferta de cursos técnicos noturnos, o que guindou o CTISM à condição de pioneiro no país. Para viabilizar o acesso dos alunos trabalhadores à educação profissional, em 1978, o colégio passou a oferecer o Curso Técnico em Eletrotécnica Noturno e, em 1987, o Técnico em Mecânica Noturno, ambos na forma subsequente ao Ensino Médio. (PPP/CTISM, 2014, p.19)

Ainda, conforme o Projeto Político Pedagógico (2014, p.20), o Curso Subsequente em Segurança do Trabalho foi criado em 1992; e o Técnico em Eletromecânica em 1994. No ano de 1998, aconteceu pela primeira vez a oferta do Ensino Médio, desvinculado da formação profissional. No entanto, em 2007, “com a nova legislação vigente, aprovada em 2006, o CTISM, optei por retornar ao Ensino Médio Integrado à formação profissional para os Cursos Técnicos de Eletrotécnica e Mecânica.” (PPP, 2014, p.20).

Frente a isso, o discurso da mulher estudante reconhece o CTISM como uma escola de formação técnica e de qualidade.

Eu escolhi o técnico porque eu precisava de uma formação rápida para conseguir um emprego melhor, porque uma faculdade ia demorar muito e como eu tenho um bebê eu preciso de um emprego para poder me sustentar e sustentar ele. (GF.1 - Mulher estudante ingressante 2019)

A escola também se torna uma opção para as mulheres que são mães e precisam de formação rápida para buscar um emprego melhor, assim garantindo o seu sustento e do seu (s) filho (s), em uma tentativa de garantir um futuro digno para eles.

Frente a isso, apresento na Tabela 3, os níveis de ensino, descrevo os cursos, a duração e o turno, ofertados pelo CTISM.

Tabela 3 - Cursos ofertados pelo CTISM no ano de 2020

Integrado ao nível médio	Duração	Turno
Eletrônica	03 anos + estágio curricular	Diurno
Informática para internet	03 anos + estágio curricular	Diurno
Mecânica	03 anos + estágio curricular	Diurno
Eletrônica - EJA	03 anos + estágio curricular	Diurno
Subsequente ao Ensino Médio	Duração	Turno
Automação Industrial	02 anos + estágio curricular	Noturno
Eletrônica	02 anos + estágio curricular	Noturno
Eletrônica	02 anos + estágio curricular	Noturno
Eletrônica	02 anos + estágio curricular	Noturno
Mecânica	02 anos + estágio curricular	Noturno
Segurança do Trabalho	02 anos + estágio curricular	Noturno
Soldagem	02 anos + estágio curricular	Noturno
Superior	Duração	Turno
Fabricação Mecânica	03 anos + estágio curricular	Diurno
Redes de Computadores	03 anos + estágio curricular	Diurno
Eletrônica Industrial	03 anos + estágio curricular	Diurno
Pós-Graduação	Duração	Turno
Educação Profissional e Tecnológica	02 anos	Diurno

Fonte 13 – Elaborado pela autora, a partir do Projeto Político Pedagógico do CTISM, 2014.

Os cursos técnicos ofertados pelo CTISM são promovidos de duas formas, sendo elas: Integrada e Subsequente. Para responder o objetivo desta pesquisa, optei pelo aprofundamento no Ensino Subsequente. O Curso Subsequente se destina àqueles que já concluíram o Ensino Médio. A Lei 9.394/97, prevê na Seção IV- A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Art. 36-B: A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na Resolução nº6, de 20 de setembro de 2012, dispõe no

Art. 9º Na oferta de cursos na forma subsequente, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, garantindo o perfil profissional de conclusão. (BRASIL, 2012)

Convém, aqui, destacar a historicidade da Educação Profissional, que teve seu marco inicial em 1909 com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo Presidente Nilo Peçanha, assim originando no contexto histórico os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). (Rede Federal/MEC). De 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país, entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concluiu a construção de mais de 500 novas escolas, possuindo no total 644 campi em funcionamento. A Rede Federal viveu a sua maior expansão na história (Rede Federal/MEC, 2016).

Inicialmente essas escolas foram criadas para atender classes que não possuíam condições de estudar, consideradas na época “classes desprovidas”. Atualmente a Rede Federal é considerada importante estrutura para que todas as pessoas possam acessar de forma efetiva às conquistas científicas e tecnológicas. (Rede Federal/Mec).

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1937, ART. 129)

Assinada em 13 de janeiro de 1937, a Lei 378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. (MEC/SETEC, 2009). Em 1941, acontece a “Reforma Capanema”, que reformula todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e maestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (MEC/SETEC, 2009)

As escolas de Aprendizes e Artífices, são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, frente ao Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

A partir deste ano, inicia-se formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. (MEC/SETEC, 2009)

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK nesses cinco anos prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura (à produção de energia e ao transporte são conferidos 73% do total dos investimentos). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. (MEC/SETEC,2009)

Nesse sentido, a Educação Profissional, já era uma realidade, porém no Governo JK, surge a necessidade mercadológica de mão de obra qualificada para a indústria. Acontecia investimento por parte do governo e das indústrias automobilísticas. Nesse contexto, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria surge justamente para formar esses profissionais, para atender as demandas do mercado e da indústria.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (MEC/SETEC, 2009)

Importante observar que até então o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, ainda não tinha sido fundado, e quando surge em 1967, já faz parte da autarquia federal e possui autonomia didática e de gestão. Frente a isso, o Projeto Político Pedagógico (2014) diz que sua vinculação é a Universidade Federal de Santa Maria, junto a Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, possui dependência administrativa federal, sua entidade mantenedora é o Ministério da Educação. O Decreto de criação foi a Resolução nº 01/68, de 11 de outubro de 1967, do Reitor substituto com autorização do Egrégio Conselho Universitário, e teve como Parecer de Reconhecimento nº825/79, Portaria nº 60, de 02 de dezembro de 1979.

Buscando atender as necessidades mercadológicas da época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau.

A Lei 5.692/71 foi instaurada em plena fase de expansão acelerada da economia do País. Nessa fase a modernização da economia brasileira implicou a redefinição das relações capital/trabalho, nos moldes em que elas vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas desenvolvidas e que se caracteriza pelo surgimento de grandes empresas e conglomerados econômicos e pela multiplicação das hierarquias ocupacionais. Em situações como essa, a pequena empresa de determinados ramos, em virtude de sua dificuldade para a produção em grande escala e para a introdução de novas tecnologias, tende a enfraquecer, levando consigo, nesse processo, os trabalhadores autônomos. A força de trabalho torna-se cada vez mais assalariada e dependente dos mecanismos formais de controle de seu ingresso e de sua mobilidade no mercado de trabalho (INEP, 1982, p.07 APUD MIRANDA, 1981).

Nesse contexto, a expansão acelerada da economia se deu início pela venda da força de trabalho do povo brasileiro, pela troca de salário, muitos dos pequenos empresários não conseguiram produzir os mesmos produtos que as máquinas industriais, tão pouco manterem preços competitivos no mercado. Afinal, a produção artesanal, não conseguiria superar a produção das máquinas e suas tecnologias. Para atender este mercado, se fez necessário, instituições de ensino, qualificando esta mão de obra, entregando as indústrias e empresas profissionais qualificadas.

Nesse sentido, estudos produzidos pelo INEP, em 1982, colaboram dizendo que:

Cedo, contudo, evidenciou-se uma série de dificuldades. Tanto a reforma universitária de 1968 quanto a reforma do ensino de 1o e 2o graus supunham um tipo de relação escola/mercado de trabalho praticamente inviável em economias capitalistas, onde o mercado de trabalho não possui a racionalidade necessária para viabilizar o planejamento de recursos humanos a longo prazo. O produto desejado de um sistema educacional leva anos para influir efetivamente na força de trabalho, enquanto as necessidades das empresas são imediatas e específicas. (INEP, 1982, p.8)

Em 1978, a Lei nº 6.545, dispõe que as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Estas instituições têm a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Art. 1º As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. (BRASIL, 1978)

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação, transformação de forma gradativa, as Escolas Técnicas Federais, e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

Art. 3º. As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982. (BRASIL, 1994)

Em 20 de novembro de 1996, foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de Educação Profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Outro ano que teve importante marco foi o ano de 1971, em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo o segundo grau compulsoriamente. Formando um novo paradigma: formar técnicos sob regime de urgência. Momento em que como vimos no quadro 2 acima, o CTISM se encontrava na sua 2º Fase, formando seus primeiros técnicos que seriam inseridos ao mercado de trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
(BRASIL, 1996)

Em 2004, o Decreto 5.145, permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Em 2006, como exposto acima, assegurado neste decreto, o CTISM, optou por retornar ao Ensino Médio Integrado à formação profissional para os Cursos Técnicos de Eletrotécnica e Mecânica. Em 2005, temos um marco importante para Educação Profissional, onde com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com as Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e
- II - educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2006)

Ainda, em 2006, é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado. O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p. 07), traz “informações e evoluções técnicas que permeiam a formação do profissional do tecnólogo”. Nesse sentido, o documento se torna um importante norteador das instituições de ensino.

Durante o ano de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de

Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes. Foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história, e aqui percebi uma abertura do MEC para o diálogo e a expansão da EPT.

Em 2007, o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, “Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.” (BRASIL/MEC, 2007). Nesse sentido, houve o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se propôs construir 214 novas unidades federais, o que significava uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos. (BRASIL/MEC, 2007). Compondo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Em 2011, deu-se a Fase III, dando continuidade à expansão da Rede Federal. Segundo o relatório de gestão da SETEC (MEC/SETEC, 2011c), referente ao ano de 2010, projetava-se para o primeiro ano da Fase III a implantação de 86 novos campi no Instituto Federal, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II. Segundo este documento, o prazo para a implantação destes campi era dezembro de 2011. A Fase III contou com a criação do PRONATEC. Na figura 8, apresenta-se a linha do tempo da Rede Federal, e sua importância ao longo da história.

Figura 8 - Linha do Tempo: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
1909 – 2014

Buscar a historicidade da Rede Federal de Educação foi muito importante, no sentido de situar o CTISM, neste contexto. Observei que o CTIS acompanhou todas as fases de organização da EPT desde a sua criação. E que os Cursos Subsequentes assumem um importante papel na formação de trabalhadores para o mundo do trabalho. A seguir destaco a linha do tempo dos cursos, na Figura 9, que mostra como se envolvem desde 1978, ampliando cada década com mais cursos.

Figura 9 - Linha do tempo dos Cursos Subsequentes do CTISM.



Fonte: Revista CTISM 50 anos.

3.2 TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUE CURSAM OS CURSOS SUBSEQUENTES NOS ANOS 2018 E 2019

Eu busquei o subsequente logo depois que eu saí do Ensino Médio. Eu acabava fugindo do perfil dos meus colegas que estavam afastados a mais tempo, mas o principal motivo era porque eu não sabia o que queria fazer no ensino superior. Eu sabia que queria continuar na tecnologia, mas não na mecânica. Eu fiz mecânica integrada no ensino médio [...] (GF.1 – Mulher estudante ingressante 2019)

Nesta seção, aprofundo os discursos e características das mulheres nos grupos focais e nas entrevistas, buscando responder ao objetivo de conhecer a trajetória de ingresso, permanência e perspectivas para o mundo do trabalho das mulheres dos cursos técnicos subsequentes do CTISM.

Como venho defendendo no decorrer do estudo, o lugar de fala das mulheres pesquisadas tem um sentido muito importante e a partir delas, procuro articular os discursos com os objetivos, conceitos e leituras que construí ao longo deste trabalho. Nesse sentido, tomo todo cuidado em respeitar o local de fala das mulheres estudantes. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.” (RIBEIRO, 2017, p.73).

Como foi planejado oportunizar a fala às mulheres através dos grupos focais em um primeiro momento, consegui reunir as mulheres estudantes que ingressaram no ano de 2019 no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho para o Grupo Focal 1, pois elas foram liberadas da aula por uma hora para nosso encontro.

Conseguí reunir as mesmas dez mulheres que responderam o questionário no primeiro momento desta pesquisa, conforme o Figura 3. Assim que as reuni, elas se entreolhavam, e o silêncio tomou conta da sala, a sensação que pairava no ar é que não estavam à vontade umas com as outras. A minha intenção era de que elas conseguissem falar e debatessem juntas as perguntas, causando uma união entre elas como mulheres, e vivessem ali um momento de coletividade. Expliquei como funcionaria a dinâmica do grupo focal e da temática da minha pesquisa, e neste momento pareceram relaxar. (DIÁRIO DE CAMPO, dez de 2019)

Convém aqui destacar, que para as autoras Zanella e Pereira (2010, p.106), “existe um movimento que defende a noção de grupo enquanto “mente”, isto é, existe uma mente grupal independente, possuidora de leis próprias e que atua sobre os membros que compõem o grupo.” As autoras, explicam ainda que, “esta leitura do grupo supõe que o mero fato de estarem reunidos configura uma espécie

de “alma coletiva” que induz os sujeitos a sentir, pensar e agir como não fariam em separado”. (ZANELLA e PEREIRA, 2010, p.106). Nesse sentido, defendo que as mulheres estudantes do Grupo Focal 1 conseguiram agir de forma coletiva, trazendo para o grupo focal em suas narrativas uma “alma coletiva”, mesmo que em um primeiro momento, demonstrassem insegurança quanto àquele momento.

Para o Grupo Focal 2, consegui reunir quatro mulheres estudantes ingressantes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, e inicialmente, consegui com que sete delas respondessem ao questionário, conforme Gráfico 1.

Estavam muito à vontade no grupo e demonstravam expectativa no nosso encontro, queriam falar. Não foi possível fazer Grupo Focal com as mulheres estudantes dos outros cursos técnicos subsequentes, demandou muito tempo e empenho encontrá-las e conseguir com que aceitassem ser entrevistadas. Pareciam querer escapar daquele momento. Fugiam e se escondiam nos corredores, perguntavam se não podia ser em outro momento. Explicava a importância da pesquisa, acabavam cedendo. No fim das entrevistas, acabavam expondo o alívio em falar, mesmo que inicialmente estivessem receosas e manifestassem que entendiam a importância daquele momento para dar voz umas às outras. (DIÁRIO DE CAMPO, dez, 2019)

Conforme aponta, Perrot:

O silêncio feminino foi reiterado através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Este mesmo silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária” (PERROT, 2005, p.10).

A partir dessa dificuldade, permito-me pensar quantas vezes nós, mulheres, somos silenciadas em nossos espaços de trabalho e de estudo, e que esse silenciamento, está inserido na historicidade do ser mulher. Somos invadidas por sentimentos de medo de sermos perseguidas e/ou intimidadas pelas situações do cotidiano, em que somos obrigadas a passar e, muitas vezes, optamos por ignorar e evitar o assunto. Dentro desse contexto, o silenciamento também é relatado por outras pesquisadas “[...] a gente não tem voz aqui dentro do colégio. Muitas vezes, somos silenciadas pelos alunos e professores...” (ENTREVISTA, mulher estudante 3).

Para as entrevistas, encontrei cinco mulheres estudantes das oito que responderam o questionário inicialmente. Os horários de aulas das mulheres

estudantes eram muito diferentes, final de ano e a época era de provas, dificultando encontrá-las no colégio.

3.2.1 Quem são as mulheres estudantes dos cursos subsequentes do CTISM?

Para um primeiro contato com os dados de ingresso das mulheres estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM, busquei junto ao Departamento de Registros Escolares do CTISM, informações e dados do sistema escolar, a fim de conhecer o número de mulheres que ingressaram nos CS do CTISM, nos anos de 2018 e 2019, respectivamente. E, desse modo, avançar para o segundo momento desta pesquisa, a aplicação do questionário, a fim de encontrá-las e conhecer um pouco destas mulheres estudantes, para posteriormente avançar para os próximos momentos, os grupos focais e entrevistas.

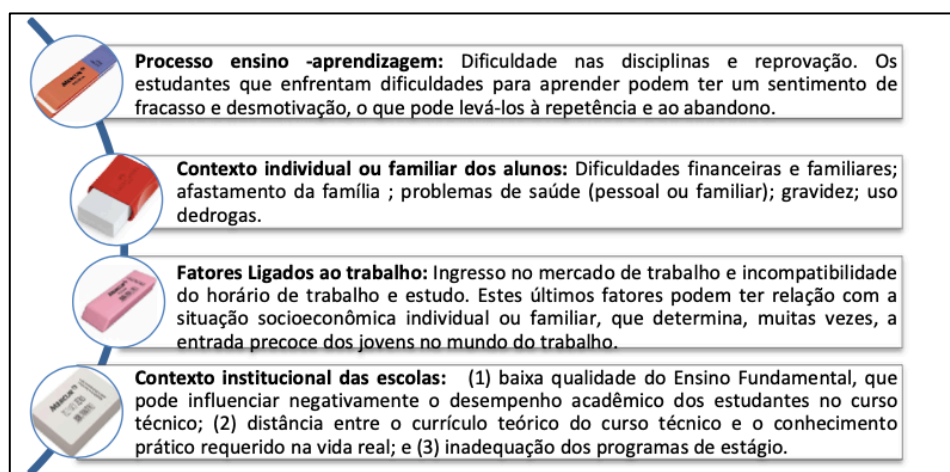
Dessa forma, o número de mulheres estudantes ingressantes, no ano de 2018, foi de trinta e sete mulheres distribuídas nos sete Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM. Junto aos dados recebidos de ingresso, recebi os dados de desistências, sinalizando que treze mulheres estudantes evadiram dos cursos. Assim, restando 24 mulheres estudantes matriculadas nos CS que ingressaram no ano de 2018. Estes dados estão representados na Tabela 1 na página 20. Este trabalho não tem como objetivo estudar a evasão escolar, mesmo que seja um tema de grande relevância e importância. Porém, acredito que olhar a evasão na Educação Profissional é urgente, assim como nesse caso pensar o porquê as poucas mulheres que ingressam ainda evadem

Nesse sentido, Silveira (2017, p.27), compreende que “as temáticas de evasão e retenção ocupam um espaço de preocupação no cenário de políticas públicas educacionais, visto que várias ações são implementadas para minimizar os seus efeitos.” Essas políticas educacionais são importantes para evitar que os estudantes desistam dos cursos, aumentando a taxa de conclusão. A autora ainda diz que “compreender a evasão é uma tarefa complexa, visto a não existência de uma única causa, que possa ser preditora do comportamento de abandonar a escola.” (SILVEIRA, 2017, p.85). Desse modo, a evasão escolar não possui

apenas um critério, ou uma motivação, está relacionado ao ambiente social e suas relações em que os estudantes estão inseridos.

Dentro deste contexto, Almeida (2019, 62), destaca que “a natureza com que os Cursos Subsequentes foram construídos, ao longo da história, carrega a chancela de serem constituídos por trabalhadores estudantes”. E, diz ainda que “trata-se de uma especificidade simbólica, ou seja, antes de serem estudantes são trabalhadores, marcados pelas experiências do mundo do trabalho, bem como pelas inseguranças e incertezas próprias do mercado de trabalho.” (ALMEIDA, 2019, p. 62). Diante o exposto, explica esta relação trabalhador estudantes com a evasão, “a incompatibilidade entre trabalhar e estudar.” (ALMEIDA, 2019, p.62). A evasão tem relação com os mais diversos motivos, a relação da necessidade de trabalhar e o conseguir estudar, faz com que os estudantes acabam desistindo e optando apenas pelo trabalho. Neste sentido, Siqueira (2020, p.38), representa alguns fatores que contribuem na evasão escolar, representado na Figura 10.

Figura 10 - Alguns fatores que contribuem na evasão escolar.



Fonte: SIQUEIRA, 2020, p. 38.

Retomando os dados recebidos pelo Departamento de Registros Escolar do CTISM, o número de mulheres estudantes ingressantes no ano de 2019, foi de vinte e oito mulheres, e cinco desistências, resultando vinte e três mulheres estudantes ingressantes no referido ano. Desse modo, no ano de 2018, possui

35% de registro de evasão escolar, contra 17,86% no ano de 2019³. Assim, analiso que no ano de 2018, possuiu maior número de matrículas, mas também teve maior número de desistências. Ainda, analisando a Tabela 1, percebo que em ambos anos o maior número de matrículas acontece no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, e em outra perspectiva o Técnico em Soldagem é o curso com menor procura das mulheres. Aponto para o fato de possuir apenas uma mulher matriculada no referido curso, tanto no ano de 2018, quanto no ano de 2019.

Depois de analisar os dados acima, parti em busca das mulheres estudantes para aplicação do questionário, na intenção de descobrir quem são elas. Produzi, então, a Tabela 4, para visualizar o número de mulheres estudantes que responderam ao questionário e em qual curso estavam matriculadas.

Tabela 4 - Cursos Técnicos Subsequentes e as mulheres respondentes do questionário

Subsequente ao Ensino Médio	2018	2019
Automação Industrial	1	0
Eletrônica	0	0
Eletromecânica	2	1
Eletrotécnica	1	2
Mecânica	0	0
Segurança do Trabalho	7	10
Soldagem	1	1
Total	12	14

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho foi o curso em que encontrei menos mulheres para responder ao questionário, em relação ao número de mulheres estudantes matriculadas. Quando comparo a Tabela 1 com a Tabela 4, observo que encontrei apenas 50% das mulheres ingressantes no ano de 2018 para aplicação do questionário e 60,87% das mulheres ingressantes no ano de 2019. “Durante a aplicação do questionário, aconteceram relatos de

³ Vale considerar que estes dados foram retirados em agosto de 2019 e a evasão ainda pode ser maior.

desistências, não foram aprofundados e tão pouco informados os motivos” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 out 2019).

Considero que estas desistências das mulheres, assim como a evasão nos cursos precisam ser estudadas. Desse modo, também percebo que não encontrei as mulheres dos cursos em Mecânica e Eletrônica para aplicação do questionário, não soube se houve desistência ou apenas um desencontro. Para conhecer a faixa etária, das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes em Automação Industrial, Eletromecânica, Mecânica, Segurança do Trabalho, Soldagem, Eletrônica e Eletrotécnica, produzi a Tabela 5, em que fica demonstrado uma relação de aproximação no perfil das mulheres estudantes ingressantes no ano de 2018, como nas do ano 2019.

Tabela 5 - Idade das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM

Idade	2018	2019
Entre 18 e 21 anos	4	4
Entre 22 e 30 anos	5	5
Entre 31 e 40 anos	2	1
Entre 41 e 50 anos	1	2
Outra	0	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Existe uma relação de proximidade na faixa etária, em ambos os anos, a maioria das mulheres tem entre 18 e 30 anos, são solteiras em sua maioria conforme apresento na Tabela 7, possuem uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, conforme representei na Tabela 6.

Tabela 6 - Renda média familiar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM

Renda média familiar	2018	2019
1 salário mínimo	1	2
Entre 1 e 2 salários mínimos	5	5
Entre 2 e 3 salários mínimos	2	3
Entre 3 e 4 salários mínimos	2	1

Mais de 06 salários mínimos	2	2
-----------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Segundo o IBGE (2018),

quase $\frac{1}{4}$ das famílias brasileiras vivem com um orçamento mensal, cujas receitas são no máximo dois salários-mínimos. Esse percentual corresponde a um grande contingente, com cerca de 44,8 milhões de pessoas em 16,5 milhões de famílias.

O IBGE (2018), apresenta sete classes de rendimento social, definindo-as em salários-mínimos, conforme o Quadro 4. Desse modo, as mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM estão inseridas em uma realidade social de baixa renda familiar. Assim, prossigo analisando o perfil das mulheres estudantes ingressantes em 2018 e 2019, a maioria não possui filhos, conforme representei na Tabela 8. No entanto, existe um número significativo de mulheres que são mães nos CS do CTISM.

Tabela 7 - Estado Civil das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM

Estado civil	2018	2019
Solteira	10	11
União Estável	1	1
Casada	1	1
Separada	0	1
Viúva	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Quadro 4 - Classes de rendimento total mensal familiar.

Reais mensais (R\$)	Salários mínimos
Até 1 908 (1)	Até 2 (1)
Mais de 1 908 a 2 862	Mais de 2 a 3
Mais de 2 862 a 5 724	Mais de 3 a 6
Mais de 5 724 a 9 540	Mais de 6 a 10
Mais de 9 540 a 14 310	Mais de 10 a 15
Mais de 14 310 a 23 850	Mais de 15 a 25
Mais de 23 850	Mais de 25

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 8 - Relação maternidade das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Filhos	2018	2019
Sim	3	5
Não	9	9

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Produzir esses dados a partir do questionário aplicado às mulheres estudantes ingressantes em 2018 e 2019, foi importante para a construção do grupo focal, que foi outro momento desta pesquisa. Pude, de uma forma breve, conhecer as mulheres estudantes do CS do CTISM. De posse desses dados, percebi que existe uma relação de proximidade entre as mulheres estudantes ingressantes em 2018 e as mulheres estudantes ingressantes em 2019. A maioria tem entre 18 e 30 anos, são solteiras, possuem uma renda média familiar entre 1 e 2 salários mínimos, e não possuem filhos. Essas proximidades em suas semelhanças, não significa que exista um perfil ideal e/ou pré-estabelecido para ingresso nos CS do CTISM. No entanto, este primeiro momento sinalizou que existem as relações.

3.3.2 Motivação para cursar o Curso Técnico Subsequente no CTISM

Fundamentei esta pesquisa por um estudo que permitisse o conhecimento sobre como a Educação Profissional nos Cursos Subsequentes, podem ser um

fator transformador na vida das mulheres estudantes que ingressaram nos Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM. Convém, aqui, destacar que

Acredita-se que a realidade dos Cursos Técnicos Subsequentes é atravessada pela oferta destinada a um público específico que, ao longo de sua trajetória, apresentou inúmeras dificuldades de concluir a Educação Básica, e que quando isso aconteceu, foi de forma muito precária. As experiências profissionais no mercado de trabalho dão conta de produzir um sujeito acrítico em sua visão de mundo, marcado pela dureza da vida, pela luta à sobrevivência, pois precisa “trabalhar duro”, desde que o nível de exigência não requisite amplo desenvolvimento intelectual. (ALMEIDA, 2019, p.45)

Assim, quando pergunto nas entrevistas as mulheres estudantes os principais motivos que as fizeram buscar o Curso Técnico Subsequente, suas narrativas são muito próximas, acreditam que precisam ter conhecimento técnico aplicado, desejam ter mais vivências, assim considerando estarem, aptas para ingressar no mundo do trabalho, e narram o desejo de serem especialistas naquela área. Demonstro estes motivos na Figura 11. Importante aqui destacar que “os Cursos Técnicos Subsequentes promovem para além da técnica, da regra e da norma. Trata-se de um movimento de dentro para fora, de um olhar para si, para a segurança do trabalho, para a saúde física e mental [...]” (ALMEIDA & MARASCHIN, 2020, p. 101).

Me1: Para ter mais prática. **Me2:** Mais experiências porque tinha saído do Ensino Médio, não tinha nada e não sabia o que fazer da vida. Tinha feito o EMAI⁴ e como é só um profissionalizante. Como não tinha arranjado emprego em nada, resolvi fazer para ter mais experiência **Me3:** Foi especialização, porque sou formada em Segurança do Trabalho e queria uma especialização em eletricidade. **Me4:** Foi busca de melhor oportunidade de trabalho **Me5:** Eu busquei o subsequente logo depois que eu saí do ensino médio. Eu acabava fugindo do perfil dos meus colegas que estavam afastados a mais tempo, mas o principal motivo era porque eu não sabia o que queria fazer no ensino superior [...] (ENTREVISTAS – Mulheres estudantes, 2019 – grifos nossos)

Figura 11 - Nuvem de palavras - motivos para cursar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

⁴ EMAI – Escola Municipal de Aprendizagem Industrial



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Analiso que as mulheres estudantes que concluíram o ensino médio e logo ingressaram no Curso Técnico Subsequente evidenciam em seus discursos que a Educação Profissional é um caminho inicial em suas vidas, e que percebem necessidade em dar continuidade em seus estudos após a conclusão do curso. Araújo et al. (2019, p. 129), diz que “o jovem que conclui o ensino médio, por vezes, pensa na possibilidade de chegar o mais breve possível a uma formação profissional”. O autor ainda afirma que

O Curso Técnico pode ser esse caminho, uma vez que a velocidade da renovação das profissões acontece no mercado de trabalho, aliado as incertezas sócias e econômicas, podem lhes trazer uma grande instabilidade, pois o contexto laboral presente, exige constante qualificação e técnica. (ARAÚJO et al, 2019, p. 129)

As entrevistadas reconhecem que enquanto estudantes aproveitam o tempo de curso para amadurecerem e adquirirem experiência antes de ingressarem, no ensino superior ou no mundo do trabalho. O dicionário Michaelis (2020), traz significados para a palavra “amadurecer”, “tornar (-se) maduro; amadurar-se, sazonar (-se)”. Ainda, neste sentido, diz que “tornar algo mais elaborado, após profundo período de reflexão” (Michaels, 2020). As mulheres estudantes, utilizam o percurso nos CS para aliar conhecimento, experiência e

amadurecimento, a partir de reflexões, vivências e oportunidades que este tempo permite.

Em outro sentido, as mulheres estudantes do Grupo Focal 1, distinguem as suas motivações das mulheres estudantes entrevistadas, narram que o curso ser_noturno é um fator determinante para a escolha, apontando para o fato da necessidade de trabalhar durante o dia. Como afirmam, Ferrari & Costa (2014, p.03), “os motivos para o trabalho consistem, basicamente, na necessidade de ter renda para ajudar a família e ganhar experiência buscando oportunidades para entrar no mercado de trabalho”.

Uma das mulheres estudantes explica que a filha a incentivou, para que ocupasse o tempo que ela acredita ser ocioso e avalia o curso técnico como excelente. Este incentivo, entre mulheres, é importante e deveria ser natural entre nós. Assim, concordo quando Martins (2019, p. 12), diz que,

É necessário reconhecer o quanto a união feminina é importante, pois muitas vezes, nós mulheres enfrentamos obstáculos semelhantes em nossos cotidianos, partilhamos de aflições em comum e, de modo geral, fazemos parte da mesma luta. Então, diante disso, porque não criamos o hábito de nos apoiar?

Outras mulheres estudantes relatam que buscam no técnico uma forma de especialização, relacionando o curso com áreas em que já são formadas ou que estão inseridas. Destacam ter buscado o curso pelo fato de já ter tido contato com o conteúdo ou por vivências de amigos, sabendo como o curso funciona e tendo uma base dos conteúdos que irão estudar no curso. Nesse sentido, fica evidente a importância de o curso ser noturno, atendendo as mulheres estudantes que trabalham no contra turno.

Me1: [...] por causa que era de noite **Me2:** Porque eu queria trabalhar durante o dia e porque eu tive um pouco de contato com o conteúdo em um curso que eu fazia [...] acabei gostando e aproveitei que era de noite e eu poderia trabalhar durante o dia. **Me3:** (risadas) eu queria voltar a estudar e queria preencher meu tempo a noite e minha filha fez o curso e disse que achava que eu fosse gostar porque ela ficou apaixonada e por isso estou aqui. **Me4:** Eu escolhi para aprimoração, como toda minha trajetória acadêmica é em questão de administração, gestão, a segurança do trabalho é mais um diferencial na carreira. **Me5:** Eu escolhi para modificar um pouco a área de conhecimento que estou fazendo pós-graduação aqui na universidade também e vai especificando cada vez mais o conteúdo então verificar outros horizontes e também pretendo fazer uma especialização na área de segurança e no fim o curso encaixou. **Me6:** Eu escolhi porque eu sempre tive vontade sobre saber um pouco mais sobre o trabalho e claro que o curso técnico não diz tudo

que a gente tem que fazer, mas está matando minha curiosidade que era o que eu mais queria. **Me7:** Para compor um pouco do, bem pouco do conhecimento jurídico que eu tenho para compor. **Me8:** Para aumentar mais o meu conhecimento e porque eu gosto de estudar. **Me9:** Para conhecimento também e porque eu quis voltar aos estudos e como eu trabalho durante o dia resolvi fazer ST e outro amigos meus também fizeram o curso e falaram super bem. **Me10:** Eu escolhi o técnico porque eu precisava de uma formação rápida para conseguir um emprego melhor porque uma faculdade ia demorar muito e como eu tenho um bebê eu preciso de um emprego para poder me sustentar e sustentar ele. (GF.1 – Mulheres estudantes ingressantes 2019 – grifos nossos)

Em outra perspectiva, as mulheres estudantes do Grupo Focal 2 narram buscar o Curso Técnico Subsequente, para construir uma relação com a realidade, acreditando que os cursos de graduação que estavam inseridas inicialmente, estudem muito a parte teórica, não relacionando o que se aprende com a realidade e a prática. É narrada a intenção de encontrar novos caminhos e oportunidades. Avaliam que acreditam que irão aprender mais no técnico.

Me1: Bom então, justamente eu fazia engenharia e estava no terceiro semestre e os primeiros semestres de engenharia é aquela coisa assim bem aleatória e tu não vê nada além de física e cálculo e não vê e coisas reais e eu estava bem descontente e, estava pensando em desistir de engenharia química, aí eu olhei assim e bah vou fazer um técnico de noite. Poderia vir a sei lá abrir umas portas, pensei que já tava desistindo de tudo pensei em fazer algo diferente. Na verdade, segurança do trabalho não foi totalmente escolhida, foi vou meio que vou me inscrever neste aqui e deu, não pesquisei sobre antes, apenas vim e eu passei e daí no fim foi isso mesmo uma tentativa de encontrar um outro caminho dentro da engenharia. E no fim quando comecei aqui eu pensei: Meus Deus, é isso que quero para minha vida e desta maneira eu vi que preciso ser engenheira de alguma coisa para seguir nesta área e comecei a gostar mais da própria engenharia química no fim, mas foi por um descontentamento de um curso que eu estava fazendo. **Me2:** No meu caso é um complemento da minha profissão seria mais um complemento mesmo e aperfeiçoar para focar na área e eu estava tentando o mestrado e não entrei no mestrado e acabei entrando no técnico. **Me3:** No meu caso eu estava procurando fazer uma especialização em segurança do trabalho só que eu tinha recolhido informações que na Unifra não era muito bom e que não aprendia quase nada e uns amigos meus tinham se formado e não tinham aprendido quase nada lá e então pensei: vou fazer um técnico que com um técnico normalmente a gente aprende um pouco mais e optei por fazer uma especialização EAD. **Me4:** Eu morava em Cachoeira do Sul e fazia faculdade de engenharia elétrica lá no campus da UFSM e quando eu voltei para cá, eu sabia que queria fazer coisas diferentes, porque para mim foi muito ruim a faculdade lá e uma das únicas coisas que eu gostei foi a engenharia de segurança que fiz lá em Cachoeira e quando voltei pensei em fazer algo mais além da faculdade. (GF.2 – Mulheres estudantes – Ingressantes 2018)

Por fim, analiso que as mulheres estudantes estão inseridas nas mais diversas experiências e vivências, porém o curso técnico ser noturno é de extrema

importância, e que buscam mais do que teorias, buscam viver a prática do conhecimento aliada a experiências nos cursos técnicos do CTISM.

3.2.3 Motivação para permanecer no Curso Técnico Subsequente, a partir da relação com o trabalho

Diante dos discursos das mulheres estudantes dos cursos técnicos do CTISM, sobre a motivação das mulheres estudantes em buscarem a Educação Profissional, agora busco conhecer as motivações de permanecerem nos cursos.

Na pesquisa realizada por Silveira (2017, p.91), foi possível analisar que “a permanência e o êxito estão vinculados à aprendizagem como uma construção entre professor e estudante, a socialização e, também, a conclusão da formação no tempo esperado”. As análises de Silveira, são muito importantes quando discutimos sobre permanência, e neste encontro, surge a importância da relação entre estudante e professor. Assim, nos discursos das mulheres estudantes ingressantes em 2018 e 2019, dos CS do CTISM, contextualizaram em suas narrativas o machismo que sofrem por parte de alguns professores e colegas. Esse distanciamento das relações entre professores e mulheres estudantes, gera uma situação em que as mulheres acreditam que não fazem parte daquele espaço escolar, assim, surgindo o desejo de desistência dos CS do CTISM, aumentando as taxas de evasão de mulheres destes cursos.

No entanto, as mulheres estudantes, em seus discursos encontram justificativas para o fenômeno que acontece dentro do espaço educacional, apontando para o fato de sermos orientadas em uma sociedade patriarcal. Frente a isso, relaciono a permanência com os sentidos do trabalho e pergunto nas entrevistas, de que modo o curso contribui para a melhoria do trabalho delas?

***Me1:** Eu faço engenharia e serve para a parte prática e serve aquela parte prática já que a engenharia é mais teórica. **Me2:** Optou por não responder a pergunta, disse que não sabia. **Me3:** Bom acabou que agora eu trabalho na área da elétrica, não trabalho mais com a segurança do trabalho, então tipo mudou tudo. **Me4:** Tem me dado mais oportunidades. O curso abrange várias áreas, né. Ele não te dá oportunidade só numa área específica, então além de eu me qualificar na (citou o curso que está matriculada) eu posso trabalhar em áreas diversas. **Me5:** Eu acho que ele, enfim eu não estou trabalhando agora, mas eu acho que dentro das propostas de estágio que eu vejo chegar no meio, vou conseguir aliar ele com a mecânica, ele tem me dado mais possibilidades de áreas de atuação e em si eu acho que ele preencheu algumas lacunas de conhecimento que eu tinha e me permitiu ampliar*

outras, principalmente, sei lá nas áreas de automação e de projeto que eu era bem ruim, assim, aí foi isso. Consegui criar novas habilidades, pelo menos na “eletro” tu projeta as coisas, não são coisas que existem e tu mede elas com paquímetro e deu. Tu imagina elas, tu calcula e projeta e eu acho que amplio este tipo de área de conhecimento. (ENTREVISTAS – Mulheres estudantes ingressantes, 2019 - grifos nossos)

Suas narrativas mais uma vez apontam para o fato de acreditarem que nos cursos técnicos subsequentes, irão aprender muito mais do que a teoria, vão poder vivenciar e experimentar como fazer o trabalho, aliando a outras formações que já possuem. Neste sentido, Almeida diz que

Os sentidos do trabalho se constituem, assim, por meio da ação das relações sociais e da produção do trabalho. Por conseguinte, para que o trabalho se processe em conformidade com uma sistematização, os homens atribuem sentidos ao trabalho que desempenham, de acordo com suas percepções, como algo construído histórico, social e culturalmente. (2019, p. 87)

As mulheres estudantes argumentam que o curso pode vir abrir novos espaços de trabalho e que o curso amplia outras áreas de conhecimentos. Nesta mesma perspectiva, nas entrevistas pergunto para as mulheres estudantes se elas se veem trabalhando na área baseada no curso em que estão matriculadas. Neste momento, a maioria das respostas foram diretas, apenas a mulher estudante 5 que aprofundou sua resposta, argumentando que ingressou no curso antes da reforma e com a reforma foi acrescentado mais três disciplinas que possuía interesse e acabou desapontada por não cursar esta disciplina que acredita ser importante para área que tem interesse em trabalhar no futuro.

Me1: *Eu acho que sim. Me2:* Não mais. **Me3:** *Sim Me4:* Não respondeu **Me5:** *Sim, eu pretendo. Eu fico triste, porque eu fiz o curso antes da reforma, que começou este ano e agora na reforma tem duas ou três matérias novas e uma delas é fotovoltaica que eu queria ter feito, queria ter aprendido e no futuro eu pretendo trabalhar com energia de fonte renovável me vejo trabalhando, mas no futuro para depois que eu puder estudar engenharia, alguma coisa. (ENTREVISTAS – Mulheres estudantes ingressantes, 2019)*

No grupo focal 1, as mulheres estudantes em seus discursos apontam para outra perspectiva, quando perguntei “de que modo que o curso tem contribuído para a melhoria do seu trabalho?”

Me1: Como eu trabalho de manhã então tem um pouco de segurança do trabalho lá e tenho um pouco de acesso, mas não é para mim o curso (risadas de todas), não gosto. **Me2:** Bastante porque eu trabalho em uma oficina de mecânica e eletro e lá não tem muita segurança e então a gente começa a olhar com outros olhos o trabalho. **Me3:** Olha no momento ainda não sinto nenhuma interferência, claro que todo o conhecimento para uma coisa aqui outra ali, mas no trabalho especificamente ainda não contribuiu. **Me4:** O curso me gera muita vontade de querer fazer mudanças de situações inseguras que eu vejo no laboratório que eu faço pós-graduação e também através do curso estou fazendo um estágio na área de consultoria, então é o conteúdo na prática além do teórico. **Me5:** Não tem modificado nada no meu trabalho, mas que eu sinto vontade de fazer algumas coisas, eu sinto. **Me6:** Para conhecer um pouco mais as normas regulamentadoras que na verdade na minha área fica a cargo dos peritos. **Me7:** No meu setor bastante. **Me8:** Como eu trabalho em um restaurante eu aprendi a manusear alguns utensílios vamos dizer assim de forma mais segura e tento auxiliar meus colegas a fazer da forma correta alguns trabalhos executados dentro do restaurante. **Me9:** Por enquanto ainda nada porque não estou trabalhando. **Me10:** Não quis responder. (GF.1 – Mulheres estudantes ingressantes 2019)

A mulher estudante 1, no grupo focal, deixou bem claro que não se encontrou no curso em que está matriculada e que não sabia se iria dar continuidade, mesmo que viva situações no trabalho em que exista a necessidade do curso em que está matriculada. Todas as outras mulheres estudantes, apontam para o fato de o curso vir a contribuir no trabalho que desempenham, mesmo inseridas em áreas distintas, como oficina mecânica, restaurante e laboratório; conseguem ter um olhar diferenciado para situações de risco e perigo que antes eram rotineiras. E a mulher estudante 4, aponta para o fato de querer fazer mudanças, aliando prática com teoria. Quando pergunto sobre a questão de se verem trabalhando na área, baseado no curso que estão matriculadas, a maioria respondeu que sim e não quiseram aprofundar suas colocações. Esta pergunta foi a que mais gerou risadas entre elas, quem não gosta do curso, não quer continuar e tão pouco trabalhar na área.

Me1: Não. (Muitas risadas) **Me2:** Não. **Me3:** Talvez. **Me4:** Sim com dificuldades, mas ... (risadas) **Me5:** Sim. **Me6:** Sim. **Me7:** Sim eu me vejo trabalhando, atuando diariamente como uma técnica de segurança do trabalho. **Me8:** Sim. **Me9:** Sim. **Me10:** Sim. (GF.1 – Mulheres estudantes ingressantes 2019)

Diante do exposto, as mulheres estudantes do Grupo Focal 2 pensam conforme todas as outras mulheres estudantes dos outros cursos técnicos subsequentes, que o curso em que estão matriculadas muda o olhar delas para

situações que pareciam corriqueiras e que com as aulas puderam notar a sua importância, saber sobre os riscos e como evitá-los. A mulher estudante 1 e mulher estudante 4 não argumentaram apontando para o fato de não trabalharem.

Me1: Eu não trabalho. **Me2:** Para mim contribui 100%, estou enxergando coisas que eu não enxergava na minha graduação toda, a gente não aprendeu nenhuma NR, estou aprendendo todas NR's que são obrigatórias e um pouco mais e a gente vai vendo os riscos realmente. **Me3:** Para complementar o que foi dito anteriormente abre a visão para o que está acontecendo para ti que ver que muitas vezes tu fazia coisas que achava que era boba e na verdade é um risco que pode causar algo grave e muitas vezes a gente não percebia. **Me4:** Também não trabalho. (GF.2 – Mulheres estudantes ingressantes 2018)

Nesta situação, pergunto se as mulheres estudantes se veem trabalhando na área do curso em que estão matriculadas, e de todas as mulheres estudantes do Grupo Focal 2, foram as únicas que aprofundaram suas respostas, mesmo que acreditem que talvez não vão trabalhar como técnicas, mas que o curso será uma base fundamental para o trabalho futuro em que desejam e sonham estar inseridas. E a mulher estudante 3, demonstra o interesse na docência, demonstrando seu desejo em poder ocupar uma vaga no próprio CTISM.

Me1: Não exatamente com técnica de segurança do trabalho, até porque eu faço uma faculdade de engenharia, então eu pretendo trabalhar como engenharia de segurança ou como supervisora nesta área ou consultoria, não necessariamente no papel do técnico, mas sim usar todos os conhecimentos que adquiri no técnico para aplicar ela numa área da engenharia. **Me2:** A mesma coisa, mas só que focada na pós que estou fazendo EAD em direito e segurança do trabalho e dar aula, se der tudo certo. **Me3:** No meu caso, talvez profissionalmente como engenheira de segurança do trabalho, então não necessariamente como técnica e quem sabe um dos objetivos é roubar o lugar de um dos professores, torcendo pelos que estão por se aposentar (risadas), então estou de olho. **Me4:** Eu pretendo muito sair do Brasil, então quero sim seguir na área e trabalhar também na parte de engenharia e não exatamente na parte técnica.

Frente ao exposto, os motivos de permanecer das mulheres estudantes nos Cursos Subsequentes do CTISM, estão conectados ao aprender para além da teoria, o poder experimentar a prática, e as novas portas que o Curso Técnico, pode proporcionar para o mundo do trabalho. O permanecer destas mulheres estudantes, está relacionado com os motivos de ingressar/cursar, os cursos em que estão matriculadas. Diante, dos seus discursos, mais uma vez me permito pensar que muitas são sinônimo de resistência, são mulheres-trabalhadoras-

estudantes, que após um dia exaustivo de trabalho, continuam percorrendo o caminho do conhecimento nos Cursos Subsequentes do CTISM.

3.2.4 Motivação para o mundo do trabalho

Considero esta parte do texto bastante importante, aqui abordo os sonhos e projeções das mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM, busco entender as motivações após a conclusão do curso e como elas se enxergam no mundo do trabalho.

Em relação ao trabalho, a lógica de empregabilidade determina que os sujeitos devem demonstrar, individualmente, terem desenvolvido competências, e o devem fazer de maneira autogerenciada, pois, se não demonstrarem estas competências, não são profissionais, não estão aptos ao emprego e ao trabalho. (FERREIRA, 2020, p. 31-32)

A autora defende que trabalho e emprego são diferentes: “O trabalho está relacionado teologicamente ao que é o ser humano, sua capacidade de intervir na natureza ou, se pode dizer é um modo de viabilizar [...] reconhecimento no e pelo produto do trabalho” (FERREIRA, 2020, p.32 APUD FERREIRA, 2014, p.7). Aqui, me permito pensar, se as mulheres estudantes, entendem estas relações entre trabalho e emprego. Afinal, são quatro semestres letivos e mais estágios em que empenharam dias e noites de suas vidas, como narram buscando mais conhecimento, melhor cargo em seus empregos.

Frente a isso, busco entender a relação das mulheres estudantes com o mundo do trabalho, e para isso produzo a Tabela 9, para compreender.

Tabela 9 - Relação com o mundo do trabalho das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Relação com o mundo do trabalho	2018	2019
Apenas estuda o Curso Subsequente	1	2
Estuda e trabalha regularmente	7	0
Estuda e trabalha eventualmente	0	9
Nunca trabalhou	0	0
Estuda em curso superior ou pós-graduação	4	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Existe uma relação subentendida entre os motivos em concluir com os motivos de permanecer nos CS do CTISM. Nesse contexto, a maioria das mulheres estudantes ingressantes em 2018, estudam e trabalham, as tornando estudantes trabalhadoras, Almeida (2019, p. 39) diz que “trabalhador-estudante é construída para designar a classe trabalhadora que vive do trabalho, isto é, a classe operária”.

Em outra realidade, a maioria das mulheres estudantes ingressantes em 2019, estudam e trabalham eventualmente, entendo que essas mulheres não possuem emprego fixo e que não são registradas, assim configurando que não possuem trabalho formal. Neste sentido Antunes (2009), acrescenta que, a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos de regime *part time*, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas.

Em outra perspectiva, a relação com o mundo do trabalho das mulheres estudantes é interessante quando percebo que existe uma representatividade de mulheres que cursam o ensino superior em ambos anos de ingresso. Neste sentido, a LDB, Art. 43, prevê que a “educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.” (BRASIL, 1996, grifos nossos). Desse modo, abordei nos grupos focais e nas entrevistas, o que buscam estas mulheres estudantes nos cursos técnicos subsequentes do CTISM, no sentido de que já estão em outra etapa importante da educação, que é o ensino superior.

Com os dados obtidos na aplicação do questionário, procuro conhecer um pouco da trajetória educacional das mulheres estudantes ingressantes dos CS nos anos de 2018 e 2019, entender como se realizou o Ensino Básico, para isso produzo a Tabela 10.

Tabela 10 - Conclusão ensino médio das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Ensino Médio	2018	2019
Ensino Público	11	8
Ensino Particular	0	3
Educação Jovens e Adultos (EJA)	1	1
ENCEJJA	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Observo que 91,67% das mulheres estudantes, ingressantes no ano de 2018, concluíram esta etapa no ensino público. E, apenas uma mulher concluiu esta etapa na Educação Jovens e Adultos (EJA). Esta etapa educacional é ofertada àqueles que não tiveram oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, e o Ensino Médio, na idade correta. Maraschin e Ferreira (2020, p.01), apontam para o fato de que “a EJA por muito tempo não ocupou espaço na história das políticas educacionais”. As autoras colaboram afirmando que

a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, os movimentos sociais e fóruns de EJA demandaram ao governo uma política mais intensa para a escolarização dos jovens e adultos e disputaram uma formação aliada à profissionalização (MARASCHIN & FERREIRA, 2020, p.01).

Oportunizando aos jovens e adultos concluírem a etapa educacional que não tiveram acesso, e ir em direção de uma melhor colocação no mundo do trabalho, e/ou ainda acessarem outras etapas educacionais como o Técnico Subsequente.

Ademais, querendo conhecer mais das mulheres estudantes e suas relações educacionais, a partir do questionário, produzo a Tabela 11, que responde à questão de tempo sem estudar.

Tabela 11 - Tempo sem estudar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Tempo sem estudar	2018	2019
Não	6	10
Sim	6	4
Motivos:	Maternidade, oportunidade de melhor emprego	Comodismo e Renúncias

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Esta questão se relaciona com a motivação de ingresso dessas mulheres estudantes. Estar muito tempo fora da escola faz com que os sujeitos se acomodem e acreditem que não possuem mais relação com esse espaço. A Tabela 11, demonstra que 50% das mulheres estudantes ingressantes de 2018, estavam um tempo sem estudar, e apresentaram a maternidade e oportunidade de melhor emprego como motivo para esta interrupção, que aconteceu no passado. Em outra perspectiva, as mulheres estudantes ingressantes em 2019, possuem número mais significativo de mulheres que não deixaram de estudar, com apenas 28,57% delas que pausaram seus estudos, justificaram este período como comodismo e renúncias como motivo.

E, para conhecer as perspectivas futuras das mulheres estudantes dos CS, na Tabela 12 represento a produção de dados após conclusão do curso.

Tabela 12 - Perspectivas profissionais pós conclusão do curso das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM.

Perspectivas pós conclusão de curso	2018	2019
Oportunidade de emprego na área	7	3
Recolocação no mercado	0	1
Promoção no atual trabalho	1	0
Agregar conhecimentos complementares a formação	4	10

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As mulheres estudantes ingressantes em 2018, na maioria, projetam uma oportunidade de emprego na área, neste sentido, demonstrando que desejam aproveitar os conhecimentos dos Cursos Subsequentes, no mundo do trabalho.

Neste sentido, Mészáros, enfatiza que “a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto realizadora. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra” (MÉSZÁROS, 2008, p.103). É, preciso que os conhecimentos oportunizados a estas mulheres estudantes, se concretizem no mundo do trabalho, para exista um sentido real entre eles.

Ainda, nos dados das mulheres estudantes ingressantes em 2018, 28,57% pretendem agregar conhecimentos aos conhecimentos que já possuem. E, apenas uma mulher estudante, projeta promoção no atual trabalho. As mulheres estudantes ingressantes em 2019, apresentam uma perspectiva diferente, em que 71,43%, pretendem agregar conhecimentos complementares na formação, 21,43%, desejam oportunidade de emprego na área e, por fim, uma busca recolocação no mercado de trabalho.

Nesse sentido, quando pergunto às mulheres ingressantes nas entrevistas quais as perspectivas profissionais após a conclusão do curso, a maioria pretende trabalhar na área, e continuar se especializando. A mulher estudante 2, explica que não pode continuar na área por problemas de saúde, afirma que se não fosse por estas questões continuaria.

Me1: *Trabalhar na área* **Me2:** *Eu tenho que sair totalmente desta área por problemas de saúde, mas se fosse possível eu continuaria, mas preciso sair.* **Me3:** *Ah continuar na área, me especializar mais e continuar trabalhando na área.* **Me4:** *Depois do curso eu vou fazer uma ... como já falei antes eu vou fazer estágio e o estágio da área pretendida é a robótica né que é trabalhar no robô de solda, operando ou vou fazer projetos, vou procurar alguma coisa sobre projetos que é solda de diors que ele ensina a fazer peças em 3d, mas só que nos do técnico em soldagem a gente tem uma cadeira a mais do que os outros cursos não tem que é perfil soldado que ali a onde tu coloca a peça tu já mostra onde ela é soldada sabe, qual o tipo de solda coisas mais técnica, então estas são as duas áreas que e tenho interesse e tem também a vaga, uma possível vaga de estágio para a área de qualidade, mas na verdade eu não vou chegar inspecionando, vou chegar como estagiária e vou chegar com auxiliar do responsável, então é isso. Ah e depois eu vou fazer uma graduação, fazer engenharia naval. (ENTREVISTAS - Mulheres estudantes, 2019 – grifos nossos)*

Em outra perspectiva, algumas mulheres estudantes do Grupo Focal 1, que ingressaram em 2019, apresentam outro sentido após a conclusão do curso.

Demonstram muita insegurança, e acreditam que só terão certeza do que aspiram posteriormente ao estágio. Até este momento não possuem certeza do que irão encontrar nos próximos anos de curso e se conseguirão realizar o estágio devido ao tempo que possuem, pois além de mulheres estudantes, são mulheres trabalhadoras estudantes, possuem a necessidade de trabalhar de dia para estudar à noite. Ainda, no grupo focal 1, as mulheres estudantes possuem diferentes inquietações quanto ao futuro, desejam ter estabilidade, e acreditam que o curso técnico subsequente do CTISM, conseguirá auxiliar com que alcancem esta perspectiva no futuro. Assim, o CTISM torna-se um espaço essencial para que suas mulheres estudantes conquistem sua emancipação e obtenham um espaço de trabalho digno no mundo do trabalho.

Me1: *Eu queria só concluir, mas eu acho que vou trancar.* **Me2:** *Acho que só vou ter uma noção depois do estágio, porque vamos ver como é a realidade.* **Me3:** *Eu também se eu conseguir o estágio na área que eu desejo que é em hospitais.* **Me4:** *Não quis responder.* **Me5:** *Olha hoje não parei para pensar nas perspectivas em relação até porque eu trabalho o dia inteiro e fazer o estágio vai ser bem difícil, ao menos que eu largue meu emprego que não é uma possibilidade, porque nos dias de hoje quem tem, tem que agarrar e se firmar, mas talvez um emprego melhor e que eu tenha mais que não seja tão quadrado que eu tenha mais liberdade.* **Me6:** *Eu gostaria de ter algo mais estável, quem sabe um concurso na área.* **Me7:** *Eu também, talvez consiga estabilidade com o técnico.* **Me8:** *Eu gostaria de fazer um estágio e que este estágio seja em um lugar que eu quero que é um ambiente extremo, ou construção civil ou um espaço confinado e depois ser efetivada.* **Me9:** *Eu quero fazer uma pós em segurança do trabalho e atuar como engenheira de segurança.* **Me1:0** *Eu pretendo encontrar estabilidade. (GF.1 – Mulheres estudantes ingressantes 2019, grifos nossos)*

No grupo focal 2, as mulheres estudantes apontam outras expectativas após a conclusão do curso, dedicar-se ainda mais aos estudos, indicam o interesse em realizar pós-graduação, como mestrado e a formação pedagógica.

Me1: *Me formar em engenharia ta bom, estagiar pelo técnico e terminar engenharia se Deus quiser em 2 anos ou mais e aí fazer a pós que as gurias estão fazendo, enfim continuar sempre estudando e procurar me profissionalizar nesta área, que eu acabei escolhendo que é de segurança do trabalho e trabalhar com isso.* **Me2:** *Terminar o técnico, terminar a especialização, terminar o mestrado, arrumar algum tempo para fazer o estágio e se passar no PEG, tem mais o PEG, mais trabalho, tentar encaixar em alguma coisa, mas sem sair da área.* **Me3:** *terminar a pós né, terminar o técnico e tentar focar na área também e fazer um complemento na minha área como arquiteta e fazer um complemento noturno sobre segurança do trabalho, mas não sei, vamos ver. Ah tentar o mestrado também.* **Me4:** *Eu também terminar o técnico e fazer o estágio, terminar a faculdade dentro de dois, dois anos e meio e daí sair*

de Santa Maria e seguir estudos em outro lugar. (GF.2 – Mulheres estudantes – Ingressantes 2018, grifos nossos)

Nesse ponto de vista, percebo a importância dos cursos técnicos subsequentes do CTISM para as mulheres estudantes. Os cursos promovem inúmeras possibilidades, de acordo com as aspirações das mulheres estudantes, que variam entre encontrar um emprego, estabilizar-se no emprego ou continuar estudando na graduação ou na pós-graduação. Diante disso, atendendo as finalidades dos Cursos Subsequentes do CTISM “formar Técnicos de nível médio que atuem nos diferentes processos de trabalho, nas áreas de tecnologia. São cursos voltados para o mundo do trabalho, nos quais o aluno poderá adquirir conhecimentos avançados na área profissional que escolher.” (PPP CTISM, 2011, p.110). Neste sentido, representando que esta etapa de formação é significativa na vida destas mulheres, atendendo todos os tipos de interesses, seja uma formação rápida para o mundo do trabalho, seja para acrescentar conhecimentos técnicos com conhecimentos teóricos, ou mais um caminho para a pós-graduação.

CAPÍTULO IV - A PESQUISA SOBRE AS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MOVIMENTOS NECESSÁRIOS

O quarto capítulo e último desta pesquisa traz a justificativa desta pesquisa, pelo olhar das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM. Os movimentos das mulheres pesquisadas sobre a pesquisa trouxeram significado para a construção deste texto e, ao mesmo tempo, satisfação quando percebi que consegui dar voz às mulheres dos Cursos Subsequentes do CTISM. Neste capítulo, abordo sugestões para melhoria nas relações destas mulheres e, a pandemia e a precarização do trabalho das mulheres.

4.1 MOVIMENTOS DAS MULHERES PESQUISADAS SOBRE A PESQUISA

Me1: *Eu acho que é necessário porque talvez não no nosso curso como a gente falou várias vezes, tipo nosso curso é um curso ainda que tem uma participação feminina maior, a nossa turma é predominantemente feminina, a turma do lado não sei se é tanto, mas a nossa é disparado, mas pensando em outros cursos como mecânica, eletromecânica, eletrotécnica, enfim eu imagino que as gurias devam sentir muito mais sobre isso. A pesquisa sobre permanência é necessária porque elas desistem? Para nós a maioria das gurias ficou, mas em outros cursos se vê o contrário. De fato, são cursos bem masculinos. **Me2:** Não necessariamente do nosso curso, mas destes cursos que tem mais homens do que mulheres, talvez muitas desistam porque não veem nenhuma mulher ou na profissão, ou atuando na carreira e tudo mais, e pode pensar “ah isso não é trabalho de mulher”, eu vou desistir, então isso também é uma forma de sei lá, uma visão equivocada. **Me3:** Eu tive diversas vezes vontade de desistir por causa da questão do machismo, sobre os professores pesarem um pouco no início. **Me4:** eu acho importante, não só para estar adquirindo dados de como as mulheres se sentem, mas a partir disso estar buscando formas de solucionar, para que isso atraia mais mulheres para os cursos, porque muitas vezes tu acaba não fazendo um curso, justamente por pensar que só vai ter homem lá e tipo não conseguir lidar, sabe? Então estar buscando soluções para que as mulheres se sintam atraídas para os cursos também. (GF.2 – Mulheres estudantes ingressantes 2018, grifos nossos)*

Nesta primeira parte do quarto e último capítulo, início com a fala das mulheres estudantes que ingressaram no ano 2018 em um dos Cursos Subsequentes ofertados pelo CTISM, quando perguntei como elas viam a presente pesquisa sobre o lugar da mulher no CTISM,

as mulheres estudantes que estavam participando do grupo focal se sentiram à vontade e demonstraram estar muito felizes por ter uma pesquisa que estava dando visibilidade às mulheres, naquele espaço de formação profissional, que elas consideravam tão importante na vida delas. (DIÁRIO DE CAMPO, 13 dez. 2019).

Em seus discursos, ficou evidente a sororidade e a solidariedade entre elas e com as mulheres estudantes dos outros cursos. Demonstraram preocupação por elas estarem em cursos que consideram masculinos. Nesse sentido, expuseram que não deve ser fácil estar em um espaço sendo a maioria de homens, e consideram esses espaços extremamente machistas, apontam também para o fato que no curso em que estão matriculadas são maioria, mas mesmo assim não deixaram de sentir o machismo por parte de alguns professores e colegas.

Apesar, das mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM, apontarem estas relações, a Universidade Federal de Santa Maria, no início do ano de 2020, foi destaque entre as 10 universidades do mundo com maior produção científica feita por mulheres.

Atualmente a UFSM conta com um total de 2.031 docentes, dos quais 942 (46,4%) são mulheres. Destas 942 docentes, 83% possuem doutorado. Embora o número de docentes seja menor que o de homens, o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), Paulo Renato Schneider, chama a atenção para a produtividade e eficiência das pesquisadoras da Instituição. “Temos trabalhado de forma inclusiva. Sempre temos uma participação efetiva das mulheres, com muita eficiência. A participação ativa dessas pesquisadoras nos grupos tem aumentado significativamente”, afirma. (UFSM, 15 de janeiro de 2020)

Esta notícia, me permite acreditar, que mesmo que as mulheres na UFSM, representem um número menor de docentes, elas conseguem produzir, e serem vistas mundo afora e no próprio Brasil. Permitindo que as mulheres do CTISM, aqui como um todo, não apenas as dos Cursos Subsequentes, sintam-se motivadas a fazerem a diferença. Neste sentido, não basta apenas ocupar espaços, e ter voz, também é preciso que se mostre nossas qualidades e competências.

No Grupo Focal ,1 com as mulheres estudantes ingressantes no ano de 2019, quando perguntei como elas veem esta pesquisa sobre a mulher no CTISM, a reação é semelhante do Grupo Focal 2, relatam sentir a falta de mais mulheres no CTISM, demonstram o desejo de ter mais mulheres estudantes ocupando os cursos, principalmente nos cursos que elas notam que existem um maior número de homens estudantes. Apontam também para a questão de que o CTISM, é um colégio que aceita e acolhe as mulheres estudantes.

Me1: *Eu vejo como uma boa pesquisa. Me2:* *Acho interessante porque se você passar nos corredores do prédio principal tu não vai ter tantas mulheres quanto homens. Me4:* *Achei muito interessante até para trazer mais mulheres para cá, principalmente para os cursos que não tem tantas mulheres. Me5:* *Acredito que a mulher pode estar em todos os lugares que quiser e aqui no colégio são muito bem acolhidas e que os cursos não deveriam ter este viés masculino assim, porque tem espaço para todo mundo. Me6:* *Importantíssima, no sentido que o colégio de alguma forma está começando a ver isso, e as meninas estão chegando e vão dizer por que vieram. (GF.1 – Mulheres estudantes ingressantes 2019, grifos nossos)*

Todas as mulheres estudantes em seus discursos demonstraram estarem felizes com esta pesquisa no CTISM. O discurso da mulher estudante 3, já apareceu no texto, sua voz aqui, é muito importante, e por isso repeti aqui. A mulher estudante 3, se sente silenciada, tanto pelos colegas quanto pelos professores, e esta pesquisa diz para ela, que ao contrário de suas vivências na escola, ela tem voz, e é muito importante. Neste sentido, a mulher estudante 4, colabora dizendo que esta pesquisa está dando voz e visibilidades para elas. No entanto, seu discurso parece um pouco contraditório, quando ela fala em ter voz e prefere silenciar “coisas” que acontecem no CTISM.

Me1: *Interessante que se tiver alguma falência em outro curso pode ser melhorado. Me2:* *Interessante porque tem poucas gurias no colégio pelo o que percebi, de noite principalmente, de tarde como era bolsista no laboratório até que tem bastante, mas é integrado né, mas acho bem importante mesmo. Me3:* *Acho super importante porque a gente não tem voz aqui dentro do colégio. Muitas vezes nós somos silenciadas pelos alunos e por muitos professores e acho isso muito importante para a gente. Me4:* *(ficou pensativa e pediu para eu repetir a pergunta) eu vejo.. ãhn como vou falar.. até comentei com a minha namorada, eu não consigo achar uma palavra. Eu não sei a palavra certa, mas eu acho que depois tu vai conseguir desenvolver. Eu vejo como uma forma muito boa de dar voz e visibilidade de nós mulheres aqui que somos minoria e passamos despercebidas até acredito é tem coisas ai que prefiro não falar, apesar de eu ter fugido, eu gostei e achei muito importante. (ENTREVISTAS – Mulheres estudantes ingressantes 2018 e 2019, grifos nossos)*

O olhar das mulheres estudantes sobre esta pesquisa no CTISM, foi um momento muito importante. Sempre foi meu desejo dar voz e visibilidades as mulheres dos Cursos Subsequentes, para que se sintam parte desta etapa educacional, e que seja uma trajetória tranquila de saberes educacionais, e se construa neste espaço outros sentidos.

4.2 SUGESTÕES PARA MELHORIA

A partir dos discursos, evidenciei nesta pesquisa que as mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes em Segurança do Trabalho sentem o machismo com piadinhas de alguns colegas, e com a diferenciação que alguns professores do sexo masculino fazem, apesar disso deixam claro que, muitas vezes, não permitem a intimidação, contudo algumas vezes silenciam o preconceito para si.

Me1: *Isso resulta em que às vezes a gente tem que escutar algumas coisas chatas, mas está tudo bem, porque se fosse um negócio recorrente. Me4:* *é acredito muito nisso que as gurias falam, acho que começou bem pior e no fim como teve muita desistência no curso, acabou que a turma ficou parelha em questão de homem e mulher, então eu acho que está bem melhor. (GF.2 - Mulheres estudantes ingressantes 2018)*

Em seguida, posicionam-se que este tipo de comportamento logo desaparece, fazendo com que todas sejam respeitadas da mesma forma. As mulheres estudantes que estão matriculadas em cursos com mesmo número ou inferior de homens estudantes, demonstram preocupação com as mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes que tem uma ou mais mulheres estudantes matriculadas, apontando para o fato de perceberem que esses cursos com maior número de homens fazem com que elas não consigam ter representatividade feminina, para assim no coletivo levantar a voz e se fazerem respeitar.

Me1: *[...], mas pensando em outros cursos como mecânica, eletromecânica, eletrotécnica, enfim eu imagino que as gurias devam sentir muito mais sobre isso. A pesquisa sobre permanência é necessária porque elas desistem? Para nós a maioria das gurias ficou, mas em outros cursos se vê o contrário. De fato, são cursos bem masculinos.*
Me2: *Não necessariamente do nosso curso, mas destes cursos que tem mais homens do que mulheres, talvez muitas desistam porque não veem nenhuma mulher ou na profissão, ou atuando na carreira e tudo mais, e pode pensar “ah isso não é trabalho de mulher”, eu vou desistir, então isso também é uma forma de sei lá, uma visão equivocada.*
Me.4: *eu acho importante, não só para estar adquirindo dados de como as mulheres se sentem, mas a partir disso estar buscando formas de solucionar, para que isso atraia mais mulheres para os cursos, porque muitas vezes tu acaba não fazendo um curso, justamente por pensar que só vai ter homem lá e tipo não conseguir lidar, sabe? Então estar buscando soluções para que as mulheres se sintam atraídas para os cursos também. (GF.2 – Mulheres estudantes ingressantes 2018, grifos nossos)*

As mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM com uma ou mais mulheres reconhecem a falta de outras mulheres estudantes e percebem-se como vitoriosas quando conseguem concluir o curso. Nessa lógica, houve relatos de que foram ignoradas nas suas respostas, que a condição de ser mulher passava a sensação que alguns conhecimentos podiam passar despercebidos, e que alguns professores faziam “vista grossa”, e muitas vezes são colocadas em um lugar de incapacidade.

Me3: Com certeza, para começar nas aulas é mais difícil porque as pessoas não acreditam tanto em ti, alguns professores quanto os colegas. Ai eles não te passam todas as coisas, não te incluem em todas as atividades e acabam facilitando algumas vezes as atividades para ti. (ENTREVISTA – Mulheres estudantes, 2019 – grifos nossos)

Nessa perspectiva, essas atitudes criam sentimento de impotência e de insuficiência nestas mulheres estudantes. Para que essas questões melhorem, após este estudo, apoiado nas bibliografias e as narrativas que encontrei no diário de campo, grupos focais e entrevistas, acredito que o CTISM, poderia iniciar um espaço de representatividade e acolhida às mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes, onde aponto algumas sugestões:

1. Organizar e convidar as mulheres estudantes para grupos com o objetivo de conhecerem-se, e entender o que buscam nos cursos técnicos subsequentes do CTISM, e como enfrentar os momentos de machismo e preconceito quando surgem em sala de aula. Assim, talvez evitando a evasão destas mulheres que em algum momento podem ter a falsa crença que aquele curso em que estão matriculadas não é para elas;
2. Propor momentos nas turmas para reflexão sobre as questões discutidas com todos estudantes e professores;
3. Realizar seminários, trazendo mulheres renomadas e importantes que trabalhem na área em que elas estão cursando. E, alunas egressas que trabalham na área do curso. Nessa realidade, indicando representatividade tanto no CTISM, como no mundo do trabalho;
4. Formação para os professores (as) com temáticas sobre o feminismo, e a importância da mulher naqueles cursos e áreas;

5. Acompanhar estas mulheres estudantes durante o seu percurso evitando a evasão, criando proximidade com o CTISM, e incluindo-as em projetos que existam no CTISM, ou ainda criar projetos para as mulheres estudantes;
6. Empenhar-se em trazer mais representatividade feminina como professoras, visto que este estudo apontou para o fato de não existir esta representatividade em sala de aula. Citado que a maioria dos professores são homens, mesmo cientes que existe um concurso, este foi um desejo manifestado pelas mulheres estudantes;
7. Trazer resultados de pesquisa como está para discussão.

Por fim, considero esta pesquisa muito importante, pois pude conhecer as mulheres estudantes dos cursos técnicos subsequentes do CTISM, e dar voz para que assim se sintam parte deste espaço tão significativo e para outras mulheres estudantes que irão no futuro ingressar nestes cursos. Aponto para a questão desta pesquisa possuir significada relevância pela situação de existirem poucas pesquisas nos cursos técnicos subsequentes sobre mulheres e considero que precisa ter continuidade, no CTISM e em outras instituições de ensino que possuam a Educação Profissional, assim conhecendo a trajetória das mulheres estudantes e dando visibilidade e representatividade a estas mulheres estudantes, tanto no espaço escolar como no mundo do trabalho.

4.3 PANDEMIA E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO DAS MULHERES

Esta pesquisa previa grupo de interlocução, falar, escutar e interpretar são processos fundamentais e compõem o que se denomina interlocução. Ferreira (2016). Frente a isso, era necessário dar voz as mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes do CTISM, nos grupos focais e entrevistas. Para a produção de dados com significados, e ao final retoma-los em um grupo de interlocução, realizando uma apresentação para estas mulheres para novas contribuições, com o objetivo de transformar de forma significativa o pensamento individual e analisar a pluralidade de pensamentos.

No entanto, isso não possível devido ao enfrentamento da Pandemia do vírus Covid-19. Então nesta parte, prefiro por voltar ao começo, de onde surgiu a

pesquisa e retomar alguns questionamentos que apareceram no decorrer do estudo, considerando o momento pelo qual estamos passando.

O vírus Covid-19 deu notícias ao mundo, no final de 2019. Os primeiros casos, noticiados na China, vieram acompanhados com notícias de milhares de mortes. Logo, o vírus se espalhou pelos mais diversos países. E, aqui me permito pensar e imaginar, que nós brasileiros e brasileiras, não acreditávamos que a doença ia conseguir chegar no nosso país tropical. No entanto, em março deste ano, tudo fechou, escolas, empresas públicas e privadas, a ordem era ficar em casa. Assim, iríamos evitar que o vírus se propagasse, e logo, nossas rotinas voltariam aos dias normais.

Isso não aconteceu, estamos há sete meses em isolamento, as instituições de ensino continuam fechadas, e sem previsão de retorno. Existem todos os tipos de notícias, que acontecem estudos para a retomada com segurança das atividades, e em outro viés, que talvez o ensino só volte em 2022. Temos também a vacina que muitos torcem que chegue logo ao nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, encerro o quarto capítulo desta pesquisa, mas gostaria de problematizar mais uma vez, com certeza que não terei respostas. Sobre as mulheres estudantes dos Cursos Subsequentes. De que forma conseguiram driblar este momento incerto e delicado que vivemos? Será que seus sonhos para o mundo do trabalho continuam os mesmos? Conseguiram manter seus empregos? Conseguiram se manter matriculadas, e principalmente motivadas nos Cursos Subsequentes do CTISM?

Neste sentido Antunes (2009), colabora dizendo o aumento do percentual do trabalho feminino no mundo produtivo tem somado significativamente, o que explica uma emancipação, uma vez que “o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 105), tornando insuficientes tanto os salários quanto os direitos e as condições de trabalho. “Ao mesmo tempo, o capital tem se apropriado da polivalência, com multi atividades das mulheres e experiências que trazem das atividades domésticas.” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

Diante disso, destaco que o trabalho das mulheres, sempre foi desigual. Enfrentando, após a jornada de trabalho remunerada, a terceira jornada de trabalho doméstico. Com todas estas questões as mulheres, são as que estão mais sobrecarregadas, e provavelmente as com mais dificuldades de continuar

acessando Educação e Trabalho. Lembro, que são apenas inquietações que tenho sobre estas mulheres que me acompanharam no último ano da minha vida. Espero que tenham conseguido se manter resilientes e não tenham desistido. E, que possa ver todas elas e muitas outras mulheres ocupando os espaços do CTISM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugar de fala e lugar de escuta: feminismo dialógico como encontro das lutas (TIBURI, 2018, p. 53).

Este momento final é repleto de significados. Nos dois últimos anos, encontrei os sentidos da minha vida, mesmo que ainda repleta de incertezas. Estudar sobre mulheres preencheu lacunas do meu ser, que permeiam meus sentimentos e atitudes, e eu não possuía conhecimentos. Conhecer autoras feministas que nortearam esta pesquisa não foi importante apenas para este trabalho, mas para fortalecer meus ideais. Buscar o lugar de fala e o lugar de escuta promoveu um significativo crescimento pessoal e profissional.

Pesquisar e aprofundar os estudos da Educação Profissional trouxeram para esta pesquisa os entendimentos e a importância que esta política tem para a nossa sociedade. Os diversos desafios enfrentados, ao longo da história, que atenderam, muitas vezes, os interesses do sistema capitalista, e que de certa forma, continuam atendendo. As transformações que a Educação Profissional passou ao longo dos anos, até o momento de sua expansão, chegando em cidades brasileiras, inimagináveis. Com isso, trazendo tantas modificações, nas vidas de tantos brasileiros e brasileiras.

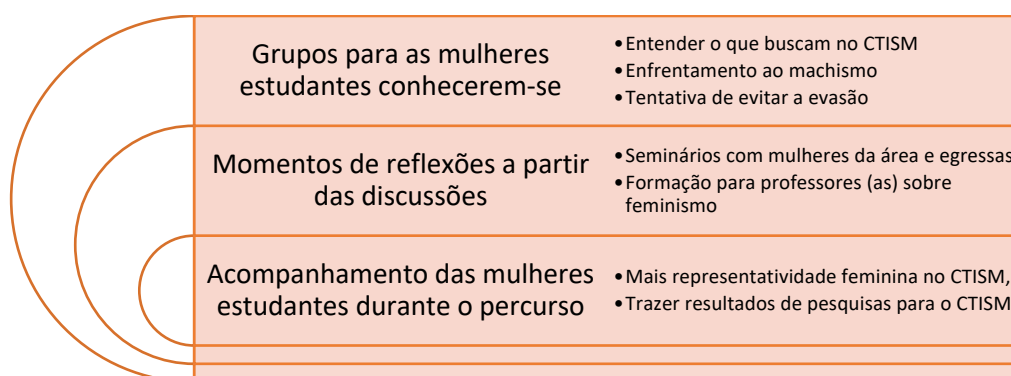
Frente a isso, o objetivo geral “analisar os movimentos das mulheres na trajetória e perspectivas após os cursos subsequentes do CTISM, nos anos 2018 e 2019”, orientou diferentes movimentos no desenvolvimento do estudo. Parti do primeiro movimento que foi a minha trajetória como mulher, mãe, trabalhadora e estudante até chegar a de pesquisadora. O tema das mulheres na Educação Profissional, foi cada vez mais ganhando sentido nas relações de estudo e trabalho da minha trajetória.

No segundo movimento, busquei referenciais teóricos para localizar o lugar ou “não lugar” das mulheres no sistema capitalista. Abordei os movimentos de lutas por educação e trabalho das mulheres no Brasil, destaquei as políticas de Educação Profissional e os estudos sobre as mulheres na EPT.

No terceiro movimento, passei a contextualizar o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria e a política dos cursos subsequentes, na historicidade da Educação Profissional. Apresentei quem são as mulheres que acessam os Cursos Subsequentes do CTISM e os motivos de cursarem e permanecerem no curso.

Também, analisei as relações com o mundo do trabalho dessas mulheres estudantes. No quarto e último, destaquei os movimentos das mulheres pesquisadas sobre o estudo, realizei sugestões para melhoria do acolhimento baseada nas análises que realizei durante a pesquisa, conforme apresento na Figura 11, e suas relações de permanência nos cursos subsequentes. Trazendo sentido à continuidade do trabalho, fiz breves reflexões sobre a pandemia e precarização da educação e do trabalho das mulheres.

Figura 11 - Sugestões de melhorias



Fonte - Elaborado pela autora

A partir destes movimentos que não se encerram, permito-me fazer algumas considerações, sobre as mulheres nos Cursos Subsequentes do CTISM. Primeiramente, ao contextualizar as políticas da educação profissional e a participação da mulher no mundo do trabalho, observei que não existem políticas educacionais voltadas para a inclusão das mulheres na EPT, a não ser a Política Nacional Mulheres Mil.

Ao analisar o CTISM e a oferta dos cursos subsequentes, observei a sua importância para a educação e o mundo do trabalho. Percebi duas realidades, uma que se refere ao Curso Subsequente em Segurança do Trabalho, que pelos dados do Setor de Registros Escolares, é o curso que mais ingressam mulheres e pela produção nos grupos focais, percebi que elas permanecem e criam um sentido de coletividade. A segunda realidade, refere-se aos outros seis cursos, em que poucas mulheres ingressam, e menos ainda concluem. Nesta segunda realidade, é importante questionar o porquê do silêncio destas mulheres, pois tive dificuldades em acessá-las. Percebi, pelos dados produzidos que a maioria das

mulheres tem entre 18 e 30 anos, são solteiras, sem filhos e possuem uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos. E, em outra perspectiva, a minoria tem mais de 40 anos, algumas são casadas e tem filhos.

Após a organização de todos estes dados, considero duas questões importantes, uma é a importância de o curso ser noturno, possibilitando as MTE, o acesso a uma formação técnica profissional. Outra questão diz respeito a importância da criação de redes de apoio e acompanhamento destas mulheres estudantes. Como sugestões apontei, par organização em grupos das mulheres estudantes para conhecerem-se; realização de seminários com mulheres que renomadas que trabalhem na área; acompanhamento das mulheres estudantes durante seu percurso; trazer representatividade feminina dentro do espaço escolar e trazer resultados de pesquisas como esta.

Frente a tudo isso, questiono quais as políticas da UFSM, para o empoderamento feminino e a desnaturalização dos discursos machistas que acontecem neste espaço acadêmico? Está questão, não foi objetivo desta pesquisa, por questão de tempo. Considero, dois anos muito pouco para responder a tantas questões. Considero urgente e necessário, o desenvolvimento de mais pesquisas sobre as mulheres na EPT. Discutindo o lugar de fala na trajetória dessas mulheres que se refletem no mundo do trabalho. E, por fim, ressalto “quando lutamos⁵ por um lugar de fala, lutamos por um lugar de todos” (TIBURI, 2018, p.55).

⁵ O termo “luta” nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Luta é ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feminista são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a adversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de “mulher” em um sentido natural. Ele mesmo – sempre é bom lembrar – é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir. (TIBURI, 2018, p. 53)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula; MARASCHIN, Mariglei Severo. **A política dos cursos técnicos subsequentes na produção dos sentidos do trabalho: a (des) alienação do trabalhador-estudante.** In Políticas na educação profissional: historicidade e realidades. Curitiba: CRV, 2020.

ALMEIDA, Ana Paula. **Os movimentos dos cursos técnicos subsequentes sobre os sentidos do trabalho: a (des) alienação dos trabalhadores-estudantes.** Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm Acesso em: 16/07/2020

_____. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16/07/2020

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. Diretoria-Geral. Plano de equidade de gênero e raça: PEGR: 2019-2021 / Senado Federal, Diretoria-Geral. -- Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, 2019. 28 p. 1. Equidade, Brasil. 2. Igualdade de gênero, Brasil. 3. Igualdade de oportunidades, Brasil. I. Título.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99. Brasília, outubro, 1999.

_____. Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16/07/2020

_____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 24/10/2020

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 16/07/2020

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm

_____. Lei nº 13.718, de 24 de Setembro de 2018. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm

_____. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm Acesso em: 14 de Julho de 2020

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.df

_____. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Brasília: CARDOSO, Miriam Limoeiro (1977). Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ. Rio de

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, R. (2017) “A evolução jurídica da cidadania da mulher brasileira – breves notas para marcar o dia 24 de fevereiro, quando publicado o Código Eleitoral de 1932 e os 90 anos do voto precursor de Celina Viana. De início importa estabelecer o que se entende por cidadã”. (Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Evoluojuridicadacidadaniadamulherbrasileira_RenataCoelho.pdf)

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA
://200.132.24.48/index.php/historico. 2009

CUNHA, CUNHA, Marcus Vinicius. **A Educação no Período Kubitschek: Os Centros da Pesquisa do INEP**. R. bras. Est. pedag. Brasília, 72(1711:175-195, maio/ago. 199)

DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; DA COSTA, Ana Maria Raiol. O olhar do aluno-trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, v. 42, n. 1, p. 127-137, 2019.educacao-profissional. Acesso em 29 jul 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRARI, Vera Lucia; COSTA, Pierre. O aluno trabalhador e sua permanência na escola noturna. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producao>

oes_pde/2014/2014_unicentro_geo_artigo_vera_lucia_ribeiro.pdf Acesso em 25/10/2020. ISBN 978-85-8015-080-3

FERREIRA, Liliana Soares (2016): **Comunidade acadêmica: a orientação como interlocução e como trabalho pedagógico**. Acta Scientiarum. Education, 39, 1, 12 2016

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2000

FONSECA, Celso Suckow (1961). **História do Ensino Industrial no Brasil. Formação profissional no Brasil**". In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. Oikos.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber livro, 2012

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed – São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso**. Portugal: Principia 2012

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf> Acesso em 24/10/2020

INCERTI, Tânia Gracieli Vega. Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes: **Relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.
janeiro: Escola Técnica.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 46, 2007 (p. 201-218).

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 443-482.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e Cenários ao longo da história**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

_____. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–Universidade de Santa Catarina. Santa Catarina, 2012.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: **Homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br Acesso em 17/07/2020.

MARASCHIN, M. S & FERREIRA, L.S. **A política de educação de adultos integrada à educação profissional no brasil: das políticas às práticas**. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9553/pdf> Acesso em: 24/10/2020

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora?** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

MARTINS, Joel. **A pesquisa qualitativa**. In: Fazenda Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lorena Gabriela Santos. **Sororidade na educação: uma experiência com oficina de empoderamento feminino**. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.979>

MARX, K. **“O 18 Brumário de Luis Bonaparte”**. In: ENGELS, F. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, v. 72, maio 1991. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em: 17/08/2020

MENEZES, Magali Mendes. **Por que as mulheres e a filosofia**. In: PRIORE, M.J.S.C e M.F.R. (orgs.) Produzindo Gênero. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 122-132.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital**. 2 ed – São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, D. P.; PEREIRA, M. N. F. **O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura**. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2020.

MIRANDA, Glaura Vasques de. **Formação superior e trabalho; orientação e resultados da política governamental dos últimos 15 anos.**

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação no Estado de São Paulo (1873 a 1934).** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MOTTA (2014) Faperg, **Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior.** Available at: <http://www.faperj.br/?id=2748.2.6> (Acessado: 13 de julho de 2020).

NOSSA CAUSA. Disponível em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?fbclid=IwAR15g1JT89XkyuliU50vwDr3A8tHwzwmT37qcXk6ljRs_5XaYNhDdIM5tVk#1827-meninas-sao-liberadas-para-frequentarem-a-escola

PACHECO, Eliezer Moreira. MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica do Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia e FRANCIOLI, Fatima Aparecida de Souza. **Materialismo Histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 2, p. 93-101, dez. 2011

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005. 520 p.

PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2000.
Profissional – SUEPRO. Disponível: <http://www.educacao.rs.gov.br/escolas-com->

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2000.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In.: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala.** Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Ananda Figuera. Educação Profissional Brasileira e participação feminina: uma análise histórica. **Revista de Pós-Graduação em Educação,** 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2861>

ROCHA, Rita de Cássia e SILVA, Lenina Lopes Soares. **Políticas de Educação Profissional para Mulheres no Brasil: Buscando Índícios na Sociedade Brasileira de História da Educação**. II CONEDU (Congresso Nacional de Educação), 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes** – 3º.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SÃO PAULO. Decreto n. 23.769, de 6 de agosto de 1985. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto-23769-06.08.1985.html>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RS/SEDUC. Superintendência da Educação SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em 08 de Nov de 2019

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Bahia, 2019 – Sebrae/BA. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Empreendedorismo_feminino_como_tend%C3%Aancia_de_neg%C3%B3cios.pdf Acesso em: 14/07/2020

SILVEIRA, Rozieli B. **O programa permanência e êxito no instituto federal farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SIQUEIRA, Silvia. **Integração Curricular e trabalho pedagógico: uma análise com base nos discursos de professores do IFFar- Campus Júlio de Castilhos**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos**. 6º ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ZANELLA, Andréa Vieira; PEREIRA, Renata Susan. Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 6, n. 1, p. 105-114, jun. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2001000100011&lng=pt&nrm=iso Acesso em 25 out. 2020.

APÊNDICE 1 – MAPEAMENTO DAS MULHERES DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO CTISM

Prezada Estudante;

Convido você a participar da pesquisa intitulada “Mulheres no Ensino Técnico Subsequente: Relações do Ingresso e da Permanência” que tem como objetivo mapear e investigar as mulheres dos cursos de ensino técnico subsequente do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, em relação ao seu ingresso e permanência.

A orientadora desta pesquisa é a Professora Doutora Mariglei Severo Marschin do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (UFSM). Convido você a participar desse processo, respondendo o questionário abaixo numa perspectiva de contribuir para o debate acerca do tema.

Agradeço desde já e em caso de dúvidas estou a disposição no contato abaixo.

Atenciosamente,

Thais Docki da Silva – Mestranda

Contato: dockithais@gmail.com

Questionário sobre o perfil dos estudantes:

1. Idade

- Ente 18 a 21 anos;
- Entre 22 a 30 anos;
- Entre 31 a 40 anos;
- Entre 41 a 50 anos;
- Outra

2. Estado civil

- Solteira;
- União Estável;
- Casada;
- Separada;

- Viúva
 - Outro
3. Qual a renda média mensal familiar
- 1 salário mínimo;
 - Entre 1 e 2 salários mínimos;
 - Entre 2 e 3 salários mínimos;
 - Entre 4 e 5 salários mínimos;
 - Mais de 6 salários mínimos.
4. Você tem filhos?
- Não;
 - Sim. Quantos _____
5. Qual curso você está fazendo?
- Automação Industrial;
 - Eletromecânica;
 - Mecânica;
 - Segurança do Trabalho;
 - Soldagem;
 - Eletrônica;
 - Eletrotécnica;
6. Você em algum momento sofre preconceito por ser mulher no curso escolhido?
- Não,
 - Sim. Em que momento _____
7. Qual a sua relação com o mundo do trabalho atualmente?
- Apenas estuda o curso técnico subsequente;
 - Estuda e trabalha regularmente;
 - Estuda e trabalha eventualmente;
 - Nunca trabalhou;
 - Estuda em curso superior ou pós-graduação;
8. A profissão que exerce tem relação com o curso?
- Sim;
 - Não.
9. Onde você concluiu o Ensino Médio?
- Ensino Público;
 - Ensino Particular;
 - Educação Jovens e Adultos (EJA);
 - Exame para certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)

- Outro.

10. Você está retomando os estudos após algum tempo sem estudar?

- Não;
- Sim;
- Se Sim, por quais motivos?
.....
.....
.....

11. Quais as suas perspectivas após a conclusão do curso técnico subsequente no CTISM?

- Oportunidade de emprego na área;
- Recolocação no mercado;
- Promoção no atual trabalho;
- Agregar conhecimentos complementares a formação.

APÊNDICE 2 – GUIA DE TÓPICOS PARA GRUPO FOCAL

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. Quais foram os principais motivos que você buscou o curso subsequente?
2. De que modo que o curso tem contribuído para a melhoria do seu trabalho?
3. De que modo você percebe preconceito por ser mulher no curso técnico subsequente?
4. Considerando sua trajetória pessoal e profissional, qual a importância de estar no seu curso?
5. Com base no curso que você está matriculada, você se vê trabalhando na área?
6. Você acredita que por ser mulher o curso técnico subsequente se torna mais difícil?
7. Nas aulas práticas você tem dificuldades por ser mulher?
8. Você se vê atuando profissionalmente no curso escolhido?
9. Quais as perspectivas profissionais após a conclusão do curso?
10. Como você vê esta pesquisa sobre mulher no CTISM?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da etapa final da pesquisa intitulada: **Mulheres no Ensino Técnico Subsequente: Relações de Ingresso e Permanência dos Cursos Técnicos Subsequentes do CTISM**, que está sendo realizada por Thais da Silva Dorneles, estudante do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e orientada pela Prof. Dra. Mariglei Severo Maraschin. A pesquisa tem como objetivo geral: **analisar as relações do ingresso e permanência das mulheres que acessam os cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM**

Problema: **Quais as relações do ingresso e permanência das mulheres que acessam os cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM**

Na etapa inicial desta pesquisa, a aproximação com o campo de pesquisa através da participação da pesquisadora, contará com a participação de toda a turma ingressante em 2018/01 e 2019/1. Neste momento você está sendo convidado a participar:

(1ª) Para os Estudantes, respondendo a um questionário presencial constituído de questões abertas e fechadas, com previsão de tempo para registro das respostas de, no máximo 10 minutos.

(2ª) Para os Estudantes, participando do grupo focal 1 (mulheres ingressantes e concluintes do curso técnico de Segurança do Trabalho) e grupo focal 2 (mulheres ingressantes e concluintes dos demais cursos técnicos subsequentes), composta por perguntas abertas sobre temas relacionados aos Relações de Ingresso e Permanência, vinculados com o curso técnico subsequente. O tempo previsto para o registro desta etapa é de 120 minutos. A entrevista coletiva será gravada em áudio

(3ª) Para os Estudantes, participando do grupo de interlocução, a fim de discutir os resultados analisados pela pesquisadora. O tempo previsto para o registro desta etapa é de 90 minutos. O grupo de interlocução será gravado em áudio.

Todos os dados de identificação serão resguardados e será mantida confidencialidade dos depoimentos, sob risco das sanções éticas as quais a pesquisadora está submetido. As gravações serão guardadas por cinco anos e após esse período, inutilizadas.

Será assegurado aos participantes desta pesquisa

- a) receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimentos sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros aspectos relacionados à pesquisa;

- b) interromper a qualquer momento a participação se o/a participante assim o decidir, sem que isso implique em nenhum prejuízo para o participante.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será lido e assinado em duas vias, ficando uma com o/a participante e outra com a pesquisadora. Outros esclarecimentos podem ser obtidos diretamente com a pesquisadora Thais da Silva Dorneles pelo telefone (55) 99950-5169, E-mail: dockithais@gmail.com

Após ter sido informado/a dos objetivos e métodos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas, eu concordo em participar deste estudo. Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como recebi a informação de que se houver qualquer dúvida poderei contatar com a pesquisadora Thais da Silva Dorneles, nos endereços acima descritos.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DE PESQUISA

Eu, _____,
RG _____,

_____ CPF _____,

abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

ASSINATURA DO SUJEITO DE PESQUISA:

APÊNDICE 4– TERMO DE COMPROMISSO COM O CTISM

Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizamos a aluna THAIS DOCKI DA SILVA, mestrando do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do CTISM/UFMS, a realizar a pesquisa **MULHERES NO ENSINO TÉCNICO SUBQUENTE: RELAÇÕES DO INGRESSO E PERMANÊNCIA**, sob orientação da professora Doutora Mariglei Severo Maraschin.

Santa Maria, 15 de Outubro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rafael Adaime Pinto", is written over a horizontal dotted line.

Rafael Adaime Pinto
rafael@ctism.ufsm.br

Diretor
Prof. Fábio Teixeira Franciscato
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL - UFMS
VICE-DIRETOR
Portaria 87.577 - 01/02/2018

CTISM
Av. Roraima nº 1000
Cidade Universitária
Bairro Camobi
Santa Maria – RS
CEP 97105-900
+55 (55) 3220-8000

